



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ADENIZE QUEIROZ DE FARIAS

GÊNERO E DEFICIÊNCIA:
UMA HISTÓRIA FEMININA DE RUPTURA E
SUPERAÇÃO DE VULNERABILIDADES

JOÃO PESSOA, PB
2011

ADENIZE QUEIROZ DE FARIAS

GÊNERO E DEFICIÊNCIA:
UMA HISTÓRIA FEMININA DE RUPTURA E
SUPERAÇÃO DE VULNERABILIDADES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Profa Dra. Windyz Brazão Ferreira.

JOÃO PESSOA, PB
2011

F224g Farias, Adenize Queiroz de.

Gênero e deficiência: vulnerabilidade feminina, ruptura e superação / Adenize Queiroz de Farias. - - João Pessoa : [s.n.], 2011.

112f. : il.

Orientadora: Windyz Brazão Ferreira.

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CE.

1.Educação. 2.Gênero. 3.Deficiência. 4.Resiliência. 5. Múltipla vulnerabilidade.

UFPB/BC

CDU: 37(043)

ADENIZE QUEIROZ DE FARIAS

GÊNERO E DEFICIÊNCIA:
UMA HISTÓRIA FEMININA DE RUPTURA E
SUPERAÇÃO DE VULNERABILIDADES

Apresentada em: 11 de março de 2011

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa Dra. Windyz Brazão Ferreira - Orientadora
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Profa Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Profa Dra. Inácia Sátiro Xavier de França
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

Profa Dra. Mônica Pereira dos Santos
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto dos Cegos de Campina Grande, graças ao qual, já na infância aprendi a ver o mundo com os olhos da cidadania e que na fase adulta deu-me a oportunidade de contribuir com o crescimento de um considerável número de pessoas com deficiência visual.

À Profa Dra. Windyz Brazão Ferreira, orientadora deste trabalho, por seus incansáveis esforços e orientações em vista da realização desta pesquisa e, sobretudo por seu envolvimento com a causa da pessoa com deficiência.

À banca de qualificação, pelas contribuições que em muito favoreceram a melhoria deste trabalho.

Aos meus amigos, que incansavelmente durante o dia ou à noite, lendo, digitando ou formatando, foram fundamentais para a conclusão deste projeto.

Aos colegas do mestrado, pela solidariedade demonstrada e pelos instantes de convivência que nos fortaleceram nos árduos momentos vivenciados durante este período.

Aos meus pais, que acreditando no meu potencial, sempre me apoiaram e jamais mediram esforços para oferecer o necessário ao meu crescimento, seja em casa, seja no universo acadêmico e/ou profissional.

Ao meu esposo, cujo estímulo foi decisivo para que eu me lançasse no desafio de ingressar em um curso de pós-graduação.

À Universidade Federal da Paraíba (UFPB), pela possibilidade de crescimento profissional e de ingresso ao universo científico.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para o êxito desta dissertação.

Em especial, a Deus, autor da vida, que com sua luz guia meus passos e ajuda-me a ver o mundo com os olhos da esperança e da perseverança, sobretudo nos momentos de dificuldade.

Querida Adenize,

Como você poderá perceber ao reler o texto enviado, muito pouco foi alterado. Devo acrescentar somente que fiquei emocionada com tanta sensibilidade ao transcrever muitas de minhas convicções, das quais nem me lembrava.

Serei breve, mas totalmente sincera, depois da leitura concluída, nada mais me resta a não ser agradecer por ter a oportunidade de participar de sua dissertação, além de autorizar a publicação deste texto, sinto-me no dever de enaltecer perante seus mestres, todo seu empenho, dedicação e carinho propostos neste trabalho.

As tardes que passamos juntas ficam registradas neste trabalho, mas acima de tudo, guardo com carinho nos registros de minha vida, e na história de uma menina que não temeu a cegueira e saiu de sua terra, distante de São Paulo, trazendo na bagagem a esperança e determinação suficientes, para concluir aquilo que muitos acreditam impossível, mas que para esta menina de nome Adenize, não passou de um simples obstáculo.

Desejo muito sucesso nos seus trabalhos, e tenha a certeza de que me orgulho muito de mulheres cegas, que como você, conseguem transpor as dificuldades para atingir os seus sonhos.

Um abraço carinhoso,



**Dorina de Gouvêa Nowill
Presidente Emérita e Vitalícia
Fundação Dorina Nowill para Cegos
10 de maio de 2010**

RESUMO

Esta dissertação teve como foco a Mulher com deficiência e sua capacidade de resistir e superar os efeitos de experiências adversas geradas pelas condições de gênero & deficiência. O estudo aqui apresentado insere-se no campo dos Estudos Culturais, porque as experiências desestruturantes, ao longo da vida de uma Mulher com deficiência, constituem um risco quanto a torná-las vulneráveis porque acontecem gradual e sistematicamente em todos os segmentos sociais dentro dos quais se inserem, como evidenciamos com a história da professora Dorina Nowill. Esta pesquisa que adota a história de vida como metodologia, contudo, revela que, mesmo face a adversidades, é possível extrair de experiências negativas e desestruturantes a energia necessária ao desenvolvimento humano de indivíduos e ao crescimento coletivo de grupos ou populações, revertendo a situação de risco e oportunidade de mudanças. Inúmeros fatores estão presentes no processo de ruptura com a condição de vulnerabilidade de Mulheres com deficiência, e que são identificados em resposta à pergunta que orientou a construção da presente dissertação. Entre estes destacam-se: (a) na *dimensão da pessoa*, a presença de sentimentos de auto-estima, confiança e perseverança, a capacidade de superação de sentimentos e atitudes de vitimização em paralelo à consciência de seu papel enquanto agente transformador; (b) na *dimensão processo*, este estudo evidencia a importância da capacidade de iniciativa, autodeterminação e liderança tão destacadas na história de vida da mulher apresentada nesta pesquisa; (c) na *dimensão contexto*, emergem como fatores determinantes a existência de ambientes sócio-culturais favoráveis, tais como, o apoio de outros (as) e o acesso à educação e ao mercado de trabalho e (d) na *dimensão tempo* os condicionantes de cada época que constituem estímulo para rupturas, neste caso, mudanças políticas relevantes no país e a emergência do movimento feminista e da pessoa com deficiência, ambos lutando pela emancipação e direitos igualitários. Esta pesquisa contribui com o avanço teórico metodológico no campo dos Estudos Culturais, que a partir desta pesquisa deve incorporar em seu escopo de investigação o grupo social constituído por mulheres com deficiência, que ao longo de sua jornada provavelmente desenvolverão múltiplas vulnerabilidades. Na mesma linha, este estudo deve também contribuir para a inclusão do tema aqui investigado no campo dos Estudos de Gênero e Estudos sobre a deficiência, oferecendo a ambos uma nova dimensão da participação feminina nos desenvolvimentos destas áreas de conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Deficiência. Múltipla Vulnerabilidade. Resiliência.

ABSTRACT

This dissertation focus on the ability that women with disability have for resisting and overcoming the effects of adverse experiences linked to gender and disability features. This research is carried out in the field of Cultural Studies once these experiences provoke unbalance for this social group and, therefore, set the ground for the risk for gradual, but systematic, vulnerability. The theory of resilience has been adopted as a main frame of reference in order to analyse data that was gathered by applying life history methodology based on which the first blind teacher in Brazil, Dorina Nowill was has been interviewed and whose life provides the answer for this study's research question, that is, '*what are those factors that determine the process of breaking down the vulnerability of women with disability?*' The findings show that even though immersed in experiences of adversity, women with disability can withdraw the necessary energy for individual human development and growth of groups from these negative and unbalance provoking experiences. This dissertation shows that several factors are presents in the process of breaking up the cycle of vulnerability of women with disability and, amongst these, it reveals four distinct *dimensions*: (a) *dimension of person*: the presence of feelings of self esteem, self confidence and ability to overcome victimization in parallel to raising awareness of her/his role as an agent of transformation; (b) *dimension process* that shows the relevance of the individual initiative, self determination and leadership as well discussed in the history of life of Dorina; (c) *dimension of context*: the findings show important emerging factors that favours the rupture with the condition of vulnerability such as social and cultural environments that are conducive to change, as for instance, support from others, access to education and labour market and family attitude; and (d) *dimension of time* based on which the features of each period of time consists of a stimuli for processes of changes, of ruptures, such as, relevant political changes in the country and the emergence of the feminist movement and the people with disability movement, both committed to fighting for the emancipation and equal rights. This research contributes to the theoretical and methodological advancement in the field of Cultural Studies that should also include studies on disability issues. In the same line it will contribute to the inclusion of this theme in the field of Gender Studies and Disability Studies by providing to both a new perspective on the participation and social representation of women with disability in these two areas of knowledge.

KEYWORDS: Gender. Disabilities. Multiple Vulnerability. Resilience

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDPcD	Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
EC	Estudos Culturais
MHV	Metodologia História de Vida
McD	Mulheres com Deficiência
PcD	Pessoas com Deficiência

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO		10
CAPÍTULO I		
CONDIÇÕES DE GÊNERO E DEFICIÊNCIA COMO DETERMINANTES DA MULTIPLA VULNERABILIDADE DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA		15
1.1	Conceito de Vulnerabilidade	17
1.2	O conceito de vulnerabilidade no campo da Saúde	20
1.3	O conceito de vulnerabilidade no campo de Estudos sobre Desastres Naturais	22
1.4	A vulnerabilidade no âmbito do Modelo do Déficit Cultural	23
1.5	Vulnerabilidade causada pela condição de Gênero	24
1.6	A violência como manifestação de vulnerabilidade feminina	29
1.7	Vulnerabilidade causada pela condição de Deficiência	32
1.8	Contextualizando a Teoria da Resiliência no âmbito dos EC	39
1.8.1	Principais pesquisas em Resiliência	41
CAPÍTULO II		
PERCURSO METODOLÓGICO		45
2.1	A escolha da entrevistada do estudo	47
2.2	Pilotos da Metodologia História de Vida	48
2.2.1	Projeto Piloto 1: autobiográfico	48
2.2.2	Projeto Piloto 2: Professora Dra. Inácia, McD	49
2.3	Detalhando campo e instrumentos para coleta de dados	50
2.3.1	Do acesso	50
2.3.2	Seleção e organização de dados	51
2.4	Analisando os dados da pesquisa	52
2.5	Apontando dilemas éticos	53
2.6	Abordagem ecológica de Bronfenbrenner: algumas considerações	55
CAPÍTULO III		
DADOS DA VIDA... EM ANALISE		59
3.1	Bloco 1 (Pessoa): Quem foi Dorina?	60
3.1.1	Escolarização	63
3.2	Bloco 2 (Processo): Qual o legado de Dorina Nowill para as PcD?	67
3.2.1	Dorina e a Revolução Constitucionalista de 1932	68
3.2.2	A capacidade de recomeçar, após a cegueira...	69
3.2.3	Expandindo para além da academia...	71
3.2.4	Ultrapassando fronteiras... Consolidando seu papel de líder	73
3.2.5	Novos rumos no país de Dorina...	74
3.3	Bloco 3 (Contexto): Como o mundo influenciou Dorina ao longo de quase 100 anos de sua vida?	77
3.3.1	O Sistema BRAILLE	77
3.3.2	Impactos da cegueira na vida cotidiana...	79
3.4	Bloco 4 (Tempo): Como a história de vida da profa. Dorina mudou a história de muitas vidas de PcD?	84
CAPÍTULO VI		
CONSIDERAÇÕES FINAIS		91

INTRODUÇÃO

Atualmente, com a política de inclusão social do governo federal, o movimento pela ‘inclusão educacional de Pessoas com Deficiência (PcD) na rede regular de ensino comum e o crescente movimento organizado das PcDs na defesa e promoção dos seus direitos na sociedade brasileira, a problemática da deficiência está na agenda da política pública, da mídia, do mundo do trabalho, entre outros. Apesar deste desenvolvimento ser valioso para promover e assegurar mudanças no sentido da remoção de barreiras atitudinais, sociais, institucionais, comunicacionais, físicas, etc. quando se trata da condição deficiência, os fatores de gênero sequer são mencionados.

Esta pesquisa, portanto, tem como foco a vulnerabilidade da Mulher com Deficiência (McD), e seu argumento central é o de que McDs apresentam múltiplas vulnerabilidades, as quais são construídas a partir de experiências constrangedoras e corrosivas, cujas bases encontram-se em barreiras sócio-culturais originárias nas condições de gênero e de deficiência, ou seja, no fato de ser uma mulher com deficiência. Nesta dissertação, analiso como ambas as condições humanas – gênero e deficiência - são vulnerabilizantes na medida em que determinam experiências de subjulgamento, opressão, discriminação, oportunidades inexistentes, limitadas ou desiguais, somadas a diversas formas de violência, as quais, por sua vez, estabelecem sólidas barreiras ao desenvolvimento humano pleno de mulheres que nascem ou adquirem deficiência ao longo de sua vida.

O conceito de vulnerabilidade é aqui discutido à luz dos Estudos culturais (EC), campo de conhecimento que, a partir dos anos 60, passa a integrar o currículo de grandes universidades, destacando-se pelas preocupações com as diferentes concepções de culturas e com os grupos marginalizados no interior de cada sociedade (SOARES, 2010), dentro dos quais inclui a McD. O campo dos EC constitui uma área de conhecimento relevante para a contemporaneidade, porque pesquisa e produz conhecimentos sobre o valor social de grupos vulneráveis em situação de desvantagem nas relações de poder (SILVA, 2007; ESCOSTEGUY, 2006; HALL, 2006). Um estudo sobre McDs, portanto, compatibiliza-se com os EC, porque insere neste campo de conhecimento um tema ainda inexplorado relativo a um grupo social em situação de desvantagem sócio-econômica, educacional, política, etc. Segundo Soares (2010), a justificativa de introduzir estudos sobre PcD no âmbito dos EC

[...] reside na necessidade em incluir os estudos concernentes à inclusão do grupo constituído pelas PcD, historicamente à margem da ciência nos EC, pois assim como outros grupos que já recebem merecida atenção como negros e mulheres, esse grupo também poderá se valer de seu substrato teórico na clarificação das relações de poder socialmente estabelecidas (p.14).

Segundo a autora, os EC constituem o “lugar de direito” no debate sobre o grupo social constituído pelas PcD, com o qual eu concordo, pois o tema deficiência é escassamente contemplado na literatura dos EC, mesmo que esta área de conhecimento ofereça pressupostos teóricos de relevância para o aprofundamento do conhecimento relativo ao universo da deficiência, tais como: cultura dominante sobre a deficiência como incapacidade, identidade construída pela PcD como dependente e incapaz, e diferença e diversidade enquanto condições humanas que abrem perspectivas para rupturas profundas com a condição de subalternidade criada socialmente e dentro da qual este grupo tem vivido por muito tempo.

Compreendo que, além de constituir tema relevante para o campo dos EC, estudos de gênero e estudos sobre deficiência, esta pesquisa traz uma contribuição acadêmica significativa, uma vez que pode motivar debates nas diversas áreas de conhecimento mencionadas acima.

Considerando-se o poder corrosivo das experiências vulnerabilizantes sobre a dignidade da PcD, a maioria tem sua vida limitada aos espaços familiares e, alguns casos, tem acesso à primeira etapa da educação básica, etapa escolar onde tendem a permanecer por anos a fio até a vida adulta. Apesar da força constrangedora que desde cedo perturba e desgasta o desenvolvimento humano integral da PcD, surpreendentemente, há mulheres que ao vivenciar experiências negativas causadas pelas duas condições, gênero & deficiência, manifestam seu poder interno para romper com as barreiras que encontram no dia a dia, superando-as e superando-se, de forma a enraizarem sobre as mesmas seu desenvolvimento humano e profissional. Essas são mulheres resilientes.

Inúmeras e significativas mudanças ocorreram no Brasil a partir da década de 90 no que se refere às conquistas sociais para as PcD, mas com a publicação da Convenção sobre os Direitos das PcD - CDPcD, aprovada em 2006 pelas Nações Unidas, há uma tendência à expansão de estudos, pesquisas, políticas, programas e estratégias relativos a esse grupo social. Novas legislações, hoje, asseguram o direito à inserção das PcD em diversas esferas da sociedade. Todavia, seus direitos ainda são frequentemente violados, mesmo havendo leis que

garantem a remoção de barreiras à sua participação e realização plena. Muitos são os exemplos de mulheres brasileiras com deficiências, algumas das quais destacadas neste estudo, que exercem papéis de liderança.

As motivações que me levaram a construir este estudo resultam do fato de que, como mulher cega, nordestina e de origem pobre que conquistou espaços social, educacional e profissional por meio de minha capacidade de superação dos obstáculos encontrados ao longo da vida, compreendi que este tema deveria ser inserido no contexto do debate relativo às PcD.

O percurso feito no decorrer da construção desta dissertação de mestrado, constituiu, para mim, um processo ao mesmo tempo árduo, empoderador, dinâmico e enriquecedor. Em primeiro lugar, decidi fazer uso da Metodologia História de Vida (MHV), para tratar da articulação entre gênero e deficiência. Para tanto, pensei ainda na realização de um estudo autobiográfico. Contudo, analisando com mais vagar, consideramos, minha orientadora e eu, que seria pertinente, e ao mesmo tempo valioso, colocar a minha voz ao longo do estudo com inserções autobiográficas sobre minha história. Por isso, inúmeras vezes, compartilho minhas experiências e perspectivas como mulher cega e nordestina, engajada na luta pela garantia dos direitos humanos às PcD.

De igual maneira, ao longo do estudo, menciono a experiência de outras mulheres brasileiras com deficiência que, em diversas regiões, são expoentes por sua atuação nos vários setores da sociedade. Além de profissionais empoderadas, estas professoras, doutoras, advogadas, médicas, etc. são também mulheres que representam a liderança nacional deste grupo social. Nesta perspectiva, no início do estudo, na fase de definição do percurso metodológico, foram pensados uma série de nomes de mulheres que poderiam fazer parte da pesquisa. Mas, finalmente, por tratar-se de um estudo desenvolvido em um Programa de Pós-Graduação em Educação, realizado por uma pós-graduanda cega que é também educadora, optamos por escolher uma mulher que a meu ver reúne em sua história elementos diversos que poderiam ser identificados em diferentes mulheres. Decidimos investigar a história de vida da **Professora Dorina de Gouveia Nowill**, a primeira professora cega do Brasil, com 90 anos de idade por ocasião da pesquisa, cuja história de vida é exemplo de superação e resistência diante das adversidades decorrentes da condição Deficiência, e dos contextos restritivos para mulheres que marcavam a sociedade brasileira no período em que a mesma perdeu a visão, a primeira metade do século XX.

Cabe destacar que a oportunidade de contato e proximidade com a professora foi de valor inestimável, tanto para minha formação humana como mulher cega, como também para meu crescimento profissional. A professora Dorina é de fato um ser especial porque, mesmo sendo de condição financeira privilegiada, colocou sua vida inteira a serviço de um projeto que, pelos caminhos da leitura e da escrita, espalhou lições de cidadania aos cegos e cegas de todos os recantos deste país de dimensões continentais.

Nesse sentido, a MHV foi valiosa para o presente estudo, uma vez que demanda relações de aproximação e confiabilidade entre o pesquisador e o pesquisado. A necessidade deste contato me levou a Brasília e São Paulo, favorecendo oportunidades nas quais realizei as entrevistas necessárias à coleta dos dados relacionados à sua vida, desde a infância aos anos finais de sua trajetória profissional, quando a mesma estava com 90 anos. Infelizmente, no dia 28 de agosto de 2010, a professora Dorina faleceu, o que me entristeceu profundamente. Todavia, a mesma deixou um legado que sobrevive à sua passagem, e está representado pelos inúmeros títulos recebidos como consequência do trabalho desenvolvido por 66 anos na Fundação Dorina Nowill para Cegos, por ela fundada.

No propósito de refletir o processo de superação das experiências corrosivas (barreiras), que afetam de maneira significativa a vida das PcDs e aumentam sua vulnerabilidade porque as colocam em risco de desistir das possibilidades de desenvolvimento, adoto como aporte teórico a teoria da resiliência, que é a “capacidade de recuperação diante de desafios e circunstâncias desfavoráveis, tendo uma atitude otimista e perseverante, e mantendo um equilíbrio dinâmico após os embates” (TAVARES, 2002, p. 18).

A opção pela adoção deste referencial teórico surgiu, no percurso deste estudo, durante o Exame de Qualificação, cujos membros titulares da banca – Profa. Maria Eulina Pessoa de Carvalho (UFPB) e Professor Charlington José Machado (UFPB) – consideraram pertinente a utilização da teoria da Resiliência, porque a mesma oferece subsídios que explicam como seres humanos que encontram barreiras devastadoras para seu crescimento pessoal, persistem, superando-as, e usam a energia gerada pela adversidade como força propulsora para sua própria transformação.

Para organizar tais discussões, no capítulo 1, conceituo e caracterizo a múltipla vulnerabilidade de McD, a qual de acordo com a literatura é consequência da somatória das barreiras sócio-culturais geradas por ambas as condições: Gênero e Deficiência. Finalizo este

capítulo com algumas considerações acerca do conceito e principais pesquisas relacionadas à teoria da resiliência, a qual explica a capacidade de ruptura com a condição supra mencionada.

O segundo capítulo aborda o percurso metodológico traçado para a execução da pesquisa. Neste capítulo, defino a MHV e descrevo os passos percorridos desde a escolha do método até os processos de seleção, organização e análise dos dados coletados.

O capítulo 3, em particular, merece destaque porque, conforme menciono no capítulo da metodologia, apresenta os dados coletados durante as entrevistas organizados com base na teoria ecológica de Bronfenbrenner (1977, 1989, 1996), cujas dimensões relacionam-se à pessoa, aos papéis que a mesma exerce (processo), à realidade que a influencia (contexto) e às ações que tal pessoa constrói ao longo da história (tempo).

No capítulo IV concluo que os achados do presente estudo revelam que McDs podem, sim, superar adversidades constrangedoras, desestruturantes e estressantes, além de transformarem-se e transformarem os efeitos das adversidades corrosivas em força propulsora de ação para promover mudanças sociais, as quais podem implicar na construção do papel de liderança e modelo para outros de seu grupo social.

Da mesma forma que o movimento internacional das PcD diz: “Nada sobre nós sem nós”, eu acrescentaria que nada é possível sem que as barreiras externas sejam removidas. A meu ver, este estudo clarifica que Dorina conseguiu remover as barreiras de sua época e, hoje em dia, pessoas como eu e outras McD, ou mesmo pessoas sem deficiência que, contudo, compreendem os desafios da diversidade humana, precisamos nos unir para a eliminação destas barreiras sociais, institucionais, mercadológicas, educacionais, de modo a permitir que uma população de 24 milhões de brasileiros e brasileiras com deficiência tenha direito pleno e acesso a todo patrimônio social e cultural.

CAPÍTULO I

GÊNERO E DEFICIÊNCIA COMO CONDIÇÕES DETERMINANTES DA MÚLTIPLA VULNERABILIDADE DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA

Este capítulo tem como foco a vulnerabilidade da McD e como objetivo definir e caracterizar como esta vulnerabilidade se instala ao longo das várias etapas de sua vida. Argumento aqui que McD apresentam múltiplas vulnerabilidades, as quais são constituídas por duas condições principais: a de ser mulher e de ser uma PcD.

Nesta dissertação analiso como, do ponto de vista sócio-relacional do desenvolvimento humano em direção à uma vida independente e produtiva, ambas condições humanas são vulnerabilizantes uma vez que determinam experiências de subjulgamento, opressão, discriminação, oportunidades inexistentes, limitadas ou desiguais e diversas formas de violência, as quais por sua vez estabelecem sólidas barreiras ao seu desenvolvimento humano. O conceito de vulnerabilidade é aqui discutido à luz dos EC, campo de conhecimento que a partir dos anos 60, integra o currículo de grandes universidades, destacando-se pelas preocupações com as diferentes concepções de culturas e com os grupos marginalizados no interior de cada sociedade (SOARES, 2010), dentro dos quais incluo a McD.

Considerando-se o poder corrosivo das experiências vulnerabilizantes sobre a dignidade humana da PcD, a maioria destes indivíduos tem sua vida limitada aos espaços familiares e em alguns casos, têm acesso à primeira etapa da educação básica, a qual tendem a permanecer por anos a fio até a vida adulta (EJA) (FERREIRA, 2003; SOARES, 2010; FERREIRA, 2010). Segundo Ferreira (2003), apesar da força constrangedora que desde cedo perturba e desgasta o desenvolvimento humano integral da PcD, surpreendentemente, há mulheres que ao vivenciar experiências negativas causadas pelas duas condições, gênero & deficiência, manifestam seu poder interno para romper com as barreiras que encontram no dia a dia, superando-se e superando-as, de forma a enraizarem sobre as mesmas seu desenvolvimento humano e profissional. Essas são mulheres resilientes.

De acordo com Tavares (2002), “a resiliência emerge cada vez mais com frequência, na literatura das ciências sociais, como uma qualidade de resistência e perseverança da pessoa humana face às dificuldades que encontra” (p. 44). Pesquisar experiências de superação de situações adversas vividas por McD à luz da teoria da resiliência implica, portanto,

compreender fatores que desempenham papel chave nos processos de mudança, adaptação e superação. Ao fazer uso desse referencial teórico, pretendo ir além das históricas e já muito estudadas, barreiras e dificuldades vivenciadas pelas PcD. Ao contrário, neste estudo foco a capacidade de resistência e perseverança diante de tais barreiras.

O movimento das PcD no Brasil, e certamente no mundo, está repleto de exemplos de McD diversas que superaram sólidas adversidades e se tornaram profissionais e líderes militantes na promoção e defesa dos direitos do seu grupo social. Nesse sentido, passam a atuar como modelo para outras PcD e, em particular, para as McD, como é o meu caso: decidi investigar a história de vida da Professora Dorina Nowill exatamente por ter nesta mulher cega de 91 anos um modelo forte de superação humana, realização profissional e contribuição social.

O argumento central do capítulo, portanto, é o de que McD podem romper com as adversidades sistemáticas e experiências corrosivas vividas cotidianamente via a manifestação de sua resiliência, apesar da múltipla vulnerabilidade causada por fatores de gênero, deficiência e barreiras distintas, como trato nas seções a seguir. Dessa forma, ao responder à pergunta de pesquisa **quais fatores determinam a ruptura com a condição de vulnerabilidade vivida por McD?** Esta dissertação tem como objetivo analisar os processos a partir dos quais McD superam as adversidades que são consequência da condição de gênero e de deficiência.

A presente pesquisa visa contribuir com o conhecimento acerca da potencialização de adversidades entre os fatores gênero & deficiência desde o enfoque dos EC, colocando ambos nas agendas investigativas das três áreas, com vistas a aprofundar o conhecimento sobre os processos internos de mudanças, capacidade de adaptação a novos contextos e superação de experiências traumatizantes.

Dessa forma, o presente capítulo foi organizado como se segue: primeiramente, discuto o conceito de vulnerabilidade e suas características, a fim de analisar como determinadas experiências e circunstâncias de vida constituem condição de risco para a vulnerabilização da McD. Para tanto, busquei em outros campos de conhecimento subsídios que me permitissem construir um referencial teórico substancial que me permitisse entender a vulnerabilidade feminina, qual seja, campo da saúde, da geociência e da física.

Segundo, contextualizo historicamente os estudos de gênero e suas raízes, a fim de caracterizar o feminino como uma condição vulnerabilizante que se potencializa quando a

mulher nasce ou adquire uma deficiência (como é o caso da Profa. Dorina), qualquer que seja o tipo de deficiência (física, sensorial, mental). Nesta seção abordo a vulnerabilidade causada pela **condição de gênero** uma vez que nascer com o sexo feminino inevitavelmente implica ser inserida em uma cultura que privilegia o sexo masculino. Compreender o contexto dentro do qual as características femininas são construídas socialmente é fundamental para analisar de forma apropriada os elementos que perpassaram a vida da McD entrevistada neste estudo.

Na sessão três, trato da vulnerabilidade causada pela **condição deficiência**, cuja concepção histórica é construída com base na compreensão da incapacidade da PcD, e posteriormente, sustentada pelo modelo médico-patologizante da deficiência. Ambas concepções determinaram para a PcD um conjunto de impossibilidades ao seu desenvolvimento pleno e exercício da cidadania, que no caso de McDs são potencializadas e naturalizadas, de forma que inúmeras experiências de constrangimentos e adversidades se transformam em armadilhas impeditivas de seu desenvolvimento.

Visando definir e caracterizar a vulnerabilidade de McD e sua capacidade de superação, discuto, neste capítulo, a teoria da resiliência segundo Tavares (2002), como referencial que possibilita uma explicação para este fenômeno humano, isto é, a capacidade de responder de forma positiva e construtiva às adversidades e constrangimentos que a vida proporciona à McD. Aprofundar o conhecimento sobre a resiliência de McD dentro desta perspectiva teórica envolve, dessa forma, lançar um olhar para além de seus atributos ou qualidades pessoais e investigar as condições familiares, econômicas, educacionais, sociais, etc. presentes em seu percurso de vida que podem ter sido determinantes para a emergência da resiliência.

1.1 Conceito de vulnerabilidade

Nesta seção defino o conceito de vulnerabilidade social da McD buscando subsídios teóricos em áreas de conhecimento nas quais este conceito é consolidado, tais como saúde e geociências. Neste percurso o conceito de **corrosão** emergiu como um atributo no processo de construção de vulnerabilidade; então, foi necessário também clarificar seu significado relacionado à construção da vulnerabilidade da McD. Para tanto recorro ao campo da Física. Definir esses conceitos no contexto da história de vida da McD é fundamental para, posteriormente, compreendermos como sua vulnerabilidade se instala ao longo de anos de

experiências constrangedoras e adversas com implicações negativas para o seu desenvolvimento e consequências perniciosas, cujo impacto pode ser perpetuado por toda a vida. Todavia, há seres humanos do sexo feminino (ou masculino) dotados de uma capacidade tal, que lhes permite superar estas experiências negativas, buscando nelas a força e o equilíbrio para o enfrentamento de seus desafios cotidianos. Optei por iniciar esta tarefa conceitual de forma simples, isto é, a partir do entendimento da etimologia do vocábulo **vulnerabilidade**,

a palavra *vulnerável* origina-se do latim e significa ferir, penetrar. O ponto pelo qual alguém ou algo pode ser atacado. Assim define-se um indivíduo vulnerável como um ser sujeito a ser atacado, derrotado, prejudicado ou ofendido (HOUAISS, 2008, p.778) [grifo do autor].

A definição de vulnerabilidade acima remete à idéia de que uma pessoa que sofre um ataque de alguém ou algo, pode, em resposta, reagir ou se submeter ao mesmo. No primeiro caso, a reação pode resultar da capacidade de resistência (resiliência) de cada indivíduo, argumento que defendo nesta dissertação. Há, por outro lado, casos em que lhes falta força interior aliada ao ambiente estimulador, ambos essenciais à transformação de uma experiência negativa em aprendizagem e oportunidade de crescimento.

A tese intitulada **A questão triplamente controversa da resiliência aplicada em famílias de baixa renda**, de Yunes (2001), adota também o conceito de vulnerabilidade e contribui para seu entendimento nesta perspectiva porque, segundo a autora, a vulnerabilidade constitui força contrária à resiliência e ambas atuam como se cada qual puxasse o indivíduo para posições opostas, o que certamente gera experiências de estresse.

Cabe destacar que os primeiros estudos sobre vulnerabilidade, que datam da década de 30, a definem como “susceptibilidade à deterioração de funcionamento diante de estresse” (YUNES, 2001, p.30). Nesse sentido, a deterioração está relacionada a processos sistemáticos de experiências estressoras que atacam as forças de resistência de uma pessoa, corroendo-a.

De acordo com o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2008, p.196), “a corrosão consiste no desgaste gradual de um corpo qualquer; corroer significa consumir-se aos poucos, desgastar-se, destruir-se”. Esta definição bem se aplica às experiências adversas e estressantes vividas por McD, uma vez que experiências desestruturantes são comuns na vida de tais mulheres. Em geral, essas situações são fruto de ignorância, preconceito, discriminação e muitas vezes violência, conforme evidências oferecidas pelo estudo sobre experiências de discriminação vividas por crianças e jovens brasileiros (as) com deficiência, realizado na

grande João Pessoa, comissionado pela Save the Children da Suécia, denominado **Crianças com Deficiência e a Convenção dos Direitos da Criança (CDC): um instrumento de defesa** (SCS, 2002; FERREIRA, 2003; FERREIRA, 2009).

A coleta de dados foi realizada em escolas regulares e escolas especiais ou instituições especializadas, nas quais 163 crianças e jovens com deficiência, com idade entre 0 e 18 anos (ou membros de suas famílias) foram entrevistados(as). A partir destas entrevistas, 265 histórias de violação dos direitos estabelecidos pela Convenção dos Direitos da Criança (ONU, 1989) foram identificadas. Dentre estas, selecionei do estudo apenas uma história que, me parece ilustrar bem experiências corrosivas que nas vidas das PcDs se manifestam como impedimento ou desgaste de suas forças:

Eu estudei no instituto dos cegos. Pra mim foi uma vitória estudar na melhor escola do Nordeste. Com 15 anos fui para a escola regular. Os professores e meus colegas não me respeitavam. Uma vez minha professora disse: - Não sei pra que cego estuda nesse colégio. Eles dão muito trabalho e deveriam estudar numa escola especial só para eles. Na rua, às vezes as pessoas me dão esmolas, como se tivessem pena de mim... (Fernando, 18 anos) (FERREIRA, 2002, p. 32)

A experiência do jovem Fernando permite vislumbrar as adversidades encontradas e subjacentes a atitudes de submissão, dependência e temor que também ocorrem na vida real. Experiências como estas foram relatadas por Inácia Sátiro, a qual adquiriu deficiência física por meio de um acidente automobilístico. Em seu processo de reabilitação, ao participar dos primeiros eventos coletivos, recorda o seguinte fato:

“Durante dois dias, participei de todas as atividades daquele evento e pude perceber o clima de fraternidade que reinava entre os pares. Em relação a mim, apesar das pessoas acolherem-me afetuosamente, algumas me olhavam ressabiadas. Seus olhares pareciam indagar: ‘O que ela quer aqui?’” (FRANÇA, 2008, p.18).

Em minha própria vida senti a força destas experiências corrosivas. Recordo que no ano de 2002, quando eu tinha 26 anos e era recém formada em Pedagogia, ao ser apontado meu nome para dirigir o Instituto dos Cegos de Campina Grande - PB, cuja sede encontrava-se em estado de total abandono e depredação, os líderes mais antigos me consideravam incapaz de exercer o cargo, sob a alegação de que eu era ainda muito jovem, portanto não daria conta desta tarefa.

Presidi a instituição, por 9 (nove) anos, período que realizei melhorias significativas em sua sede e procurei identificar a abordagem educacional que melhor atendia às necessidades dos cegos que lá estudavam.

De um modo geral: “a corrosão é um processo resultante da ação do meio sobre um determinado material, causando sua deterioração” (MERÇON; GUIMARÃES; MAINIER, 2003, p. 01). Ao discutir a múltipla vulnerabilidade de McDs, o conceito de corrosão é relevante na medida em que traz a possibilidade de compreensão de eventos que são adversos e sistemáticos na vida destas pessoas, ou seja, segundo Soares (2010), resulta da ação negativa contínua do meio sobre um ser humano e que corrói sua auto-estima, sua vontade, e mina sua força, ao mesmo tempo em que cria temores que as desmotivam, tornam dependentes e vulneráveis, em risco de ter seus direitos violados. Apesar da força corrosiva dessas experiências doloridas, as adversidades podem, em alguns casos, ser superadas por meio da resiliência, que “é a qualidade de resistência de um material a um choque, a atenção por pressão que lhe permite voltar sem se quer forçado ou violentado, à sua condição inicial” (TAVARES, 2002, p. 46).

Ao construir esta revisão de literatura, compreendi que o conceito de vulnerabilidade, com frequência, está associado ao **conceito de risco**, com presença forte na literatura no campo da saúde e do desastre natural, porque a vulnerabilidade de um indivíduo ou de um grupo se manifesta a partir de ocorrências (choques ou tensões) que ameaçam sua vida, colocando-os em situação de risco, como discuto a seguir.

1.2 O conceito de vulnerabilidade no campo da Saúde

Ao realizar levantamento das publicações acerca da vulnerabilidade feminina, postadas na base de dados da CAPES e Scielo, verifiquei que as primeiras pesquisas que abordam a vulnerabilidade feminina foram conduzidas na área de saúde e os estudos voltados a esta população, associam vulnerabilidade à exposição da mulher aos riscos de contaminação do vírus HIV/AIDS e Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST (LISBOA, 2003). Na CAPES 71,5%, das publicações seguem esta linha, e apenas 28,5%, abordam temáticas referentes à vulnerabilidade social. Na Scielo a estatística é semelhante, apenas 33% dos trabalhos fazem menções a realidades sociais vulneráveis, ao passo que os 67% restantes reduzem as discussões da vulnerabilidade como consequência das DSTs.

Ainda é escassa a literatura que aborda especificamente a vulnerabilidade da McD. Contudo, os poucos estudos existentes nessa área mantêm a preocupação já mencionada, o que ocorre em virtude da exposição das PcD aos mesmos riscos. Nesse universo, destaco importante estudo desenvolvido pelo Instituto Amankay¹ em parceria com a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, intitulado **PcD: pesquisa sobre sexualidade e vulnerabilidade** (PAULA *et al*, 2009). Cabe destacar que Ana Rita de Paula, uma das autoras do estudo, é uma McD física grave, tetraplégica, Doutora em psicologia pela USP e uma militante reconhecida nacionalmente. Desde 1980 ela tem participado, com determinação e esforço, dos movimentos em defesa dos direitos das PcD na Capital Paulista. Recentemente, foi agraciada com o Prêmio Direitos Humanos 2004. É uma honraria merecida e concedida pelo Governo Brasileiro desde 1995 a pessoas e a organizações que se destacam na grande luta pela defesa dos direitos humanos.

O estudo foi realizado com o propósito de investigar a situação de vulnerabilidade de 42 PcD, dentre as quais 22 eram do sexo feminino e 20 do sexo masculino. Quanto ao tipo de deficiência, o estudo contou com a participação de 21 PcD física, 15 surdos(as) e seis cegos(as). A conclusão do estudo, desenvolvido a partir da metodologia de grupos focais, revela que a vulnerabilidade das PcD constitui tema marginal:

A temática referente ao exercício da sexualidade ainda é pouco debatida; o nível de informação sobre prevenção de DST/aids pode ser considerado mediano, por parte dos Agentes; os serviços especializados estão abertos a receber PcD, mas não estão capacitados, e muitos não têm acessibilidade. (PAULA *et al*, 2009, p. 14).

Embora a pesquisa acima seja relevante para a conscientização acerca da vulnerabilidade de PcD às doenças sexuais graves e terminais, os riscos que ameaçam a McD, como discuto nesta dissertação, excedem de forma significativa a (apenas) o risco deste tipo de contaminação. Os estudos no campo dos desastres naturais nos auxiliam na discussão e elaboração de um referencial teórico relevante sobre o **conceito de vulnerabilidade**, quando subsidiam o aprofundamento acerca do sentido de risco.

¹ Amankay Instituto de Estudos e Pesquisa fundado em setembro de 1989, na cidade de São Paulo. Dedicar-se à produção e disseminação de informações que promovam a inclusão social e a qualidade de vida de segmentos sociais marginalizados.

1.3 O conceito de vulnerabilidade no campo de Estudos sobre Desastres Naturais

Em suas pesquisas, Chrichton (1999) também associa vulnerabilidade a estudos de **situações de risco** de desastres naturais, que são eventos que transformam de forma drástica a vida de muitas pessoas ao mesmo tempo, por exemplo, as enchentes, terremoto, etc. A capacidade de recuperação dessas pessoas frente ao evento é predominantemente determinada pelos indivíduos ou comunidades afetadas, os quais são os principais responsáveis por reverter sua situação de volta às condições sociais e econômicas anteriores ao desastre (DWYER *et al*, 2004).

A vulnerabilidade, portanto, neste caso, diz respeito à capacidade de um elemento (indivíduo, prédio, ponte, economia, etc.) ficar exposto ao impacto causado pela duração de um desastre. Na vida da McD os eventos desestruturadores, são, muitas vezes, tão poderosos como as enchentes ou terremotos, solapando suas forças e destruindo chances ou perspectivas futuras. Isto significa que a vulnerabilidade maior ou menor ao evento é proporcional à capacidade de alguém (ou algo) resistir, superar e se recuperar do impacto da ocorrência de um desastre natural (DWYER *et al*, 2004). Esta capacidade de reversão das situações adversas é manifestada por indivíduos ou grupos denominados resilientes, os quais, de acordo com Cecconello (2003, p.19) são aqueles que não “só evitam consequências negativas associadas com o risco, mas demonstram respostas adaptadas na presença deles”.

A capacidade de resistência, superação e de recuperação de eventos e experiências desestruturadoras, conforme demonstrado por estudos no campo da geociência (DWYER *et al*, 2004, p. 12), depende de níveis de vulnerabilidade associados aos desastres naturais, quais sejam,

- (1) *Nível individual*: atributos pessoais – indivíduos dentro de suas casas,
- (2) *Nível comunitário*: como as pessoas envolvidas interagem com seu entorno,
- (3) *Nível Regional, Geográfico*: os quão distantes estão os serviços e recursos, e
- (4) *Nível Administrativo e Institucional*: recursos financeiros disponíveis e estudos sobre formas de abrandamento das consequências.

Com a finalidade de compreender as chances de reversão de situações de vulnerabilidade, o esquema proposto por Dwyer (2004) articula-se e converge com o clássico

modelo triádico da resiliência (MELILLO; OJEDA, 2005) que trata dos fatores de proteção, os quais “referem-se à maneira como a pessoa lida com as transições e mudanças de sua vida, o sentido que ela mesma dá às suas experiências, e como ela atua diante de circunstâncias adversas” (YUNES, 2001, p. 39).

A presente pesquisa ilumina como esses fatores são, de igual maneira, determinantes para que McDs possam romper com os constrangimentos e experiências corrosivas que as vulnerabilizam intensamente. De fato, como veremos, momentos de transição e adversidades marcaram a história de vida da professora Dorina Nowill, entrevistada neste estudo. Os dados coletados revelam que esta mulher foi capaz de ressignificar as experiências adversas vividas rompendo com a condição de vulnerabilidade gerada pelos fatores de gênero e deficiência.

1.4 A vulnerabilidade no âmbito do Modelo do Déficit Cultural

Na mesma linha, a pesquisadora canadense estudiosa da resiliência, Sheila Martineal *apud* Yunes (2001) estabelece o **modelo do déficit cultural** como fator determinante na compreensão dos **processos de risco**. Esta nova visão redimensiona o conhecimento na área porque introduz uma perspectiva cultural que expande o conceito de vulnerabilidade ao associá-lo às desigualdades que atacam e ofendem a vida e a dignidade humana. Alinhadas ao novo modelo, Guimarães; Novaes (2009) argumentam que

A vulnerabilidade é função de uma relação social, cultural, política e econômica desigual e, como consequência de uma relação de desigualdade [que] pode manifestar-se de modo individual ou coletivo, (.) entre indivíduos, entre diferentes grupos, culturas ou etnias minoritárias em relação a um grupo mais amplo, ou [até] mesmo entre países (s/d) (p.5).

A literatura que discute o conceito de grupos vulneráveis está gradualmente se expandindo e parece já haver uma consonância entre autores. Por exemplo, Fernandes (2009) corrobora o argumento de Guimarães; Novaes (2009) sobre a existência de uma influência sócio cultural na caracterização de processos de riscos de grupos em situação de desvantagem que, em função de pressões externas,

sofrem tanto materialmente como social e psicologicamente os efeitos da exclusão, seja por motivos religiosos, de saúde, opção sexual, etnia, cor de pele, por incapacidade física ou mental, gênero, dentre outras características (FERNANDES, 2009, p. 03).

Tais circunstâncias vulnerabilizam indivíduos e grupos, acarretando a falta de oportunidade de acesso à educação, ao mercado de trabalho e a outros espaços de convivência regular que são fundamentais tanto para a vivência de experiências adversas como para a manifestação da resiliência que possibilita o enfrentamento das mesmas, conforme este estudo demonstra com a história de vida da professora Dorina Nowill.

O tema da vulnerabilidade de grupos sociais foi inserido na base do campo dos EC após a segunda metade dos anos 60, quando, de acordo com Costa; Silveira; Sommer (2003, p. 36),

Cultura transmuta-se de um conceito impregnado de distinção, hierarquia e elitismos segregacionistas para um outro eixo de significados em que se abre um amplo leque de sentidos cambiantes versáteis.

Dessa forma, buscar o aprofundamento teórico acerca do grupo social constituído por McDs, grupo esse que ainda permanece invisível nos estudos de gênero, nos estudos sobre deficiência e também nos EC, significa, espero, uma contribuição relevante para o avanço e a expansão das três áreas de conhecimento. Seguramente, o modelo sócio-cultural da vulnerabilidade e da resiliência de McD está na raiz dos EC uma vez que investigá-los lançará luz aos efeitos da exclusão e da vivência de experiências adversas dos grupos sociais acima mencionados pelos autores/as, efeitos esses que geram a vulnerabilização de indivíduos e grupos.

1.5 Vulnerabilidade causada pela condição de Gênero

Nesta seção apresento aspectos históricos assim como experiências limitantes e constrangedoras que, desde o nascimento até a fase adulta, desgastam a força necessária para que a McD possa romper com práticas sócio-culturais de silenciamento e opressão que as colocam em situação de múltipla vulnerabilidade, entre as quais a discriminação e o preconceito com base em características pessoais; a falta de oportunidade de acesso à educação porque a “escola” não está preparada, a ausência de oportunidades de relacionar-se amorosamente porque não se acredita que tenham capacidade para gerir um relacionamento, etc. Na próxima seção, ao discutir a vulnerabilidade gerada pela condição deficiência aprofundaremos esta temática.

A referência histórica da condição de vulnerabilidade feminina é importante nesta dissertação porque ela desvela as raízes de experiências que minam as chances de desenvolvimento pleno, auto-realização e possibilidade de participação social, política e econômica da mulher na sociedade. A literatura que trata de fatores de gênero (SANTOS, 2011, p. 12) revela que existe uma dicotomia entre o feminino e masculino, que se baseia

em diferenças anatomofisiológicas, legítima rótulos psicológicos, de comportamentos, de habilidades e de capacidades que distinguem mulheres e homens. Às mulheres são atribuídas atividades que requeiram a delicadeza, a paciência, o cuidado e que se encaixem nos fatores ‘limitantes’ de sua condição de mulher [...].

Com a citação acima, Santos (2011), reafirma o conhecimento de que a condição de inferioridade social e econômica do sexo feminino com relação ao sexo masculino constitui fato histórico já explorado por muitos/as autores/as do campo de estudos sobre gênero (BESSA, 2008; BELENS, 2008; SALVATICI, 2005; CARVALHO; PEREIRA, 2003; FLORES, 2003; COSTA, 2003; BETTO, 2001). Contudo, “[...] quando a deficiência se agrega à condição feminina, como mais um fator de discriminação, as situações de exclusão, segregação e violência se potencializam” (CINTRA, 2008, p. 42) e embora, “do ocidente ao oriente, as McD tenham sido sistematicamente expostas à violação de seus direitos mais básicos”, os estudos relacionados às suas experiências de vida são praticamente inexistentes.

Experiências de maus-tratos, perseguição e opressão, silenciamento e mutilamento marcam a história do processo de vulnerabilização do sexo feminino desde a antiguidade, conforme registros de estudos sobre civilizações greco-romanas, quando

a mulher era considerada o símbolo do mal, responsável pelas grandes mazelas da humanidade; sobre ela pesava a “culpa” primordial; ela era o “segundo sexo”, o “outro” que precisava ser mantido em constante vigilância, carregando no nome a marca da fraqueza do sexo. (FLORES; MORAIS, 2003, p. 228).

O posicionamento contundente das autoras revela uma compreensão perversa acerca do feminino e socialmente considerado, irrelevante (segundo sexo) e pernicioso (culpada primordial pelas mazelas do mundo!) papel social. Embora a civilização humana tenha evoluído de forma significativa desde a antiguidade, e os direitos igualitários entre todos/as, promovidos a partir da publicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), tenham se tornado um dos principais valores norteadores de mudanças sociais de peso

no século XX, a desvantagem feminina em relação ao sexo masculino ainda é gritante, e se manifesta desde o nascimento até a fase adulta.

Ao nascer, a menina com ou sem deficiência, é culturalmente recebida com atitudes diferenciadas por parte da família. Dorina Nowill, cuja história de vida é investigada nesta dissertação, faz referência ao fato de que, apesar de ter nascido sem deficiência (uma vez que ficou cega aos 17 anos), sua chegada surpreendeu a todos, já que seus pais esperavam o nascimento de um filho homem (Ver capítulo III).

Quando, porém, nasce um bebê com deficiência, as atitudes discriminatórias exercem força corrosiva ainda maior, uma vez que é sobre a mulher que recai toda a “culpa” pela deficiência de seu filho (a).

Quando dá à luz uma criança “anormal”, a mulher se sente sempre culpada e procura no passado de sua família precedentes que lhe confirmem a responsabilidade, [ao passo que o homem] joga a culpa na companheira, nunca duvida, a priori, da própria perfeição (BELOTTI, 1987, p.16).

Este exime-se de procurar raízes genéticas que constituam indicadores de deficiência. Tal fato indica que historicamente a condição feminina gera, em si mesma, constrangimentos sócio-culturais que negam à mulher o direito à autonomia e a possibilidade de participação social em igualdade de condições.

Como consequência, a promoção e defesa da igualdade entre os gêneros ainda constitui prioridade na agenda educacional internacional, conforme pode ser verificado com base no texto da Conferência Mundial de Educação para Todos (UNESCO, 1990, p. 1), quando denuncia que,

mais de 100 milhões de crianças, das quais pelo menos 60 milhões são meninas, não têm acesso ao ensino primário; mais de 960 milhões de adultos, dois terços dos quais, mulheres, são analfabetos, e o analfabetismo funcional é um problema significativo em todos os países industrializados ou em desenvolvimento.

Tal dado revela que, no planeta, dois terços das pessoas que estão à margem da educação são do sexo feminino, situação que, obviamente, implica em redução de oportunidades de desenvolvimento humano e formação para acesso ao mercado de trabalho a esta população, uma vez que

ainda não foram superados os obstáculos de acesso a cargos de chefia e diferenças salariais; estes, embora tenham diminuído desde os anos 90, ainda

permanecem e significam que as mulheres aceitaram postos de trabalho miseráveis para sobreviver com sua família, já que as taxas de desemprego feminino são significativamente maiores do que as da população masculina (TEIXEIRA, 2008, p. 1).

No caso da McD, os dados oferecem indícios que potencializam sua situação de desvantagem perante a população masculina com deficiência.

De acordo com dados do Censo Populacional do IBGE no ano 2000, a população de McD totaliza 53,5% contra 46,4% de homens com deficiência. Apesar disso, constata-se que os homens são maioria no mercado de trabalho, ocupando 65,76% dos postos que lhes são oferecidos enquanto a McD ocupa apenas 34,2% dos postos existentes. A respeito destes dados, analisa Néri (2003, p. 140) “que mesmo sendo maioria na população total com deficiência, as McD estão sub-representadas no mercado formal de PcD”. Os achados na literatura (TEIXEIRA 2008; NERI, 2003; UNESCO, 1990) indicam que analfabetismo e desemprego geram consequências perniciosas na vida das mulheres, em particular, daquelas que possuem algum tipo de deficiência.

O presente estudo mostra que, após a perda da visão, estes elementos corrosivos advindos da condição de deficiência, passaram a fazer parte da vida de Dorina potencializando sua condição de vulnerabilidade já decorrente dos fatores de gênero. Por esta razão destaco a relevância do acesso à educação como etapa determinante na vida de Dorina, assim como em minha própria vida e de tantas outras McD que, uma vez escolarizadas podem ocupar postos diversos no mercado de trabalho e, em alguns casos, desempenhar papéis de liderança nas organizações às quais estão vinculadas.

Por ser considerada o “segundo sexo”, por séculos, a mulher teve seus direitos básicos civis e políticos violados. Refiro-me, por exemplo, ao direito de votar e ser votada, que somente lhe foi assegurado a partir do ano de 1893, quando o governo da Nova Zelândia instituiu esse direito. No Brasil, por outro lado, isso só foi possível 50 anos depois, durante o governo de Getúlio Vargas, precisamente no ano de 1932, quando ocorre a revolução constitucionalista e é instituído o primeiro código eleitoral nacional (RIBEIRO, 2006).

De acordo com a literatura que trata de gênero, diversos fatores históricos são determinantes na configuração da vulnerabilidade feminina. E há registros de que Estado e Igreja reforçam tal condição, reduzindo o papel da mulher à procriação e perpetuação da espécie. Neste sentido, segundo Ruether *apud* Alcântara (2002, p. 4), “Deus é modelado de

acordo com a classe dominante patriarcal, e pensa-se que ele se dirige diretamente a essa classe de homens, adotando-os como seus filhos”.

O estado reforça a adoção da concepção religiosa, reproduzindo as práticas corrosivas que marginalizam e vulnerabilizam a mulher, mantendo-as dependentes do marido e responsáveis exclusivamente pelo cumprimento das tarefas domésticas, por exemplo, conforme se verificou na época do Brasil Colônia. Neste período “a educação feminina ficou geralmente restrita aos cuidados com a casa, o marido e os filhos. A instrução era reservada aos filhos homens” (RIBEIRO, 2008, p. 79).

Outra concepção histórica, cristalizada na cultura machista, a qual contribui para a impossibilidade de reconhecimento do valor social feminino e o consequente embotamento de suas forças, é o entendimento de que o corpo da mulher pode ser utilizado para servir a interesses hegemônicos do Estado. Este processo verificou-se em distintos períodos históricos, afetando particularmente as camadas mais pobres da população feminina:

nas camadas mais pobres, onde as mulheres eram incentivadas a procriar cedo, dentro ou fora do casamento, dada a necessidade de se obter mão-de-obra para os trabalhos e para as guerras, ou eram negociadas desde a infância em casamentos com a finalidade de preservação da herança das famílias abastadas (PAULA; REGES; LOPES, 2005. p. 29).

Com a Revolução Industrial modificam-se as relações de trabalho. Todavia, mantém-se a manipulação ideológica da capacidade produtiva e reprodutiva das mulheres, uma vez que estas permanecem no exercício de funções inferiores em relação às desempenhadas pelo homem.

Nas sociedades industriais, as mulheres são socializadas para assumirem uma personalidade feminina e uma identidade de gênero específica. São relegadas ao âmbito privado do lar, excluídas das atividades públicas, são alocadas a atividades físicas restritas, inferiores, mal pagas e degradantes, e são submetidas a ideologias estereotipadas que as definem como fracas e emocionalmente dependentes do homem (CARVALHO; ANDRADE; JUNQUEIRA, 2009, p. 36).

Os efeitos da Revolução Industrial criam experiências limitantes e constrangedoras originadas como uma estratégia capitalista do sistema de produção que reforça a pressuposta condição de fraqueza feminina. Nessa época instituiu-se a visão de que, por não possuir força física igual ao homem, ela não correspondia aos interesses financeiros dos patrões

proprietários das grandes indústrias, mantendo-se em condições salariais e de trabalho desiguais.

É interessante notar que o sistema educacional vigente à época corrobora para a manutenção desta ideologia, uma vez que o magistério,

que foi inicialmente uma atividade masculina, após um processo de formalização e burocratização, a partir da segunda metade do século XIX passou a ser exercido eminentemente por mulheres (...) como resultado do próprio capitalismo, relacionando-se o magistério com a domesticidade, passando a mulher a receber salários menores que os necessários para os homens, para o exercício da docência (SOUZA, 2000, p. 80).

Novamente, portanto, a mulher é colocada em uma atividade profissional na qual imediatamente a função docente é desvalorizada porque o magistério para as mulheres caracterizou-se como uma extensão de sua atividade familiar.

Gradualmente, as mulheres passam a desempenhar tarefas em outros espaços do mercado de trabalho, e em pequenas proporções abandonavam os ambientes domésticos. Assim, cresce a participação da mulher nas diversas sociedades e hoje sua presença já se destaca pela atuação nas esferas política, econômica e social. Contudo, tais mudanças ainda não deram conta de reduzir mundialmente a invisibilidade social da maioria das mulheres, realidade que pode ser também verificada pelas condições desiguais de trabalho e salário.

Ao optar pelo magistério, Dorina, a primeira mulher cega formada na escola normal brasileira, abre também para qualquer McD perspectivas de atuação nesta área. Sua capacidade de ruptura e de luta pela abertura de oportunidades nas várias esferas sociais foi determinante para mim, assim como para um considerável número de mulheres pertencentes a esse grupo social.

Nesse sentido, o acesso e interesse pela área educacional contribuíram decisivamente em nossas vidas, possibilitando a muitas de nós, aquisição a bens de consumo, nem sempre alcançada por pessoas sem deficiência, além do exercício de papéis proativos nos espaços regulares, nos quais estamos inseridas.

1.6 A violência como manifestação de vulnerabilidade feminina.

As experiências de deterioração das forças e da capacidade de resistência feminina podem ser ainda percebidas quando observados em ambientes de violência dentro dos quais a

mulher está inserida. Almeida (2009, p. 4), denuncia que “os episódios de violência refletem mais uma faceta da exclusão das mulheres [nos vários setores da vida humana] e revelam a explícita discriminação de gênero baseada no ideal de superioridade masculina”.

A mídia e outros mecanismos da sociedade moderna geram uma nova forma de violência que nem sempre se percebe e que, contudo, se faz presente no dia a dia, ofendendo sua dignidade e fortalecendo sua condição de vulnerabilidade. Santos (2008, p. 133) afirma que,

As mulheres de todos os níveis de classe social não escapam da violência simbólica alimentada por fatores como a impunidade e a cultura machista, geralmente presente na relação paterna desde a infância.

Os efeitos dessa manifestação de violência são visualizados por meio dos estereótipos que a cultura desenvolve e a sociedade reproduz, mantendo viva a força do homem em detrimento da fragilidade feminina.

Inserir as questões de gênero no campo dos EC implica repúdio e negação a toda e qualquer prática de violência, física ou simbólica que, ainda hoje, constitui fator determinante para a instalação da vulnerabilidade feminina.

Os EC (EC) vão surgir em meio às movimentações de certos grupos sociais que buscam se apropriar de instrumentais, de ferramentas conceituais, de saberes que emergem de suas leituras do mundo, repudiando aqueles que se interpõem, ao longo dos séculos, aos anseios por uma cultura pautada por oportunidades democráticas. (COSTA; SILVEIRA; SOMMER, 2003, p. 37).

Uma outra face da superioridade masculina é representada pela expressão de violência física que vitimiza mulheres dentro e fora de suas casas. Os comportamentos masculinos agressivos se materializam na forma de “espancamentos, estupros ou outros abusos sexuais praticados por maridos, namorados, irmãos, pais ou outros do sexo masculino” (SANTOS, 2008, p. 163). De acordo com esta autora, no ano de 2001 as taxas de espancamento feminino totalizaram 11% no território brasileiro. Da mesma forma, e talvez em proporções não imaginadas, as mulheres, e particularmente as meninas com deficiência, são desde o início da vida vítimas destes abusos, porque são pessoas frágeis e indefesas, sem valor social ou econômico, sem direito a voz, e em muitos casos, sem possibilidade de expressão, o que assegura ao perpetrador da violência o silêncio da vítima.

Ferreira (2009, p. 49) é enfática ao afirmar que “uma criança que tenha nascido com deficiência pode ser abandonada, escondida, deixada a míngua para morrer, trancafiada,

abusada sexual ou psicologicamente ou sofrer outras crueldades que seriam difíceis de listar” e o grau de vulnerabilidade das crianças com deficiência ao abuso sexual é proporcional:

- *à existência de carência afetiva e emocional* causada por contínua segregação social e isolamento, que podem favorecer a ação de um possível abusador;
- *à falta de capacidade física para defender-se*: a criança, jovem ou adulto com deficiência, em geral, estará em posição de desvantagem física com relação ao adulto;
- *à falta de habilidades comunicativas para relatar o que aconteceu*: o não desenvolvimento de habilidades linguísticas, obviamente, constitui um problema no compartilhamento da experiência, e principalmente em corte, quando o caso é denunciado;
- *à falta de estímulos favoráveis ao desenvolvimento* de suas habilidades, auto-proteção, independência e autonomia;
- *à falta de informações básicas e orientações sobre a sua própria sexualidade*: em geral, a sexualidade da PcD é considerada inexistente por parte dos adultos com os quais convivem. As crianças não têm oportunidades para aprender limites ou modelos sobre como agir frente ao assédio sexual;
- *à falta de estrutura familiar e acompanhamento sistemático*: isto é, a criança é tratada com indiferença ou é super-protegida, acaba sendo envolvida em conflitos ou relações de dependência complexas que acabam camuflando a violência sexual;
- *à falta de recursos físicos e emocionais para enfrentar o abuso em geral*: a sociedade civil e as instituições ainda estão pouco preparadas para lidar com este assunto sensível e não dispõe de meios efetivos para identificá-lo, denunciá-lo e combatê-los através de dispositivos legais eficientes. (SCS, 2002 *apud* FERREIRA 2008, p.128).

Apesar do conhecimento hoje disponível, das políticas públicas, ações da sociedade civil, da mobilização e inserção feminina em organizações não governamentais e dos estudos de gênero, o debate atual ainda não envolve as questões pertinentes às meninas e McD. Consequentemente, a violação de seus direitos, de seu corpo de sua vida, passam ao largo do movimento em defesa tanto da mulher como da PcD.

Na seção seguinte, trato especificamente da vulnerabilidade causada pela condição deficiência e os fatores de risco que, ao longo da história da menina e da McD, constituem uma ameaça ao seu desenvolvimento pleno e saudável pessoal, física, psicológica, emocional, educacional e profissionalmente.

1.7 Vulnerabilidade causada pela condição de Deficiência

Conforme explanei em seções anteriores, a vulnerabilidade ocorre quando estruturas, materiais ou seres humanos são expostos a condições de risco (LISBOA, 2003; DWYER *et al*, 2004; CHRICHTON, 1999), o que gradualmente desgasta suas forças e capacidade de resistência diante de tal situação. A histórica condição de risco às experiências desestruturadoras às quais a PcD está exposta ao longo de sua vida se potencializa quando associada ao fator gênero: nascer mulher, inevitavelmente, significa imergir em um contexto social dominado pelo sexo masculino, cujo valor coloca a mulher em situação permanente de desigualdade, independentemente de suas aquisições e realizações, autonomia e sucesso financeiro e profissional. Ou seja, os riscos à vulnerabilização de McDs são de ordem exponencial se comparados às mulheres sem deficiência. Exatamente por isso, esta dissertação argumenta que McD são indivíduos com múltipla vulnerabilidade e estudar McD que conseguiram romper com a histórica cristalizada exclusão e subalternidade social e econômica, constitui uma contribuição valiosa para o campo dos EC, que visa dar voz aos grupos silenciados ao longo da história.

A gravidade da exclusão e vulnerabilização de McD é tão significativa que, mesmo nos fóruns de debate sobre gênero, suas vozes ainda não são ouvidas. As mobilizações transformadoras do movimento feminista que, a partir da década de 90, se intensificaram no Brasil, não contemplam o movimento social constituído pelas McDs. Grupos organizados passam a promover a luta sistemática pela garantia de seus direitos e combate à violência. Gradualmente, portanto, “delinearam-se agendas específicas [voltadas para] negras, prostitutas, lésbicas, trabalhadoras rurais e urbanas, empresárias, etc.” (FREI BETTO, 2001, s/p). Isso significa que as McD, estão geralmente sub-representadas nos movimentos de mulheres cujo debate negligencia as questões ligadas à articulação entre as condições gênero & deficiência.

A invisibilidade do tema McD no movimento feminista apenas reflete a histórica invisibilidade de PcD nos vários movimentos e setores sociais (FERREIRA, 2009; SOARES, 2010) e não constitui um evento particular ou especial. A ausência das vozes de McD nesses fóruns nacionais e internacionais ocorre por força de crenças infundadas em torno de sua “suposta incapacidade”. O problema se instala quando essas crenças cristalizadas na mente de

quem não tem deficiência se materializam como impedimentos para estudar, trabalhar, estabelecer relações afetivas e sexuais sólidas, se realizar como ser humano. Crenças essas nocivas e que são resultado da ignorância geral sobre o que seja “deficiência” em termos de sua ampla variedade de manifestações. (...) a palavra deficiência provoca uma reação imediata que traduz um preconceito: *Deficiente? Logo não tem capacidade[!]* (FERREIRA, 2004, p. 23) [Grifo da autora].

O preconceito contra a PcD as vulnerabiliza a medida que afeta sua convivência na família, na escola, no mercado de trabalho e em outros espaços da sociedade, nos quais ao negar-se a estes seres humanos o direito de participação cria-se desvantagem e desigualdade social, cujas raízes históricas corrosivas têm origem em um passado longínquo, nos preceitos greco-romanos, assim como na Bíblia:

Os ditos deficientes eram associados à imagem do diabo e aos atos de feitiçaria, eram então perseguidos e mortos, pois faziam parte de uma mesma categoria: a dos excluídos. Então, deviam ser afastados do convívio social, ou, até mesmo, sacrificados (CARDOSO, 2003, p. 16).

Assim como ocorre com a mulher (e, em muitos casos, com membros de outros grupos minoritários), a exclusão da PcD dos espaços regulares de convivência social acontece como consequência da associação entre o binômio deficiência x incapacidade, em nome do qual um considerável número de crianças, jovens e adultos com deficiência são “encaminhados e devolvidos” às instituições especializadas, ou são mantidos confinados em seus lares.

Enquanto em muitos países ricos PcDs são institucionalizadas e privadas de conviverem com suas famílias; nos países economicamente pobres elas podem estar trancafiadas, abandonadas ou não receberem tratamentos e cuidados necessários a sua saúde e vida digna (FERREIRA, 2004, p.5)

A combinação do foco na deficiência (e não na pessoa), a crença na incapacidade de aprender e o isolamento social impedem, de forma substancial, a ocorrência de oportunidades de aprendizagens variadas e, como consequência, limita as chances de desenvolvimento desse ser humano. Da mesma forma, a crença de que a PcD necessita, prioritariamente, atendimentos especializados (várias especialidades médicas, fonoaudiologia, fisioterapia, psicologia, etc.) acaba por criar uma barreira, às vezes intransponível, à vida regular e à escolarização em escolas regulares, experiência crucial para seu desenvolvimento ainda em tenra idade.

[as PcD] precisam de serviços especiais, tais como sistemas de transporte especial e assistência social. É para isso que existem instituições especiais, por exemplo, hospitais, escolas especiais ou empregos protegidos onde profissionais como assistentes sociais, profissionais da saúde, terapeutas, professores de educação especial decidem e oferecem tratamento especial, educação especial e ocupações especiais (HARRIS, 2003, p. 172).

Pouco a pouco, a deficiência se torna a referência social sobre aquela pessoa, que foi sistematicamente impedida de se desenvolver em direção à sua vida adulta e se tornar independente; “a deficiência ocupa o lugar e o valor da pessoa” (FERREIRA, 2009, p. 12). Uma vez que, acredita-se que a PcD constitui um fardo social e familiar, as práticas institucionais e profissionais que se fortaleceram ao longo de séculos foram também marcadas pelo isolacionismo e segregação dessas pessoas dos espaços regulares de vida. Na Idade Média, por exemplo, a responsabilidade sobre o serviço a ser oferecido a estes indivíduos estava, geralmente, a cargo do Estado e da Igreja, que adotaram a filantropia como princípio e norma norteadora de sua ação: “filantropia, [é uma] palavra derivada do grego *philanthropia* via francês *philanthropie*, [e] significa amor à humanidade, humanitarismo, caridade (FERREIRA *apud* JANNUZZI, 2004, p. 94).

A concepção filantrópica perpassou a história dos serviços de atendimento à PcD por séculos e determinou, em muitos casos, a internalização do senso de dependência e necessidade de assistência pela própria PcD, algumas das quais podem apresentar níveis extremos de dependência. O estudo de Soares (2010) – **“Nada sobre Nós sem Nós: Estudos Sobre a Formação de Jovens com Deficiência para o Exercício da auto-advocacia em uma Ação de Extensão Universitária”** – indica que o conhecimento de si própria é ferramenta indispensável para que PcD possam romper com sua condição de **assujeitamento**, conforme concepção Foucaultiana adotada pela pesquisadora, e que ações de cunho assistencial/caritativo não são favoráveis ao desenvolvimento do senso de independência. Assim, o reconhecimento do próprio valor enquanto pessoa humana colocado acima de sua condição de deficiência, as ajuda a ressignificar sua identidade e pertencimento a um grupo social que tem igualmente valor, líderes e celebridades, a exemplo de Ray Charles, Stephen Hawking, etc.

Enfática quanto ao princípio de que “a cegueira não dá privilégios a ninguém”, a Professora Dorina Nowill, mulher cega cuja história de vida é investigada no presente estudo, claramente opõe-se às ações de cunho assistencial/caritativo (filantrópico), porque para ela

“todos nós, tenhamos ou não deficiência, somos convocados a dar de nós na medida em que recebemos do outro”, como qualquer ser humano.

Assim posicionando-se, como veremos no capítulo III, Dorina, a primeira professora cega brasileira formada na década de 40, demonstra sua capacidade de ruptura com o **modelo médico**, que está na base de práticas segregadoras e que consolidou práticas educacionais excludentes, hoje consideradas impeditivas e, portanto, prejudiciais ao desenvolvimento da PcD. De acordo com este modelo, a “deficiência é a doença, os comportamentos alterados são os sintomas, o tratamento objetiva minimizar os sintomas para que o sujeito possa conviver da melhor forma possível em seu meio familiar e social” (BARTALOTTI, 2006, p. 43).

Como resultado deste modelo, institucionalizado a partir da década de 60, e cujas consequências estão presentes até os dias atuais, estudantes com deficiência matriculados em escolas regulares permanecem excluídos, uma vez que sua rotina em escolas regulares de ensino comum ou em escolas/instituições especiais, independente da sua faixa etária, tende a ser predominantemente lúdica, artística e esportiva, ou seja, as atividades escolares se restringem às práticas comuns da educação infantil (FERREIRA, 2003; ASSIS, 2003).

O modelo médico, portanto, aumenta o risco de vulnerabilização da PcD e reforça a condição deficiência, na medida em que tende a desconsiderar a importância da experiência e aprendizagem escolar, da possibilidade de sucesso e de chances futuras mais exitosas para este indivíduo. Corroborando com esta constatação, Glat (2005, p. 10), apropriadamente, afirma que “a verdade é que raramente é dada às PcD [...] a oportunidade de aprender a se impor no mundo, a expressar seus sentimentos e desejos, a se arriscar e a lutar por aquilo que almejam ou em que acreditam”, e uma vez concebidos como indivíduos “sem voz” (anônimos), as PcD necessitam de outros/as que se coloquem na defesa de seus direitos, razão que justifica a criação e expansão de organizações para PcD, “cujas características fragmentam e distanciam, categorizam os seus assistidos, o que se repete com frequência nas escolas comuns e especiais e nas instituições dedicadas ao atendimento exclusivo de PcD”. (MANTOAN, s/d. p. 04)

Essa prática perniciosa baseada na suposta impossibilidade de aprendizagem e desenvolvimento da PcD, além da situação e sentimento de dependência que o/a aprisiona, cria barreiras que fazem nascer interiormente a negação do desejo de participação, de tomada de decisão e de expressão dos seus desejos, medos e necessidades e sonhos. A deficiência,

portanto, é uma condição multifacetada que traz em si mesma, independentemente do sexo, uma multiplicidade de barreiras de caráter familiar, educacional, de saúde, social, entre outros.

Estudos realizados por Machado (2008) na cidade de Três Rios-RJ e por Ferreira (2003) na região metropolitana de Pernambuco, ao tratar das barreiras e experiências discriminatórias, as quais se opõem ao direito de acessibilidade garantido por lei às PcD, oferecem dados que são representativos do que acontece na realidade brasileira. As barreiras arquitetônicas, presentes em terminais rodoviários, hotéis, estabelecimentos comerciais, escolas públicas ou particulares, serviços de saúde, dentre outros, são, de acordo com o pesquisador, determinantes para o isolamento social das PcD residentes naquele município porque “constituem aspectos restritivos e elementos potenciais capazes de condenar PcD a permanecerem trancafiadas em suas casas” (MACHADO, 2008, p. 13). Ferreira (2003), por sua vez, destaca como barreiras determinantes ao afastamento das PcD das escolas pernambucanas, entre outras, a qualificação profissional, o apoio governamental e a participação dos pais.

Para Machado (2008), tais práticas caracterizam-se como barreiras atitudinais que estão presentes na sociedade como um todo, e especificamente, nas práticas profissionais e/ou de indivíduos sem posição de poder quanto à tomada de decisões políticas baseadas em pressupostos preconceituosos e fundamentadas na ignorância acerca das possibilidades de desenvolvimento das PcD, bem como seus direitos. Em ambos os estudos, são ainda mencionadas as barreiras comunicacionais (ausência de sinalização e equipamentos), metodológicas (ausência de projetos inclusivos), instrumentais (ausência de aparelhos e outras ferramentas), e as barreiras programáticas (ausência de normas decretos e leis).

Ao pesquisar o fenômeno do fracasso escolar na vida de jovens com deficiência, Ferreira (2004) ilumina que:

A deficiência entendida como uma ‘entidade homogênea’ estabelece que PcD possuem apenas uma característica que justifica sua exclusão do sistema educacional, isto é, sua ‘incapacidade para aprender’ (p.06).

Contudo, em oposição a esta concepção desvalorizadora da capacidade de aprendizagem de PcD, a **Convenção da PcD** (ONU, 2006), que fundamenta-se nos direitos humanos, oferece uma nova e mais apropriada concepção de deficiência quando define que

PcD são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual, ou sensorial, os quais, em **interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas** [Grifo da Pesquisadora] (ONU, 2006, p. 164).

Compreende-se, portanto, que o foco da deficiência antes voltado para o indivíduo, reside agora nas barreiras presentes em uma sociedade construída por quem não tem deficiência para aqueles que não têm deficiência (!). Uma sociedade cuja estrutura e organização limita de forma nociva a participação desses cidadãos. Todavia, a experiência mostra que uma vez eliminadas tais barreiras, por meio da disponibilização do acesso, por exemplo, a ferramentas como a LIBRAS², o BRAILLE³, as comunicações alternativas⁴, dentre outros recursos, estas barreiras deixam de existir e as PcD se realizam e desenvolvem como qualquer outra pessoa sem deficiência, desde que possam compartilhar dos espaços regulares em condições igualitárias.

No contexto de práticas excludentes baseadas no modelo médico da deficiência, a negação do direito à educação, que se materializa por meio da institucionalização de práticas segregadoras, discriminatórias e isolacionistas, as quais resultam na “impossibilidade” de acesso ao mercado de trabalho, à cultura e ao lazer, constitui a principal barreira que neutraliza as forças das PcDs, tornando-as indivíduos frágeis e incapazes de gerir suas próprias ações. Assim, as situações de fracassos pessoal ou escolar ocorrem na vida de PcD não porque são incapazes, mas porque seus direitos são sistematicamente violados.

As pessoas que nascem com deficiências (ou as adquirem ao longo da vida) são continuamente privadas de oportunidades de convivência com a família e seus pares (colegas, vizinhos, parentes), da vida escolar, do acesso ao trabalho, à atividades de lazer e cultura, entre outros. Tem sido negado a essas pessoas o direito a uma vida digna e produtiva, durante a qual possam

² A língua brasileira de sinais (Libras) é a língua de sinais usada pela maioria dos surdos dos centros urbanos brasileiros e reconhecido pela lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 e decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005.

³ O Braille é um sistema de leitura tátil para cegos inventado pelo francês Louis Braille no ano de 1827 em Paris. Este sistema utiliza-se da sensibilidade epicrítica (sensibilidade fina de toque e vibração) do ser humano, a capacidade de distinguir na polpa digital pequenas diferenças de posicionamento entre dois pontos diferentes.

⁴ O termo Comunicação Alternativa é utilizado para definir outras formas de comunicação como o uso de gestos, língua de sinais, expressões faciais, o uso de pranchas de alfabeto ou símbolos pictográficos, até o uso de sistemas sofisticados de computador com voz sintetizada.

participar de atividades regulares do cotidiano como qualquer outro ser humano (FERREIRA, 2007, p. 1).

Apesar da contingência limitante acarretada pela deficiência, é fundamental destacar o significativo número de experiências de McD que superaram as barreiras, que incorporam em suas vidas o modelo dos direitos humanos e o adota como princípio norteador de suas vidas, rompendo dessa forma com as barreiras geradas pelo modelo médico, desconsiderando as crenças que as limitam e passando a atuar em defesa do crescimento/fortalecimento coletivo de seus pares.

A ação de mulheres como a Professora Dorina Nowill nega a concepção de que a deficiência é em si mesma condição limitante, uma vez que pessoas rotuladas ou diagnosticadas como incompetentes e, por isso mesmo, relegadas à dependência de outros por uma vida inteira, encontram forças e reagem diante de situações corrosivas e desestruturantes, tornando-se mulheres (auto)realizadas, bem sucedidas e comprometidas também com os interesses de seu grupo social. Esta é uma luta que demanda um conjunto de iniciativas, as quais, a meu ver, devem ser encabeçadas pelas próprias McD conforme prática de inúmeras mulheres em nosso país, de acordo o com que argumenta Rosângela Berman-Bieler,

“Vejo que nossa geração e, principalmente a área da deficiência, teve o privilégio de ter ajudado a gerar novos paradigmas para o futuro, dentro do universo da "diversidade". Agora temos a chance e o desafio de contribuirmos para a IMPLEMENTAÇÃO concreta do que, até o momento, é apenas DISCURSO. E só poderemos fazê-lo, servindo como modelo individual e "institucional", aplicando os paradigmas como guias de nossas decisões e ações pessoais e profissionais.” (BERMAN-BIELER, 1999, p.5)

Bieler é um exemplo de McD que rompeu e rompe cotidianamente com as barreiras impostas pela sociedade machista e construída para aqueles (as) que não têm deficiência. Nesse sentido, este expoente do movimento internacional das PcD rompeu com a múltipla condição de vulnerabilidade causada por fatores de gênero e deficiência que seguramente afetou sua vida, assim como a vida de todas nós. Tetraplégica, Rosângela Bieler fundou em 1999 o **Instituto Interamericano sobre Deficiência** (IID) e, entre outras ações, atuou no Banco Mundial como consultora representante da América Latina em ações e orientações em defesa de políticas públicas voltadas às PcDs.

Este capítulo tem como foco o processo de construção da múltipla vulnerabilidade da McD, a qual, conforme discuto com base em um referencial teórico relevante, resulta da combinação de duas condições humanas de risco que corroem suas possibilidades de

desenvolvimento: a condição de gênero e a de deficiência. O argumento central do capítulo é o de que, apesar dessas condições altamente vulnerabilizantes, porque possuem um forte elemento cultural de crenças e práticas de desvalorização humana, as mesmas podem ser superadas (e o são!) por inúmeras mulheres resilientes, como a Professora Dorina Nowill.

A resistência cultural é muito comum entre os povos subjugados politicamente, culturalmente ou pela força. Consiste na maioria das vezes em manifestações atomizadas de grupos às vezes relativamente reduzidos, sem forças suficientes para o combate simbólico em pé de igualdade com a cultura dominante (NEPOMUCENO, 2008, p. 7).

Os EC, cujo objetivo é romper com os padrões elitistas, visando dar voz aos grupos histórica e ideologicamente silenciados em função de sua impossibilidade política, social e econômica, inserem-se nesta dissertação, articulados à teoria da resiliência, com a finalidade de caracterizar os processos de resistência das MCD's diante de estruturas e condições adversas. A teoria da resiliência, por sua vez, permite um aprofundamento analítico sobre formas de superação de barreiras históricas, sociais, de concepção e atitudinais consolidadas ao longo de séculos de exclusão, subjulgamento e desvantagem vivida por McD e, dessa forma, oferece um referencial teórico de peso para a consecução do objetivo da presente pesquisa.

1.8 Contextualizando a Teoria da Resiliência no âmbito dos EC

Os estudos relacionados à resiliência tratam das reações positivas manifestadas por pessoas ou grupos no tocante a aspectos individuais, ambientais e/ou sociais. Em outras palavras, os estudos sobre resiliência concentram-se no alcance de resultados exitosos, contrapostos a situações de crise ou adversidades vivenciadas por estes indivíduos. (FARIAS, 2010).

Originária do latim, a palavra resílio significa retornar a um estado anterior. O dicionário da língua inglesa *Longman Dictionary of Contemporary English* (1995) apresenta duas definições para o termo: A primeira diz respeito à saúde e indica que a resiliência é a “habilidade de voltar rapidamente para o seu usual estado de saúde ou de espírito depois de passar por doenças, dificuldades, etc.: resiliência de caráter”. A segunda definição relaciona-se a flexibilidade de materiais, e implica na “habilidade de uma substância retornar à sua forma original quando a pressão é removida”.

Nos países do Norte, os quais se caracterizam-se como lócus dos desenvolvimentos teóricos, bem como dos avanços científicos nas distintas áreas do conhecimento, os estudos da resiliência consolidaram-se de maneira tal, que já fazem parte do domínio público. Seu emprego está presente tanto no meio acadêmico, como no repertório cultural popular, uma vez que o termo tornou-se expressão de uso coloquial, utilizada em quaisquer situações indicadoras de transformação (YUNES, 2002. p. 13).

No Brasil, contudo, a utilização dessa expressão restringe-se a acadêmicos, psicólogos e profissionais da engenharia e da física (Idem). Nestas áreas predomina a visão clássica advinda das Ciências Exatas de acordo com a qual, resiliência relaciona-se àqueles materiais que após sofrerem choques não se deformam (YUNES, 2002). Embora clássico, este conceito oferece elementos que nos permitem associar a teoria da resiliência às possibilidades de resistência de MCD's, historicamente subjulgadas, violadas em seus direitos, pressionadas e, conseqüentemente, vulnerabilizadas socialmente conforme apresentado nas sessões iniciais.

Os precursores do conceito de resiliência foram Thomas Young (1870) e Silva Júnior (1972). Young (1870) estuda a relação aplicada num corpo e a deformação que essa força produzia. Já o segundo pesquisou a capacidade máxima de armazenamento de energia por parte de um material, o qual não sofre deformações permanentes.

Na segunda metade da década de 60, esse conceito é transportado para a área da saúde, através de estudos que, de acordo com Souza; Cervený (2006 p. 3) tratavam de:

Pessoas que a despeito de terem sido submetidas a traumas agudos ou prolongados – fatores estes considerados de risco para o desenvolvimento de doenças psíquicas - não adoeciam como seria o esperado.

O conceito de resiliência é posteriormente adotado pela psicologia, que a princípio preocupa-se em demonstrar como eventos de vida negativos produziam atrasos no desenvolvimento e desordens psiquiátricas. Nessa perspectiva, prosseguindo com o estado da arte em relação ao tema, (Souza; Cervený, 2010, p.3) destacam que no campo da psicologia o

conceito de resiliência foi definido a princípio como um conjunto de traços de personalidade e capacidades que tornavam invulneráveis as pessoas que passavam por experiências traumáticas e não desenvolviam doenças psíquicas, caracterizando assim, a qualidade de serem resistentes.

Note-se que a invulnerabilidade aqui mencionada, não aponta para aspectos de uma realidade sócio-cultural, da qual tratei até aqui, refere-se apenas a condições psíquicas dos indivíduos.

Michael Rutter *apud* Yunes (2001), um dos precursores dos estudos em resiliência, sugere a extinção dos termos invulnerabilidade e invencibilidade, os quais, segundo ele, estariam associados a um estado de total imunidade diante das pressões. E adota o termo resiliência, que indica a flexibilidade dos sujeitos diante de situações adversas. A partir desse fato os estudos científicos sobre resiliência se consolidam, e é crescente o interesse de pesquisadores nessa área.

1.8.1 Principais pesquisas em Resiliência

As pesquisas sobre resiliência estão geralmente ligadas ao campo da Psicologia (CYRULNIK, 2009). Porém, como em todo estudo de caráter científico surgiram, no decorrer de décadas, controvérsias quanto ao seu principal objeto de investigação. Ocorre com isso a divisão entre os pesquisadores da primeira geração que atuaram nos anos 70 e 80, e os estudiosos da segunda geração, cujos estudos datam da década de 90 aos dias atuais. Durante a primeira geração:

“...começa-se a ampliar o foco de pesquisa, que se desloca de um interesse em qualidades pessoais, que permitiriam superar a adversidade (como a auto-estima e autonomia) para um interesse maior em estudar os fatores externos ao indivíduo (nível socioeconômico, estrutura familiar, presença de um adulto próximo)” (MELILLO, 2008, p. 24).

Pensar a resiliência de MCD's, dentro desta perspectiva teórica, implica olhar para além de seus atributos ou qualidades pessoais que lhe permitiram resistir às situações de adversidade. Trata-se, pois, de investigar condições familiares, econômicas e sociais presentes em seu percurso de vida, as quais são determinantes para a compreensão de processos de ruptura com situações adversas.

Entre os pesquisadores desta geração, destaca-se o estudo de Emmy Werner e Ruth Smith (1992), que ao pesquisarem durante 32 anos 505 pessoas em condições de adversidade, procuraram investigar os fatores que diferenciavam os que se adaptavam positivamente à sociedade dos que assumiam condutas de risco. Este estudo baseou-se no modelo triádico de resiliência: (atributos disposicionais, coesão familiar e redes sociais de apoio).

A segunda geração de pesquisadores acrescenta ao modelo triádico a necessidade da interação de fatores advindos de três diferentes níveis: suporte social (eu tenho), habilidades (eu posso), força interna (eu sou e eu estou). Aí está a base para o Projeto Internacional de Resiliência implementado por Edith Grotberg (1993).

Nesta geração são relevantes os trabalhos de: Luthar; Custing (1999), Masten (1999), Kaplan (1999) e Bernard (1999). E como estudioso de vanguarda destaca-se: Michael Rutter (1991 *apud* INFANTE, 1997, p.10), que ao adotar o conceito de mecanismos de proteção, redimensiona o conceito de resiliência. Este grupo de autores concebe a resiliência “como um processo dinâmico em que as influências do ambiente e do indivíduo interatuam em uma relação recíproca que permite à pessoa se adaptar, apesar da adversidade” (MELILLO, p. 25).

Esta nova geração de autores alia os estudos sobre resiliência ao aporte oferecido pela Teoria Ecológica de Bronfenbrenner (YUNES, 2011), cujas dimensões são adotadas nesta dissertação como recurso metodológico para organizar e analisar os dados, conforme explicitado no capítulo 2 sobre metodologia.

Como se pode perceber, o conceito de resiliência passou por significativas mudanças, “evoluindo do concreto para o abstrato, das realidades materiais, físicas e biológicas, para as realidades imateriais ou espirituais” (TAVARES, 2002, p. 45). Pesquisar a realidade de McD à luz da teoria da resiliência implica, portanto, identificar, explorar e compreender sobre os aspectos que possibilitaram a superação de situações de adversidade e fortaleceram a luta e compromisso de tais mulheres em defesa dos direitos de seu grupo social. Ao fazer uso desse referencial teórico, pretendo ir além das situações de dificuldades historicamente vivenciadas por McD's, mantendo o foco em sua capacidade de resistência e perseverança diante de tais situações.

Os estudos acerca da resiliência realizados nos fins do século passado contemplam os contextos sócio-culturais e ambientais nos quais estão inseridos os indivíduos. Neste sentido, autores como Masten; Coatsworth (1998) conceituaram a resiliência como a manifestação de competências e habilidades na realização de tarefas inerentes ao desenvolvimento humano, tais como o desempenho acadêmico e profissional.

Esses aspectos contribuíram para minha opção pelo referencial teórico da resiliência, tendo em vista que o ingresso ao ensino superior e o sucesso profissional, foram critérios determinantes para a escolha da pessoa entrevistada para realização desse estudo.

Outro critério determinante nesta escolha foi a capacidade demonstrada por McD's, no sentido de contribuir para fortalecer processos emancipatórios de mulheres pertencentes a seu grupo social. E a teoria da resiliência, na forma em que vem sendo pensada por seus atuais representantes, oferece elementos que alimentam tais discussões à medida em que aborda questões que privilegiam o desenvolvimento humano.

Resiliência tem comumente sido encarada como uma capacidade de resistência inesperada a eventos potencialmente desfavoráveis, que se manifesta contra o que seria previsível dadas as circunstâncias em que os sujeitos foram no passado ou estão no presente envolvidos e que possibilita não só que sejam neutralizadas as consequências negativas que normalmente daí resultam, mas conseguir inclusivamente que possam vir a tornar-se num fator de desenvolvimento humano (GROTBERG, 1995, p.6).

A aplicação desta teoria junto a MCD's, torna-se viável tendo em vista que o estado da arte apresentado anteriormente, revela a presença de elementos históricos desfavoráveis, os quais neutralizam suas ações, impedindo-as de superar os obstáculos que vão desde o ambiente familiar, até o contexto escolar e o mercado de trabalho.

Atualmente, o continente latino americano permanece marcado por identidades culturais e raciais, como também pela existência de redes sociais fragilizadas. Esse fato coloca os indivíduos, e aqui refiro-me particularmente ao grupo social constituído pelas MCD's, em condições de risco, o que demanda a necessidade de fortalecer experiências de resiliência comunitária. De acordo com Ojeda; Melillo (2008, p. 49):

... não é de estranhar que a contribuição latino-americana ao conceito de resiliência seja maior quanto ao enfoque coletivo e que esteja enraizada na epidemiologia social muito mais do que nos enfoques clássicos que explicam o processo saúde-doença, baseando-se na observação de casos individuais.

Esta passagem de uma epidemiologia clínica a uma epidemiologia social de resiliência alia-se, neste estudo, aos processos de ruptura com os modelos que explicitam a condição de fraqueza feminina, como também ao binômio doença x deficiência, o que as impede de construir relações sociais sólidas e transformadoras. Dessa forma, pensar a resiliência das MCD's na América Latina pressupõe uma ruptura com valores socioculturais excludentes em detrimento de práticas que promovam a construção de uma sociedade marcada por valores tais como a solidariedade e a abertura de novos espaços para todos.

A revisão de literatura em resiliência indica o crescimento de publicações e pesquisas nesta área (SOUZA; SERVENY, 2006). Inicialmente, seu foco de interesse concentrava-se

em aspectos psicológicos, relacionado, sobretudo, a estudo com crianças. Posteriormente passou-se a investigar aspectos de caráter sociológico, conforme revelam os dados que se seguem: desde a segunda metade dos anos 60, até 1985, registra-se 49% de pesquisas relacionadas à resiliência de crianças. Esta proporção decresce para 16% nos anos 1993 a 1998 e para 12% a partir de 1999. Neste período verifica-se a preocupação com aspectos culturais, uma vez que surgem pesquisas relacionadas à resiliência e etnias, homossexualidade, crianças de rua, dentre outros temas que constituem áreas de interesse dos EC. Dessa forma, a **“resiliência é um conceito construído sócio-historicamente, impregnado de valores e significados próprios da cultura em que ele se insere”** (SOUZA; CERVENY, 2006, p. 14). Estas pesquisas são um reflexo da realidade e dos desafios de cada cultura local. Gênero & deficiência são temáticas contempladas pelas pesquisas em resiliência. Todavia, isto se dá de maneira compartimentada, o que comprova a escassez de estudos que articulam a realidade das McD, lacuna que busco preencher com a realização deste trabalho.

CAPÍTULO II

PERCURSO METODOLÓGICO

O presente estudo responde à pergunta de pesquisa **quais fatores determinam a ruptura com a condição de vulnerabilidade vivida por McD?** Para responder a esta pergunta, após analisar a possibilidade de conduzir um estudo **autobiográfico** (uma vez que sou cega) ou adotar a metodologia **história de vida** (MHV) e realizar o estudo com uma mulher considerada referência pessoal, profissional e uma liderança no movimento das PcD (PcD), considerei que a segunda abordagem metodológica melhor se aplica ao objetivo desta investigação que é o de analisar os processos a partir dos quais McD superam as adversidades que são consequência da condição de gênero e de deficiência.

Com base nesta escolha criteriosa, optei pela MHV como base do estudo e por incluir no mesmo, sempre que apropriado, elementos vivenciais autobiográficos da pesquisador/a. A opção por esta metodologia reside no fato de que seus pressupostos teóricos e metodológicos fornecem elementos que colaboram para a compreensão da cultura de indivíduos e grupos que agem em determinado tempo e espaço da sociedade.

A história de vida pode ser, desta forma, considerada instrumento privilegiado para análise e interpretação, na medida em que incorpora experiências subjetivas mescladas a contextos sociais. Ela fornece, portanto, base consistente para o entendimento do componente histórico dos fenômenos individuais, assim como para a compreensão do componente individual dos fenômenos históricos (PAULILO, 2008, p. 5).

Conforme dito pela autora, a apropriação de dados relacionados à vida de um indivíduo oferece luzes para analisar a história e a cultura de grupos, por vezes bem sucedidos, por vezes desempoderados, categoria da qual fazem parte as McD, público alvo deste estudo.

Para realizar o estudo, portanto, convidei a Professora Dorina Nowill, primeira professora cega a ingressar no ensino regular brasileiro, conforme apresentação detalhada no capítulo III.

Os estudos clássicos relacionados à MHV defendem que ao reconstituir história de vida de indivíduos por meio de depoimentos orais o pesquisador/a deve buscar evidenciar a ação de grupos socialmente desprivilegiados (MEIHY, 2007; MONTENEGRO, 1994). Burke (1992) argumenta que esta é a história vista de baixo, ou seja, a história de indivíduos ou

grupos cujas vozes se julga conveniente abafar e cujas ações “devem” ser mantidas no esquecimento porque pertencem a grupos subalternos às classes sociais privilegiadas.

Esta metodologia, portanto, relaciona-se de forma consistente ao objeto de estudo da presente pesquisa, uma vez que McD representa um grupo social em situação de vulnerabilidade e fazem parte de um grupo social historicamente excluído. Nesse sentido,

a história oral de mulheres não apenas traz de volta à superfície parcelas da experiência histórica feminina, mas, também, contribui para enfocar os mecanismos de inclusão e exclusão que regem memórias públicas (SALVACITI, 2005, p. 36).

Os mitos e crenças sobre a PcD em geral, são caracterizados por estereótipos que enfatizam sua deficiência como base de sua incapacidade e condição de inferioridade social porque se assume que não podem aprender e que são dependentes por natureza (FERREIRA, 2004). De acordo com Figueira (2008) as lendas, uma das maiores tradições orais do Brasil, contribuem de forma negativa para a imagem da PcD, uma vez que enfatizam a deficiência como algo feio ou mau como é o caso do Saci-Pererê. Este estudo representa uma tentativa de contribuir para a desconstrução de tal estereótipo e imagem da PcD, em especial da McD, na medida em que oferece evidências sobre as possibilidades reais de superação das adversidades e constrangimentos que fazem parte de sua vida até atingir um status social de reconhecimento público, nacional.

A seguir, detalho o percurso metodológico com o objetivo de clarificar aspectos relevantes da metodologia como elemento chave orientador de minha ação como pesquisador/a. Dessa forma, inicio com o detalhamento do processo de seleção da pessoa a ser entrevistada para o levantamento dos dados. A seguir apresento um quadro detalhado sobre o processo de coleta de dados por meio de entrevistas, incluindo o acesso a Dorina Nowill, dados sobre datas, duração e local das entrevistas, emails trocados, etc. Posteriormente, trato especificamente do processo de coleta de dados, incluindo dois pilotos (um comigo mesma, com a finalidade de levantar dados autobiográficos e, outro com uma McD física), de organização do arquivo de dados com base nas entrevistas e, finalmente, de análise dos dados de acordo com a MHV. Concluo o capítulo apresentando algumas questões relevantes sobre a neutralidade do pesquisador/a, eu nesse caso, e também sobre dilemas éticos que enfrentei durante a pesquisa.

2.1 A escolha da entrevistada do estudo

Segundo Albertine (2005, p. 31) “a escolha dos [as] entrevistados [as em pesquisa que adota a metodologia História de Vida] não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da **posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência.**” [Grifo do pesquisador(a)]

Este critério foi determinante para a escolha da mulher entrevistada nesta pesquisa, tendo em vista que sua participação junto ao movimento de PcD em todo o mundo, contribuiu para a promoção da cidadania de membros deste grupo que, por não ter visão, foram historicamente desprovidos do conhecimento que se dá através da leitura.

Os 66 anos que a professora Dorina dedicou à luta pela emancipação da PcD, a identificam como expressão de resistência frente a situações adversas geradas igualmente por fatores de gênero & deficiência, razão que me levou a estudar sua biografia.

O fato de Dorina haver transformado tais situações adversas em atitudes de fortalecimento, a coloca no centro de interesse desta pesquisa.

Enquanto mulher cega, senti-me desafiada a pesquisar a história de vida de um sujeito cujas ações o identificassem como um modelo na luta em defesa dos direitos de seu grupo social.

Outro critério que me levou a pesquisar a história de Dorina, foi o fato de que sua vida ajuda a visualizar aspectos significativos que retratam a situação da McD ao longo da história.

Nesse sentido, Glat (1989, p. 31) afirma que, “Histórias de vida, por mais particulares que sejam, são sempre relatos de práticas sociais: das formas com que o indivíduo se insere e atua no mundo e no grupo do qual ele faz parte”.

As palavras de Glat reforçam a relevância e as possibilidades de contribuição oferecidas pelo presente estudo, tendo em vista que ao fazer da situação de perda visual uma “alavanca” para seu fortalecimento, Dorina torna-se modelo a outras mulheres, quer possuam ou não deficiência.

Os estudos envolvendo história oral de vida, realizam-se por meio de entrevistas, nas quais o pesquisador/a tem uma participação pouco incisiva, sendo privilegiada a subjetividade expressa no depoimento do narrador.

Como método, a história oral se ergue segundo alternativas que privilegiam as entrevistas como atenção essencial dos estudos. Trata-se de centralizar os testemunhos como ponto fundamental, privilegiado, básico, das análises. (MEIHY, 2007, p. 71).

Ao analisar estes testemunhos, o pesquisador/a busca encontrar elementos que lhe auxiliam na compreensão da vida e da cultura de determinado grupo social, elucidando acontecimentos do tempo passado e apontando novas perspectivas de ações futuras.

Se as entrevistas, tomadas como fontes, são uma forma de nos aproximarmos da realidade (do passado e do presente), cabe perguntar o que podemos aprender especialmente com elas. Por que procuramos uma pessoa e pedimos que nos conte sua experiência em determinado acontecimento ou situação? (ALBERTINE, 2004, p.78).

Ao ouvir a experiência de vida da mulher entrevistada nesta pesquisa, busco encontrar elementos que oferece a MCDs a possibilidade de transformar situações de crise em oportunidade de crescimentos. Para tanto, a presente pesquisa será conduzida pelos objetivos e pela pergunta apresentados anteriormente.

2.2 Pilotos da Metodologia História de Vida

Ao iniciar o estudo, foram realizados dois projetos pilotos simples, com a finalidade de me preparar para a coleta de dados com a professora Dorina Nowill, em São Paulo. Estes procedimentos, como explicito a seguir, foram significativos para a segurança quanto ao uso da MHV.

2.2.1 Projeto Piloto 1: autobiográfico

O primeiro projeto piloto se realizou na residência de minha orientadora, que me entrevistou com o foco no objeto de estudo desta pesquisa. Nesta ocasião, as informações foram colhidas com base no procedimento denominado Linha do Tempo de mudança (Time line of change) (AINSCOW, 1994), na qual estavam contidos dados relacionados a pessoas e acontecimentos que marcaram minha vida, desde a infância aos dias atuais.

Cabe esclarecer que a linha do tempo de mudança é uma técnica de pesquisa, que neste estudo foi aplicada com o objetivo de ajudar a pesquisadora, no caso eu mesma, a repensar minhas experiências ocorridas ao longo da vida.

Para tanto, foi preparado um diagrama de linha do tempo o qual inclui uma série de eventos chaves associados com experiências e mudança (AINSCOW, 1994).

Após preencher este diagrama que contém: O evento, o período e algo que para mim foi significativo a ponto de provocar mudanças, minha orientadora e eu analisamos as respostas com o foco em elementos que me ajudariam posteriormente na realização das entrevistas.

Ao resgatar fatos e experiências de minha vida há muito esquecidos, essa vivência ajudou-me a conhecer passo a passo a aplicação da MHV. E o resgate de tais lembranças foi determinante para a compreensão do meu papel de pesquisadora-entrevistadora. Aprendi durante a aplicação do instrumento Linha do Tempo que, quando se estabelece uma relação de confiabilidade entre a entrevistadora e a narradora - na ocasião, eu mesma(!), a narradora é capaz de buscar na memória pessoas, situações e sentimentos que embora aparentemente “esquecidos, apagados”, foram decisivos na formação da personalidade, nas respostas aos desafios vividos e também na superação de adversidades apresentadas ao longo da vida.

2.2.2 Projeto Piloto 2: Professora Dra. Inácia, McD

O projeto piloto 2 consistiu na realização de uma seção de entrevista com a professora Inácia Sátiro Xavier de França, a qual adquiriu uma deficiência física severa após a conclusão do mestrado em Enfermagem. A escolha desta mulher se deu em virtude de seu envolvimento / compromisso com a causa da PcD. Nesse sentido, além de dedicar sua tese de doutorado a um estudo sobre as PcD, a professora Inácia incorporou ao seu trabalho como docente no Centro de Ciências Biológicas e de Saúde (CCBS) na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), a realização de pesquisas dentre outros serviços voltados à conscientização, ao bem estar e a saúde de McD.

O acesso à professora Inácia foi facilitado pelo bom relacionamento que já mantínhamos. Em face de meu trabalho no Instituto dos Cegos, fui convidada para colaborar com a pesquisa para sua tese de doutorado e, a partir daí, passei a admirar sua trajetória de vida e a forma “resiliente” com a qual superou a perda do movimento nos membros inferiores.

A entrevista desenrolou-se em um clima agradável, havendo relação de confiabilidade entre a pesquisadora e a entrevistada. Os dados da mencionada entrevista foram posteriormente transcritos, conforme recomendam os manuais de história oral, e encontram-se à disposição de pesquisadores caso julguem necessário. Em minha experiência como pesquisadora, estes dados contribuíram na medida em que ampliaram minha compreensão acerca das barreiras vivenciadas ao longo da vida de McDs.

Além disso, esta etapa foi decisiva ao processo de preparação para os encontros que estavam por vir (com Dorina Nowill em São Paulo). Os momentos de conversação com a professora Inácia ajudaram-me a perceber a forma espontânea por meio da qual se desenrolam as entrevistas em História de Vida. Nesse processo descobri que mais que fazer perguntas, meu papel enquanto pesquisador/a consiste em ouvir a depoente e extrair de suas falas fatos, histórias, personagens e/ou acontecimentos relevantes à elucidação da pergunta e objeto de pesquisa.

2.3 Detalhando campo e instrumentos para coleta de dados

2.3.1 Do acesso

Meu primeiro contato com Dorina ocorreu no dia 24 de setembro de 2009, no plenário da Câmara Federal (Brasília - DF), por ocasião de um seminário comemorativo ao bicentenário do nascimento de Louis Braille. Este contato foi rápido, porém deixou aberta a possibilidade de que, quer por telefone, quer pessoalmente na Fundação, novas conversas pudessem acontecer.

Assim se fez. Passados alguns dias telefonei, expliquei brevemente os objetivos e a metodologia do estudo, e Dorina, de pronto, concordou com a realização das entrevistas.

Viajei a São Paulo. E o fato de que nossos encontros iriam acontecer na sede da Fundação, me fez levar na bagagem, além da curiosidade de pesquisador/a, o desejo de conhecer de perto aquela obra que, através da leitura, colocou o "mundo nas mãos das pessoas cegas".

Durante a viagem contei com o apoio e a solidariedade de pessoas amigas. Os custos com as passagens aéreas foram baixos, por isso, eu mesma tive condições de assumi-los. Visando facilitar minha locomoção (já que não conhecia São Paulo) viajei com uma amiga

que me acompanhava a todos os lugares. Ficamos hospedadas na casa central da Congregação dos Cônegos Regulares Lateranenses (Ordem Religiosa de padres que trabalham na paróquia onde desenvolvo uma forte e militante atuação pastoral), situada a aproximadamente uma hora (em percurso feito de ônibus) de distância do prédio da fundação.

Minha chegada era aguardada pela equipe da Fundação, que, tanto quanto Dorina, foi calorosa na acolhida e prestativa ao oferecer as informações necessárias ao bom andamento do estudo.

Foi em um clima amistoso e de proximidade que vivenciamos dois encontros, ocorridos nos dias cinco e seis de outubro de 2009, na sala da presidência da Fundação Dorina Nowill para Cegos, SP. Os dois primeiros encontros tiveram a duração de 1h30min e os dois últimos duraram cada qual 1h, totalizando cerca de 5h de conversação criteriosamente transcritas e analisadas conforme indicam os manuais de história oral.

2.3.2 Seleção e organização de dados

Quanto à seleção e organização dos dados coletados, adotei os procedimentos recomendados pelos manuais de história oral (ALBERTINE, 2004). Em primeiro lugar, fiz o que estes manuais denominam **transcrição absoluta** ou integral da entrevista, na qual estão contidas todas as falas da pessoa entrevistada e da entrevistadora. Tal procedimento tem como finalidade evitar o corte de quaisquer ruídos ou mesmo de palavras que pareçam sem sentido, uma vez que tais gestos oferecem ao pesquisador/a informações que as palavras nem sempre são capazes de desvelar. Este foi um trabalho de transcrição literal, cujo documento final encontra-se arquivado em formato eletrônico à disposição de outros pesquisador/a es/as ou historiadores/as interessados na vida de Dorina Nowill.

Em função do distanciamento existente entre a fala bruta e o texto escrito, o mesmo sofreu uma série de alterações, ao que denominamos textualização ou transcrição. Trata-se aqui da elaboração de um texto conciso, do qual serão abolidas palavras ou expressões que não contenham significado para a pesquisa. O novo texto ganhou uma sequência lógica, e ficou assim pronto para a análise de dados, construída em sintonia com o referencial teórico relacionado à vulnerabilidade e resiliência, palavras chave utilizadas neste estudo.

Em pesquisas relacionadas à história de vida, o encontro com o entrevistado por si só nos ajuda a elucidar aspectos que as palavras são insuficientes para expressar. Dizem os

manuals de história oral que a reação dos entrevistados diante das perguntas: entonação, pausa, respiração, risos, lágrimas, etc, fornecem significativas respostas aos questionamentos formulados.

Eis o primeiro desafio: apesar da limitação visual esforcei-me, por meio dos sentidos remanescentes, para apreender aquelas informações cujas palavras de Dorina foram insuficientes para descrever, o que é perfeitamente possível a uma pessoa cega, tendo em vista que são os sentidos remanescentes que nos ajudam a perceber o mundo e as coisas à nossa volta.

Para mim, reconstituir a história de vida de McD constitui uma oportunidade ímpar de colocar no palco estes dois grupos que, como é possível perceber, ao longo da história mantiveram-se apagados da cena. “Que interessante reconhecer que, em meio a conjunturas, em meio a estruturas, há pessoas que se movimentam, que opinam, que reagem, que vivem, enfim” (ALBERTINE, 2004, p. 14).

É este movimento, cuja consequência foi a superação das barreiras encontradas no percurso de vida destas mulheres, que pretendo evidenciar no presente estudo.

2.4 Analisando os dados da pesquisa

Quanto à análise dos dados coletados, tomei como base pelo menos três critérios básicos, a saber: fidedignidade nas informações oferecidas, coerência com o estado da arte e correlação entre as falas das entrevistadas e a conjuntura na qual estão inseridas.

A história de vida nos possibilita ter acesso às falas e às práticas engendradas pelos discursos e que, através das experiências dos próprios sujeitos, podemos rever conceitos historicamente produzidos e universalizados em torno de uma representação de mulher. Buscamos perceber as experiências, as definições vividas por elas tanto individualmente como enquanto grupo, e entender como interpretam suas trajetórias, táticas e suposições, dilemas e alegrias (BELENS, 2008, p. 133).

Conforme orientam os manuals de história oral, há que se levar em conta os aspectos da devolução. “O historiador que utiliza evidência oral continua a ter uma responsabilidade ética, que está, acima de tudo, em garantir que a história será devolvida às pessoas cujas palavras ajudaram a construí-la” (THOMPSON, 1998, p. 273). Compreendo, portanto, que

antes de depoente, Dorina é sujeito no processo da pesquisa, na medida em que colaborou fornecendo feedback's quanto aos dados analisados, o que garantiu sua legitimidade.

A MHV permite o resgate da história de vida de cada sujeito e conduz a pesquisador/a a um mergulho no contexto social em que o mesmo se insere. Tal contexto acaba se constituindo como uma nova e enriquecedora fonte de pesquisa. De acordo com Vasconcelos (2006, p. 63), “contar a própria vida é também contar uma época histórica, um momento específico, um lugar, uma cultura formada de um coletivo de histórias”.

Penetrar os meandros da vida de Dorina Nowill foi um desafio para mim, e certamente para ela. Contudo, ao fazê-lo, ajudei-a a rebuscar sentimentos, pessoas e acontecimentos que marcaram sua vida, sua época, mas também sessenta anos de vida e cultura das PcD em nosso país. Esse processo foi se construindo num clima de diálogo, espontaneidade e naturalidade.

Devemos entrar no universo dessas pessoas um pouco a convite delas mesmas. Assim retornamos a necessidade de conceber uma relação íntima, geradora de confiança, a fim de que possamos chegar ao núcleo emotivo de nosso interesse de pesquisa, o coração da demanda. (VASCONCELOS, 2006, p. 63):

É nesta relação salutar, pesquisador (a) versus pesquisado, que este último vai aos poucos revestindo-se de condições que lhe permitirão rever aspectos de sua vida, e assim dar um significado novo às suas ações. "Compreender a própria vida implica poder abraçá-la, cercá-la e reconstituí-la, segundo os autores, pelo fato de enriquecerem seu percurso.

2.5 Apontando dilemas éticos

Ao conhecer a imprensa Braille e os demais serviços desenvolvidos na fundação, esforcei-me para que aquelas novidades não interferissem em meu trabalho de pesquisador/a. É o que recomenda Paulilo (2008, p. 3) ao afirmar que:

Sendo o pesquisador/a membro da sociedade, cabe-lhe o cuidado e a capacidade de relativizar o seu próprio lugar ou de transcendê-lo de forma a poder colocar-se no lugar do outro. Mesmo assim, a realidade, familiar ou inusitada, será sempre filtrada por um determinado ponto de vista do observador, o que não invalida seu rigor científico.

As leituras que havia feito em relação à vida e obra da professora Dorina, como também as etapas anteriormente realizadas, foram importantes, pois me ajudaram a suprimir perguntas que agora pareciam desnecessárias. Compreendi que era momento de estabelecer

uma relação de confiabilidade com a entrevistada, conforme explicou metaforicamente o professor João Batista em Seminário Ciência em Ação⁵, desenvolvido pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba: “A relação de confiabilidade entre entrevistador e entrevistado, nasce quando este último sente-se à vontade para ir à casa do entrevistador e tomar café na xícara de asa quebrada”.

Embora se tenha conferido, ao longo de sua história, um caráter de neutralidade à ciência e por conseguinte a seus métodos, é notório que, em se tratando de ciências humanas, e até mesmo em relação às ciências naturais, isto já não é possível. O que ocorre é que, ao desenvolver uma pesquisa, o pesquisador/a traz consigo, no mínimo, uma intenção que perpassa todas as etapas da pesquisa. Tal fato constitui-se como barreira mais evidente quando o pesquisador/a é elemento constitutivo da comunidade pesquisada. Neste sentido, não há como me lançar em um trabalho deste porte, deixando para trás meu envolvimento e, mais que isto, minha experiência enquanto mulher, cega, cujo olhar não se fixou em limitações, mas nas possibilidades de remoção dos obstáculos.

A meu ver, tal envolvimento pode ser positivo, uma vez que sendo um membro ativo na comunidade pesquisada, é possível constatar suas reais necessidades e, assim, por meio da pesquisa, descobrir elementos que colaboram para dar respostas a seus anseios e inquietações.

Estou ciente de que meu envolvimento com o objeto de estudo pode comprometê-lo e até interferir nos resultados da pesquisa. Tal fato caracteriza-se como um dilema ético, que poderá ser superado na medida em que eu for capaz de me desprender de minha experiência pessoal, colocando-me em atitude de humildade e, sobretudo, de total abertura para beber na fonte dos novos conhecimentos que certamente emergirão da pesquisa.

A realização deste estudo quer oferecer, não somente a McD, mas a todos os grupos vulnerabilizados de nossa sociedade, conhecimentos que venham suscitar novas reflexões, e consequentemente, novas práticas, no propósito de encorajar a todos a fim de que se engajem na luta pela construção de uma sociedade inclusiva.

A definição dos objetivos, os quais devem estabelecer estreita relação com a pergunta e objeto de pesquisa, é condição sine-qua-non à realização de um estudo bem sucedido. Se os

⁵ O Seminário Ciência em Ação trata-se de um evento promovido anualmente pelos programas de Pós-Graduação em Educação e em Ciências da Informação da Universidade Federal da Paraíba. Este evento reúne pesquisadores para discutir diferentes metodologias de pesquisa, visando contribuir na elaboração de monografias, dissertações e teses.

objetivos da pesquisa forem claros, será possível dirimir eventuais dilemas que venham a ocorrer no processo. E, ainda, definir o tratamento que será dado às entrevistas, como também à corrente teórica que norteará nosso trabalho. Enfim, todas as ações devem guiar-se pelos objetivos da pesquisa.

Com este estudo, espero oferecer ao movimento de mulheres e aos ligados às PcD, um trabalho que lhes sirva como instrumento a mais na luta em favor de sua emancipação social.

Ao adotar a história oral como método de pesquisa, faço referência as palavras de Meihy (2007, p. 166).

História oral é um documento transitório, que tem valor do momento em que é textualizado e transcrito - o que não é negativo -, pois mostra seu valor interventivo e transformador de realidades, que estavam, de certa forma, estagnadas em padrões repetitivos de pensar, sentir e agir.

Diante destas palavras, espero que os achados da presente pesquisa, venham responder aos desafios dos novos tempos, contribuindo para a adoção de práticas de intervenção e transformação das realidades sócio-culturais estagnadas, que vulnerabilizam mulheres, PcD, pobres, negros, e outros grupos aos quais são negados o direito à cidadania e à igualdade de condições e oportunidades.

A seguir, apresento algumas considerações acerca da abordagem ecológica de Bronfenbrenner (1977, 1989, 1996), a qual, articulada ao referencial teórico da resiliência, constitui aporte substancial para a análise dos dados coletados na presente pesquisa.

2.6 Abordagem ecológica de Bronfenbrenner: algumas considerações

A Teoria Ecológica de Bronfenbrenner contribui para o processo de análise dos dados colhidos nesta pesquisa, a qual insere seus sujeitos em um processo dinâmico, no qual elementos como contexto e tempo, são determinantes para a compreensão de suas ações.

De acordo com Martins; Szymanski:

A abordagem ecológica desenvolvida por Bronfenbrenner (1977, 1989, 1996) privilegia estudos em desenvolvimento de forma contextualizada e em ambientes naturais, diferentemente de experiências em laboratório, visando apreender a realidade de forma abrangente, tal como é vivida e percebida pelo ser humano no contexto em que habita (MARTINS; SZYMANSKI, 2004, p. 66).

Estes elementos, sintetizados por Bronfenbrenner (1977, 1989, 1996) em um esquema denominado PPCT, oferecem subsídios teóricos à metodologia história de vida, desenvolvida neste estudo. A articulação deste referencial teórico-metodológico foi determinante à organização dos dados da presente pesquisa. Bronfenbrenner corrobora com o presente estudo, quando afirma que a validade ecológica de uma pesquisa deve “levar em conta a percepção e a interpretação que os participantes do estudo têm sobre a situação de pesquisa”. Este processo ajudou-me a olhar a história de vida narrada pela professora Dorina, relacionando-a ao contexto histórico cultural no qual a mesma está inserida.

Em linhas gerais, essa teoria

ênfatiza o conteúdo desses processos como o que é percebido pela pessoa, ou ainda o que é temido, pensado ou adquirido como conhecimento, importando-se mais em como a natureza desse material psicológico pode ser alterada em função da exposição e interação do ser humano em desenvolvimento com o seu meio ambiente. (MARTINS; SZYMANSKI, 2004, p. 68).

A articulação entre a teoria ecológica e os estudos sobre resiliência, no presente trabalho, implica em um olhar para além de fenômenos psicológicos. Trata-se de inserir a pessoa entrevistada em um contexto sócio histórico cultural, como sugere a citação acima, e a partir daí reunir elementos que me permitirão visualizar o grupo social constituído pelas McD, sua realidade histórica e desafios contemporâneos.

A teoria de Bronfenbrenner (1977, 1989, 1996), publicada nos fins dos anos 70, teve como principal premissa a crítica à realização de pesquisas em ambientes estáticos, as quais desconsideravam a influência exercida pelos contextos na história de vida de cada sujeito. Duas décadas depois, reformulando sua teoria, Bronfenbrenner (1996) adiciona a bidirecionalidade entre pessoa e ambiente, como elemento determinante à compreensão da pessoa em desenvolvimento. Daí resulta o modelo PPCT, assim sintetizado:

Pessoa: Considera as características do sujeito em desenvolvimento, as quais interagem com as experiências de cada indivíduo, inseridos nos mais diversos contextos.

Processo: refere-se à participação da pessoa em desenvolvimento, ou seja, aos papéis, atividades e interações que esta estabelece em seu grupo social.

Contexto: considera o ambiente global no qual o indivíduo está inserido, o qual influencia o curso de seu desenvolvimento.

Tempo: A passagem de tempo em termos históricos tem efeitos profundos em todas as sociedades, alterando o curso do desenvolvimento e segmentos populacionais.

Nos dias atuais, a teoria ecológica caracteriza-se como uma referência para os que se dedicam aos estudos sobre resiliência. Nesta perspectiva, de acordo com Martins; Szymanski

Abordagem ecológica reside no fato de que ela torna o pesquisador capaz de "pensar ecologicamente" sobre o desenvolvimento humano, possibilitando que sua atenção seja dirigida não só para o indivíduo e os ambientes imediatos nos quais ele se encontra, mas também considerar suas interações com os ambientes mais distantes, dos quais muitas vezes ele nem sequer participa diretamente (YUNES; CUELLO, 2003, p. 2).

Isto significa inserir os sujeitos de nossa pesquisa em um sistema ecologicamente organizado, em cujos eventos influenciam, gerando efeitos e consequências na história de vida de cada indivíduo.

Bronfenbrenner (1977, 1989, 1996) compreende este ambiente ecológico como uma série de estruturas que se encaixam uma dentro da outra. Para esquematizar o arranjo destas estruturas, o autor as organiza didaticamente, classificando-as em: micro-sistema, meso-sistema, exo-sistema e macro-sistema.

Microssistema: *Ambiente onde vive o sujeito e pessoas, particularmente membros da família, as quais contribuem positiva ou negativamente para seu desenvolvimento,*

Mesossistema: *Outros ambientes onde o sujeito está inserido. Tais como igrejas, clubes, vizinhos, etc.*

Exossistema: *Ambiente em que o sujeito não está inserido, todavia, interfere em seu desenvolvimento. Como exemplo destaco a influência das idéias trazidas do local do trabalho paterno ou materno, onde os filhos não estão presentes.*

Macrossistema: *Constitui a conexão entre todos os ambientes acima mencionados, incluindo estruturas sócio-políticas-culturais.*

A ênfase nas pesquisas naturais, reforçada pela teoria ecológica de Bronfenbrenner demanda um método de pesquisa que privilegie as falas do (a) entrevistado (a), por meio das quais ele (a), expressa livremente o modo como concebe a realidade a sua volta. Com essa perspectiva, apresento a seguir as falas da professora Dorina, coletadas nas seções de

entrevista e, complementadas por informações contidas em sua auto-biografia: **“E eu venci assim mesmo”** (1996). Estas falas serão analisadas à luz da teoria da resiliência e, organizadas com base na abordagem ecológica apresentada acima.

CAPÍTULO III

DADOS DA VIDA... EM ANÁLISE

Minhas impressões...

Antes de conhecer a Profa. Dorina pessoalmente, ao ler ou ouvir pedaços de sua história de vida, eu a admirava por sua dedicação à causa da pessoa cega. Todavia, ao entrevistá-la pessoalmente e ouvir dela própria as entrelinhas de sua história, senti-me fortalecida e, ao mesmo tempo, feliz porque, mais do que apenas elementos biográficos – *dados de pesquisa* – encontrei em suas palavras a força de luta de uma mulher que nasceu na sociedade machista do começo do século XX e que, ao descobrir-se deficiente aos 17 anos, assumiu sua condição de fragilidade e a transformou em força propulsora do seu caminho de conquistas, as quais abriram novos caminhos para o crescimento e conquistas de seus pares, pessoas que como eu, em terras distante, não podiam (e não podem) ver a luz no final do tunel...

(Diário de Pesquisa, Registro 26, data 20/07/2010.)

Este capítulo representa fragmentos da história de vida da Profa. Dorina Nowill com o objetivo de responder à pergunta de pesquisa – **quais fatores determinam a ruptura com a vulnerabilidade de McD?** – a fim de construir um arcabouço teórico que ilumine como McD, um grupo em permanente risco de se tornar vulnerável face às adversidades contínuas em suas vidas, são capazes de desenvolver mecanismos de superação que as tornam fortes e modelos de sucesso para outros membros de seu grupo social.

Para mim, mais do que a análise de dados colhidos por meio de entrevista, este capítulo representa a coroação de uma história de vida. História de conquistas, sucessos, mas também de enfrentamento sistemático de discriminação e preconceito, falta de apoio e oportunidades, lutas contra a injustiça social e o tratamento desigual vivido por uma mulher brasileira cega, que nasceu no início do século passado, quando praticamente não existiam serviços para PcD no Brasil. Cabe destacar que o Instituto Benjamim Constant foi fundado em 12 de setembro de 1854.

Conforme já explicitado no capítulo sobre o percurso metodológico deste estudo, o presente relatório de pesquisa está perpassado por minhas próprias experiências, ou seja, contém minha biografia de mulher cega resiliente, que também superou adversidades e apresento, aos 34 anos, ao iniciar a primeira década do século XXI, esta dissertação que me

torna mestre e abre caminhos para minha titulação como doutora em futuro próximo. Dessa forma, a história de vida da Profa. Dorina e minha própria se entrelaçam naqueles aspectos e experiências que são relevantes e pertinentes ao objetivo desta pesquisa. Para tanto, desenvolvi um *layout* da apresentação dos dados que, espero, auxilie o leitor a imediatamente visualizar e diferenciar a voz da Profa. Dorina de minha própria voz, o qual encontra-se assim organizado:

Textos em caixas referem-se ao meu diário de pesquisa, onde registrei meus sentimentos: impressões, lembranças e experiências por mim vividas ao longo de minha trajetória.

Já os **textos em itálico** contêm as falas da Profa. Dorina, isto é, os depoimentos fornecidos em entrevista durante nossos encontros, emails e complementados por sua autobiografia contida no livro *E eu venci assim mesmo!*. Também utilizo aqui outras fontes escritas que tratam de sua história de vida.

Os **textos escritos na fonte padrão**, incluindo citações e demais comentários compõem a discussão e a análise dos dados à luz da literatura revisada.

Apresento a seguir a história de vida da Profa. Dorina Nowill, a qual está organizada em quatro blocos, construídos com base nas dimensões oferecidas pela Teoria Ecológica de Bronfenbrenner (1977, 1989, 1996), conforme explicitados abaixo:

- **Bloco 1** (pessoa): Quem foi Dorina?
- **Bloco 2** (processo): Qual o legado de Dorina Nowill como McD?
- **Bloco 3** (contexto): Como o mundo influenciou Dorina ao longo de quase 100 anos de sua vida?
- **Bloco 4** (tempo) Como sua história de vida mudou a história de muitas vidas de PcD?

3.1 Bloco 1 (Pessoa): Quem foi Dorina?

Aqui o foco do bloco de dados está colocado na **pessoa** Dorina, quem ela era, suas características pessoais e sua relação com os contextos dentro dos quais estava imersa durante sua vida familiar. Para tanto, reconstituo sua trajetória com a finalidade de apresentar uma história de vida linear no que se refere às suas diversas etapas. Nesta breve biografia, resgato suas falas e lembranças acerca da infância, adolescência e escolarização, elementos

fundamentais para compreendermos as raízes de suas motivações pessoais e realizações, as quais deixaram um legado histórico indiscutível e perene.

Finalizo este bloco com dados gerais acerca de suas conquistas e legado construído ao longo de 91 anos de vida, as quais deram base a valiosas contribuições (que não foram poucas, como será apresentado neste capítulo) para seu grupo social no Brasil durante o século XX, de forma que, pessoas como eu – mulher, cega e nordestina – pudessem, em pleno século XXI, estar incluídas e concluindo um mestrado em uma Universidade Pública.

Dorina de Gouvêa Nowill nasceu sem deficiência em 28 de maio de 1919, em São Paulo, na segunda década do século XX, período em que findava a Primeira Guerra Mundial e o Brasil vivia inúmeras revoluções, as quais marcavam o início do modernismo e o fim da República Velha. (COTRIM, 2007). Filha de Dolores Panella de ascendência Italiana e Manuel Monteiro de Gouvêa de ascendência portuguesa, Dorina era uma menina feliz, segundo suas palavras.

Na época de meu nascimento, todos esperavam um menino, sobretudo papai. Mamãe reagiu a essa atmosfera e ela própria quis escolher meu nome. Tive uma infância tranquila e feliz... Minha mãe era dona de casa e meu pai comerciante com cargo de chefia, ambos primavam por rigor e disciplina na educação familiar. Em casa sempre reinaram a disciplina e a obediência que, embora severas, não eram propriamente impostas, fluíam naturalmente. Obedecer, quando eu era pequena, me parecia sempre uma coisa natural como comer, beber, dormir, nada que me causasse revolta ou frustração. (ENTREVISTA, 06/10/2009)

Na fala da Profa. Dorina subjazem os elementos dos padrões tradicionais culturais que fortemente influenciaram a educação familiar de meninas e moças do início do século XX, período histórico em que o sexo masculino era o “sexo preferido” nas famílias, pois representava maior valor social na cultura predominantemente machista de então.

Numa cultura patriarcal, que coloca como valores essenciais de um lado à supremacia do indivíduo do sexo masculino e do outro a inferioridade do indivíduo do sexo feminino, é compreensível que se proíba rigorosamente pôr em discussão o prestígio do homem, pois isto levaria fatalmente ao estilhaçamento de seu poder (BELOTTI, 1987, p. 14).

Contudo, ao expressar o desejo reinante na família sobre o nascimento de um “menino”, Dorina não o fez com tristeza ou frustração, todavia registrou que o nascimento de

seu irmão Mané, que nasceu quando ela tinha 4 anos, como um fato que modificou a vida de sua família e também a afetou, pois

quando me levaram para conhecê-lo – e eu já estava com quatro anos, me perguntaram se eu havia gostado dele, o que havia achado dele... Mamãe contava que a minha explicação é que ele era muito arrepiadinho; feio e arrepiadinho. Acho que fiquei com ciúmes, sei lá, fiquei ressentida, mas por muito pouco tempo (NOWILL, 1996).

Naquele período não havia como saber o sexo do bebê antes do nascimento. Assim, somente ao vir ao mundo os familiares souberam que Dorina era uma menina e, segundo sua fala, sua mãe “reagiu à atmosfera de provável frustração” ao ser constatado o nascimento de uma menina. Certamente esta história foi contada a Dorina por sua mãe ou familiares.

Esta fala oferece indícios de que sua mãe não era uma mulher totalmente submissa ao poder de seu marido. E o fato de ter “escolhido o nome de Dorina sozinha” foi um aspecto destacado na fala da entrevistada, quando se referiu a sua mãe como uma “mulher determinada em tudo que fazia”. Portanto, em suas palavras, encontro a possibilidade da grande influência de sua mãe – modelo de mulher independente para a época – sobre a formação da personalidade autônoma de Dorina e sua capacidade de reagir ao imprevisto, como o fez sua mãe ao ser presenteada com uma menina Dorina, ao invés de um filho, tão esperado por todos (as).

Também aqui pode ser inferido que, o fato de Dorina ter nascido mulher em uma sociedade machista, pode ter estabelecido as bases de sua resiliência e capacidade de luta contra as barreiras e adversidades: eu sou mulher e assim mesmo vou vencer, conforme sua própria escolha para o título de seu livro autobiográfico: **E eu venci assim mesmo (Nowill, 1996).**

A disciplina, obediência, rigor, severidade, fizeram parte da vida de Dorina, mas sem gerar conflitos significativos porque “*tudo era natural*”, segundo suas palavras. Esses atributos faziam parte do contexto da sociedade naquela época... era assim para todo mundo, então, porque deveria ter sido diferente em sua casa?

3.1.1 Escolarização

O interesse e a afinidade de Dorina pelos livros e a leitura, já se manifestaram na infância como elementos marcantes de sua personalidade, conforme registrado em seu depoimento:

Amélia, minha irmã mais velha, tinha uma professora de piano que me trouxe um livro e foi me ensinando a ler. Eu tinha apenas quatro anos, o livro chamava-se 'Eu sei Ler'. Recordo-me até hoje da figura da capa, que era um rosto amarronzado e meio cor de ferrugem de um moleque com gorro. Algumas das histórias permanecem vivas em minha memória, principalmente pelas lições de vida que continham (NOWILL, 1996).

Daí resulta o grande ideal de sua vida: o de oferecer a PcD visual a possibilidade de ler e escrever com autonomia. O acesso à leitura e escrita para este grupo social, assim como para outros, é fundamental para o desenvolvimento da autonomia e independência, na medida em que abre caminhos para uma vida adulta também independente e produtiva. No caso de Dorina, o interesse por livros amplia suas possibilidades de sucesso na escolarização e perspectivas de uma integração bem sucedida em escolas regulares.

Ler, sem a necessidade de terceiros(as) uma carta escrita por um (a) amigo(a), cria o senso de individualidade e privacidade tão necessário a qualquer ser humano em sua vida regular. Além disso, possibilita a expansão dos horizontes para além da vida familiar, rompendo o isolacionismo ao qual a PcD está em risco de experienciar.

Particularmente para mim, a aquisição da leitura e da escrita, caracterizou-se como momento determinante para que eu pudesse me reconhecer como criança cega. Porque ao invés de lápis e caderno davam-me reglete e punção? Por que um livro cheio de pontos e não uma cartilha semelhante à de minha prima? (Reflexões da pesquisadora: DIARIO DE PESQUISA, julho de 2010)

Ao fazermos uso dos pontos do sistema Braille no cotidiano de nossas vidas, assumimos a condição de pessoas cegas e nos reconhecemos capazes de participar, de opinar, enfim de interagir e de expor nossas decisões. As experiências que advém do acesso ao

Braille, aliada ao conhecimento do mundo, criam as bases para novas experiências e, conseqüentemente, chances de emergência da resiliência. A citação a seguir retirada do livro autobiográfico de Dorina revela como o meio exerceu papel chave em sua autonomização e valorização de suas habilidades espontâneas, assim como indícios de uma personalidade forte e decidida, sem medo de se expressar:

Nas aulas de Literatura quando se fazia leitura em voz alta de trechos literários, quase sempre me cabia essa tarefa. Foi um treinamento para o meu futuro de palestras, depoimentos e conferências. Aliás, mamãe contava que ela foi surpreendida diversas vezes durante as festas de aniversário em família. Desde os cinco anos eu pedia a palavra e fazia uma saudação “espontânea”. Eu pedia para minha professora, Dona Durvalina escrever, e então decorava. Ninguém me mandava falar não, eu falava (NOWILL, 1996).

O ingresso na escola e os primeiros anos de vida escolar foram determinantes para a formação da personalidade de Dorina. Os ambientes que conheceu, (casa de parentes e amigos, clube português...) as experiências que vivenciou, (acesso a livros quando criança, colaboração aos soldados da Revolução Constitucionalista de 1932...), além de outros acontecimentos e pessoas que passaram por sua vida, a ajudaram a tomar consciência do papel de líder que, anos mais tarde desempenhou, colocando-se à frente na luta em defesa dos direitos do seu grupo social.

Estudei no Instituto Elvira Brandão, na Rua Augusta, que foi criteriosamente escolhido por meus pais. Lá também estudaram pessoas que, mais tarde, se tornaram artistas de renome, como Paulo Autran⁶ e Célia Biar⁷ (NOWILL, 1996).

⁶ Paulo Paquet Autran (Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1922 - São Paulo, 12 de outubro de 2007[1]) foi um ator brasileiro de teatro, cinema e televisão. Chegou a atuar em alguns filmes e telenovelas, mas foi no palco que desenvolveu sua arte e se tornou conhecido, vindo a receber o epíteto de "O Senhor dos Palcos".

⁷ Célia Raphaella Martins Biar (São Paulo SP 1918 - idem 1999). Atriz. Trabalhando dentro do moderno teatro brasileiro, Célia Biar torna-se uma atriz característica da alta comédia. Entre as novelas de sucesso que integram seu currículo, os destaques são Final Feliz, 1982; Brega e Chique, 1987; Locomotivas, 1977; Corrida do Ouro, 1974, entre outras.

O contexto familiar, o ciclo de amigos, os ambientes que frequentou, além dos recursos financeiros utilizados por seu pai visando custear os inúmeros tratamentos no propósito de recuperar a visão, constituem indicativos de que Dorina pertencia a uma família rica e por isso mesmo, desfrutou de todos os privilégios de uma jovem paulista do início do século XX. As iguarias, jóias e roupas finas, além dos famosos bailes no clube Português, são indícios que comprovam tal afirmação. Tudo caminhava bem, até que, por consequência de uma patologia congênita, a cegueira adquirida aos 17 anos muda por completo os rumos de sua vida.

Recordo-me até hoje da noite em que perdi a visão. Eu disse a mim mesma: “Você está cega”. Foi um vaticínio, uma afirmação que fiz a mim mesma e enfrentei a palavra “cega” pela primeira vez. Todas as pessoas que perdem a visão procuram de todas as maneiras evitar as palavras “cega”, “cegueira”, porque é uma dura realidade. A aceitação dessas palavras significa aceitação de um estado definitivo, imutável. Conformar-se com uma situação não é passividade que joga uma pessoa na cama numa inanimação. É a aceitação de um fato, de uma realidade. De acordo com a minha personalidade, a minha forma de ser, é preferível uma realidade dura a uma ilusão (NOWILL, 1996).

Ao perder a visão, seus pais tentaram inúmeros tratamentos visando à recuperação da jovem. Como evidenciado pelo depoimento abaixo, sua mãe resistia a aceitar a perda visual da filha. Contudo, sua força interior de superação dos riscos trazidos pela cegueira foi maior e mais resistente. O desejo de Dorina por realizar ações em benefício das PcD visual, superou seus medos, se é que ela os tivera.

Cabe enfatizar que o aprendizado do sistema Braille torna-se ainda mais desafiador aos que perdem a visão na fase adulta, quando o tato e as demais funções sensoriais já estão bem definidas (AMIRALIAN, 1997). Mais uma vez, contudo, a história de Dorina revela sua resiliência, quando aprende o método ainda no um leito hospitalar em uma de suas longas fases de tratamento que visavam a recuperação da visão. É interessante destacar que, em um país em que poucos falavam outros idiomas, Dorina previu neste recurso uma possibilidade de aperfeiçoamento em outros idiomas.

Para minha mãe era muito difícil aceitar que eu tivesse que aprender o sistema BRAILLE. Um dia Dona Carmem tocou no assunto e mamãe ficou muito triste, porque aquilo significava a aceitação da cegueira definitiva. Quando minha madrinha conversou com mamãe,

resolvi que queria aprender o BRAILLE. É interessante que, até hoje, eu tenha medo de errar. Sei que senti naquela hora medo de não ser capaz de aprender o sistema BRAILLE. Era uma novidade, não sabia o que era e nem me haviam dito como era... Nessa época, em plena guerra, 1939, não havia livros em BRAILLE a não ser os que tinham vindo da Europa. As cartilhas que os alunos usavam eram feitas à mão no próprio Instituto Padre Chico. Contaram-me que no Rio de Janeiro havia o Instituto Benjamin Constant que possuía uma biblioteca onde se poderia pedir emprestados livros em BRAILLE. Irmã Vicência me deu um papel e ensinou o alfabeto para que eu treinasse em casa com alguns exercícios. Eu lia mais ou menos, e para escrever, D. Elza Paula Souza, amiga de minha madrinha e membro da Diretoria do instituto Padre Chico, deu-me uma reglete, impossível de ser adquirida no Brasil naquele momento, por causa da guerra...Irmã Vicência comentou que só tinha em BRAILLE o livro de Hellen Keller, em francês, Histoire de Ma Vie. Achei ótimo porque, nessa época, minha madrinha lia muito em francês para mim e eu já havia estudado um pouco com um professor particular e com Mademoiselle Vitale (NOWILL, 1996).

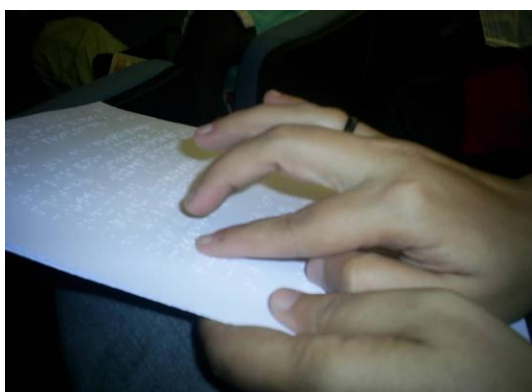


Ilustração 01: Adenize lendo em Braille



Ilustração 02: Reglete e punção –
Extraído do Portal Bengala Branca

O contexto familiar e social dentro do qual Dorina sempre esteve imersa era próspero cultural e economicamente, de forma que ela teve oportunidades que uma pessoa como eu, nascida em uma cidade nordestina não teria. Contudo, apesar das ‘facilidades’ oferecidas pelo meio, Dorina revela em sua fala destemor do evento desestruturante e dos riscos que o mesmo lhe trazia à época. Assim, com a força de sua capacidade de responder aos eventos estressantes, Dorina aceitou os desafios e conquistou novos espaços.

As conquistas da Profa Dorina Nowill e, talvez sua maior contribuição social, a Fundação Dorina Nowill, em cuja base está o movimento de promoção e defesa dos direitos das PcD e, em particular dos cegos brasileiros, perpassa gerações e se mantém vivo na história de cada criança, jovem e adulto que busca sua cidadania estudando com autonomia na educação básica ou universidade, graças às obras que recebe, em casa, na escola ou em instituições de ensino superior espalhadas no território nacional.

(DIÁRIO DE PESQUISA, 20/10/2009)

3.2 Bloco 2 (Processo): Qual o legado de Dorina Nowill para as PcD?

Este bloco tem como foco o processo de desenvolvimento do papel de líder da professora Dorina no âmbito do movimento da PcD. É importante destacar que, embora sua luta como militante tenha sido dirigida ao grupo de pessoas cegas, tudo que realizou em vida provocou impacto e empoderamento das PcD em geral, na medida em que a possibilidade de crescimento humano a partir do acesso à leitura e escrita constitui uma aquisição de base para a independência pessoal e profissional. Segundo o documento Declaração de Hamburgo sobre a alfabetização de adultos (UNESCO, 1998, p. 6) “a alfabetização de adultos [está vinculada] ao desenvolvimento sustentável e equitativo da humanidade”.

Se considerarmos que há no mundo em torno de 650 milhões de PcD, representando 10% da população mundial, de acordo com estimativas de setores das Nações Unidas, então a contribuição de Dorina Nowill para os cegos e cegas brasileiros(as) deve ser reconhecida como uma contribuição ao desenvolvimento humano, pois até suas ações em prol dos direitos deste grupo social à margem da educação, não havia muitas alternativas de alfabetização para esta população. Hoje, por outro lado, como vimos no Capítulo I, há cegos e cegas em posições de liderança ou pessoas como eu, uma mulher do interior de um estado nordestino, que estou ascendendo social e profissionalmente porque tive acesso à alfabetização desde cedo.

Neste bloco, portanto abordo a história de vida de Dorina relativa aos papéis assumidos ao longo de sua caminhada após assumir sua identidade de mulher cega e se tornar ciente dos desafios vivenciados pelos cegos (as) no Brasil naquele período histórico: atividades realizadas, participações em atividades relevantes e interações com seu grupo social - seus pares. Trato de experiências e fatos que constituem indicativos de sua liderança e

compromisso com o combate à desigualdade dentro da qual seu grupo está imerso. Finalizo explicitando as principais conquistas da professora no que diz respeito à educação e cidadania das pessoas cegas, destacando a aquisição da primeira imprensa Braille do Brasil, a qual deu novo rumo ao trabalho desenvolvido da fundação que cinquenta anos depois recebeu seu nome.

3.2.1 Dorina e a Revolução Constitucionalista de 1932

As lembranças da professora Dorina durante as entrevistas a levaram de volta a tempos antigos, como é o caso de sua adolescência, quando, segundo ela, constituiu importante fase para a sua formação humana, uma vez que ela foi cedo envolvida com o movimento de mulheres que iniciavam a luta com o propósito de reduzir a desigualdade entre os gêneros. No Brasil, essa luta intensifica-se através da revolução constitucionalista de 1932, que criou o solo político e social para a conquista do direito social ao voto feminino, assim como também a candidatura a cargos políticos. Além destes, nesse período houve a redução da carga horária de trabalho, registros em carteiras, férias remuneradas melhores condições de trabalho, dentre outros pontos.

Conforme evidenciado no bloco 1 deste capítulo, a mãe de Dorina teve forte influência sobre ela desde muito cedo, no sentido de motivá-la tomar decisões determinadas e corajosas. Uma das experiências marcantes de sua vida foi o fato de que, durante a guerra, Dorina colaborou ativamente com serviço voluntário auxiliando no bem estar dos soldados combatentes, como o fazia muitas moças de sua época, conforme suas lembranças autobiográficas atestam:

Um fato que está muito relacionado com o meu envolvimento em atividades diversas aconteceu durante a revolução de 1932. Após as aulas eu ia com mamãe às sessões de costuras de roupas para os soldados constitucionalistas. Estávamos no sexto ano do colégio. Aos 13 anos e com um grupo de colegas me empenhei para a organização da coleta de cigarros e sabonetes para os soldados, fomos incorporadas à rádio Record para entregar o produto da campanha. Ajudei muito, e trabalhei, e fui uma das líderes dessa campanha. (NOWILL, 1996)

Logo a partir da primeira sentença deste depoimento, pode-se identificar a consciência de Dorina acerca de seu envolvimento em múltiplas atividades e possivelmente a raiz do seu

despertar para a igualdade de direitos entre todos os seres humanos. Ainda na adolescência, aos 13 anos de idade, Dorina já manifestava sua força de liderança e forte sentido altruísta, o qual certamente está na base de seu incansável compromisso de luta em defesa de grupos vulneráveis.

Sua história de vida está perpassada de elementos que indicam uma iniciativa e liderança extraordinárias para sua época, sexo e condição de deficiência, as quais se expandiram ao longo de sua existência. Tais características humanas identificam Dorina como indivíduo resiliente, porque aprende a conviver com um cenário adverso e dele extrair nutrientes para se tornarem fortes e superarem as adversidades, ou serem positivamente transformados por elas. Esta habilidade foi, sem dúvida, um importante ‘ingrediente’ de diversos episódios da vida de Dorina, como o exemplo a seguir demonstra:

3.2.2 A capacidade de recomeçar, após a cegueira...

Depois dos inúmeros tratamentos e tentativas de restabelecer a visão, e ao tomar consciência de sua condição de pessoa cega, Dorina decide romper com o medo de seus pais e com as barreiras impostos pelo sistema educacional excludente e machista da primeira metade do século XX, e retoma seus estudos, matriculando-se no curso normal de formação de professora para o magistério, no Colégio Caetano de Campos, escola pública tradicional e de renome na época. Com denominações e sedes provisórias, esta escola de formação para o magistério, fundada no império, ganhou um prédio definitivo em 1894 e sua arquitetura tornou-se símbolo da transformação política recém ocorrida. Essa escola tornou-se centro de referência e pólo difusor de teorias científicas e pedagógicas, além de palco de experiências educacionais que marcaram a história educacional brasileira.

Há vários elementos nesta etapa da vida e decisões tomadas por Dorina que evidenciam sua resiliência. Primeiro o fato de ter decidido ser professora, porque *como uma cega pode ensinar se ela não enxerga???* Segundo, decidiu enfrentar o fato de que seria a *primeira aluna com deficiência visual* neste curso, ou seja, ela certamente foi contínuo objeto de interesse da comunidade escolar. Terceiro, não havia disponível os recursos necessários para uma aluna cega e, menos ainda, se tinha informações básicas ou conhecimentos acerca dos mesmos (como acontece em 2011). Finalmente, seus professores (as) não a queriam por lá, como podemos verificar com seu depoimento. Ou seja, o ambiente educacional escolhido

por Dorina era, para dizer o mínimo, hostil à sua presença e com alto risco de vulnerabilização. Mas surpreendentemente, apesar de sua juventude e pouca experiência, Dorina saiu da escola vencedora, pois não somente levou seus estudos adiante e se firmou como professora, como foi reconhecida como uma das melhores alunas do curso, sendo contemplada com um emprego com professora.

Na escola Caetano de Campos, fui dura e amargamente recebida, isto porque eu estava destruindo tabus (ENTREVISTA, 05/06/2009).

Apesar das experiências dolorosas vividas, Dorina teve energia para formar um grupo constituído por oito alunas que demonstraram interesse pela temática e concentraram seus estudos e estágios docentes na educação de deficientes visuais. A iniciativa de Dorina culminou com a criação do o primeiro curso de especialização para educação de cegos no país.

O trabalho do curso de especialização progrediu e Dorina teve a sensação de que era preciso tomar alguma providência para que o curso fosse reconhecido pelo Departamento de Educação da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

Dona Carolina, que à época dirigia a Caetano de Campos, disse que era preciso uma solicitação ao Departamento de Educação do Estado para saber se nossa experiência tinha os requisitos necessários. Perguntei-lhe se poderia buscar essa solução e, para minha surpresa, ela respondeu: “Você é suficientemente doida para fazer isso, vá com Deus e com minha benção”. Conseguimos! Este foi o primeiro curso da America Latina de especialização em educação de cegos, realizado dentro de uma escola de formação de professores que se transformou num curso regular (NOWILL, 1996).

É interessante destacar que, mesmo sob situações de estresse e experiências preconceituosas, Dorina não desistiu de sua caminhada em direção à carreira de professora, que a levaria a contribuir socialmente para a educação de cegos(as). Ao contrário, sua história de vida mostra que a cada adversidade desencadeou novas e relevantes iniciativas, o que o fez por sua capacidade de responder de forma positiva aos eventos negativos de sua vida. Nada a deteve, nada a desmobilizou, cada experiência a fortaleceu como ser humano, com identidade própria – a de cega, e como profissional comprometida com os direitos de seu grupo social, mesmo que àquela época este tema, assim como as questões que envolviam os direitos das PcD não estivessem na pauta das políticas públicas.

A capacidade de Dorina vai além da ruptura com as barreiras atitudinais superadas em sua passagem pelo Caetano de Campos porque durante seu processo de formação docente conquista adeptas à sua causa. A obra de Dorina, portanto, supera o olhar individualista. Seu espírito de coletividade e altruísmo a leva em direção à luta pela defesa dos direitos de seus pares ao longo de sua vida. Nisto consiste a postura das pessoas resilientes, capazes de fazer brotar amor, coragem, alegria e prazer em meio aos obstáculos e reveses que vivenciam.

A passagem de Dorina, seguramente, deixou marcas no currículo e na vida desta instituição, causando impacto em seu corpo docente, discente e nas oportunidades de aprendizagens sobre os cegos. É importante destacar aqui duas características da professora Dorina que, mais tarde, foram reconhecidas: seu carisma e determinação, ambas, marcas de uma personalidade resiliente, as quais a tornaram pioneira em muitas frentes de ação, como passo a abordar.

3.2.3 Expandindo para além da academia...

Com espírito de pioneirismo, Dorina intui que a experiência com a criação do Curso de Especialização não poderia se encerrar ali, precisava ir além da academia e se expandir a outros seguimentos sociais.

Com esta finalidade, e movida pelo seu espírito altruísta e de liderança, em 1945, procura Dona Isabel, presidente da Cruz Vermelha Brasileira e com quem trabalhou no apoio aos soldados durante Revolução de 32. Reconhecendo a importância da iniciativa e a visão de Dorina, esta senhora demonstrou interesse pelo problema de transcrição de livros para o Sistema Braille e, como consequência, concedeu uma “salinha” na sede da Cruz Vermelha para que Dorina e seu grupo de professoras especializadas em educação de cegos iniciassem um trabalho. Para lá foram enviadas as primeiras regletes fabricadas no Brasil, que Dorina conseguiu com o apoio da Companhia Paulista de Ferro, e que foram utilizadas tanto para a transcrição *Manual de Livros para o Sistema Braille* (NOWILL, 1996) como no trabalho de alfabetização de crianças cegas.

A Cruz Vermelha brasileira, que ainda hoje existe, era àquele período histórico, uma organização humanitária, independente e neutra que tinha como missão proporcionar proteção e assistência às vítimas da guerra e de outras situações de violência. Esta organização foi

laureada com o PRÊMIO NOBEL DA PAZ nos anos 1917, 1944 e 1963 devido à sua contribuição à causa justas e humanitárias.

Na Cruz Vermelha passou a funcionar uma sala onde copistas aprendiam o Braille, mas todas sentíamos a necessidade de que era imprescindível que o trabalho fosse reunido em uma organização que pudesse propiciar a criação de uma estrutura com recursos financeiros próprios para dar continuidade a um trabalho que certamente, ultrapassaria o término de nosso curso normal. (NOWILL, 1996, p.25)

Apenas esta iniciativa e articulações com as pessoas que estavam em posições chave para apoiá-la na realização de sua “visão”, evidenciam, de forma contundente, a força interna, a criatividade e o compromisso de Dorina com a causa do grupo social ao qual faz parte. Sua vida é pontuada por iniciativas como essa, que obviamente foram facilitadas pela sua posição social e econômica, mas que, contudo, não teriam se tornado uma obra histórica, se ela não fosse uma McD resiliente o suficiente para superar com maestria e de forma qualificada as barreiras que encontrou em sua própria vida.

Todavia, Dorina não pára frente às barreiras porque para ela sempre havia “algo” por realizar e conquistar. Após o sucesso de sua iniciativa com a criação de um espaço para educar crianças cegas e transcrever livros para o Braille, Dorina vislumbra a iniciativa que foi, definitivamente, uma das mais importantes de sua vida e, de nossas vidas, cegos e cegas brasileiras:

Para esse sonho, contando com a credibilidade de um grupo de colegas apoiadas por algumas ilustres senhoras da sociedade paulista ela cria a Fundação para o Livro do Cego no Brasil, cujo primeiro estatuto é lavrado em cartório no dia 11 de março de 1946 (NOWILL, 1996).

Dorina, ao relatar esta realização de extrema importância em sua vida, disse que se sentiu triste por não poder ser empossada como a primeira presidente, embora tenha sido membro da primeira diretoria da Fundação. Na época, Dorina conseguiu ser aprovada em uma seleção de bolsa de estudos para um curso de especialização na educação de pessoas cegas. Nesta aventura nos Estados Unidos, estavam em sua companhia Regina Pirajá e Neith Moura, duas colegas parceiras de magistério no Caetano de Campos.

Novamente, evidencia-se o espírito altruísta e desbravador de Dorina, que ao invés de ficar no Brasil e assumir a Presidência de sua obra (como provavelmente a maior parte das pessoas agiria), opta por prosseguir em sua busca para melhores e mais desenvolvidas condições educacionais e sociais para as pessoas cegas: parte para uma especialização fora do país sozinha (sem membros de sua família), mas com a determinação de trazer novidades valiosas para o Brasil. Sua capacidade de negociar e convencer são a seguir ainda mais evidenciadas.

3.2.4 Ultrapassando fronteiras... Consolidando seu papel de líder

Na viagem Dorina levou consigo uma procuração da senhora Adelaide Reis, primeira Presidente da Fundação. O documento lhe dava poderes para representar o recém criado órgão no exterior: assinar pedidos, participar de audiências e conhecer experiências novas, foram algumas das metas de Dorina, na qualidade de representante da Fundação.

A experiência deu certo (!) e o maior, dentre os resultados alcançados, foi a concessão de dez mil dólares, visando a aquisição de equipamentos para a instalação da primeira imprensa Braille brasileira. Este foi um dos grandes desafios enfrentados por Dorina, uma vez que Miss Marris, professora de classe Braille, a quem cabia a palavra final quanto a liberação dos recursos, afirmou não acreditar na experiência de doações destinadas a países latinos americanos, argumentando que, por terem um custo consideravelmente inferior, os livros falados brevemente substituiriam os em Braille.

Realmente o livro falado era um excelente equipamento, mas que dependia de eletricidade. Talvez ela não soubesse que no interior dos Estados brasileiros, viviam muitas pessoas cegas em cidades ou vilas onde não havia luz elétrica em suas casas. Era preciso pensar na grande maioria das pessoas cegas e não apenas naquelas que moravam nas grandes cidades (NOWILL, 1996).

Apesar de pertencer a uma classe social abastada, com as palavras acima, Dorina demonstrou conhecimento e preocupação em relação aos problemas vividos por pessoas cegas em âmbito nacional e em um país de dimensões continentais. Tal fato pode indicar a correta intuição de Dorina quanto a um tema hoje na pauta das diretrizes internacionais, que é a relação direta entre deficiência e pobreza

é claro que nos países em desenvolvimento, assim como em áreas mais desenvolvidas, PcD (e suas famílias) mais provavelmente do que o resto da população vive em pobreza. Esta é uma relação de duas vias: deficiência aumenta o risco de pobreza e as condições de pobreza aumenta o risco de deficiência (WORLD BANK, 1999, p. 3).

3.2.5 Novos rumos no país de Dorina...

Retornando ao Brasil e, contando com o apoio de organizações estrangeiras, do governo local e de particulares, Dorina dedicou-se ao trabalho pioneiro de desenvolver as atividades da Fundação para o Livro do Cego no Brasil, que, em 1996, após 50 anos de prestação de serviços à pessoa cega, recebeu seu nome, conforme suas próprias palavras. Nesse período iniciou as atividades da Fundação em São Paulo, com a implantação da primeira imprensa Braille, cuja finalidade era produzir livros possibilitando a leitura autônoma às PcD visual. Mas foram inúmeras e variadas suas realizações em prol do desenvolvimento da população cega no Brasil, conforme passo a tratar com alguns exemplos que considere mais expressivos:

- Criou o primeiro serviço especial para a educação integrada de alunos cegos na escola comum implantado na Secretaria de Educação de São Paulo em 1953.
- Foi presidente da Fundação DORINA NOWILL PARA CEGOS desde 1946, e décadas depois ocupou o cargo de Presidente Emérita e Vitalícia, o qual exerceu até o fim de sua vida.
- Dirigiu o primeiro órgão nacional para a educação de cegos, criado pelo Ministério da Educação, Cultura e Desporto, no período entre 1953 a 1970, o qual tinha como finalidade, implementar a criação e expansão de serviços especiais de educação para cegos, capacitação de professores para esse fim, serviços estes incipientes ou ainda inexistentes naquela época.

Durante sua gestão no órgão do MEC, Dorina desenvolveu programas e projetos que implantaram serviços para cegos nas diversas unidades da federação brasileira, fomentando a expansão de cursos de capacitação, de orientação e mobilidade, centros de reabilitação e programas de prevenção da cegueira.

Internacionalmente trabalhou em organizações mundiais de cegos e em órgãos da ONU, tendo sempre representado oficialmente o Brasil. Ocupou importantes cargos em organizações internacionais de cegos, promovendo o desenvolvimento de serviços para estas

peessoas no Brasil e em países da América Latina, por meio de intercâmbio técnico científico e obtenção de ajuda internacional.

Foi um dos membros iniciadores do Conselho Mundial para o Bem estar dos Cegos, hoje União Mundial dos Cegos, órgão consultor para o qual foi eleita como a primeira mulher presidente. Trabalhou intensamente para criação da União Latino-Americana de Cegos (ULAC). Atuou na OIT, sendo uma das responsáveis pela aprovação da Convenção 159 e da recomendação 168, as quais, por seu empenho foram ratificadas pelo governo brasileiro e transformadas em lei em 1991, beneficiando PcD na área do trabalho.

Ao longo de sua trajetória demonstrou grande preocupação com a prevenção da cegueira, atuando diretamente na implantação de programas para este fim. Neste campo propôs diversos eventos, comissões e campanhas, tanto no Brasil como no exterior, atuando em parceria com grandes nomes da oftalmologia.

Por meio de seus esforços na Organização Mundial de Saúde e no governo brasileiro, promoveu a criação do primeiro Centro Colaborador de Prevenção da Cegueira no Brasil, localizado na Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo. Teve ainda atuação destacada no Conselho Internacional de Educação de Deficientes visuais.

Ao rever suas ações durante as seções de entrevista e motivada pelas minhas interpelações na qualidade de pesquisadora, Dorina reafirma seus grandes ideais e convicções:

É preciso acabar com os tabus, porque eles detêm todo o estímulo que a gente possa ter. Não é fácil, mas é possível. Quando eu sei que uma coisa não é impossível, que não há razão para que não exista, eu acho que a gente deve insistir e tocar a coisa prá frente. Quantas mulheres conseguiram através de grande esforço encontrar seu espaço? É muito mais digno poder trabalhar que ficar esperando um reconhecimento que nem sempre vem. É preciso abdicar de certas concepções que nos impedem de realizar nosso trabalho, para que possamos nos manter firmes no caminho que a gente traçou. Todos podem contribuir, eu não digo que a gente vai mudar o mundo, ninguém muda o mundo! Mas eu acho que ao menos destruir certas barreiras, que estão muito mais na imaginação das pessoas, que na realidade, isso a gente pode. Temos problemas quando pensamos que as barreiras se opõem ao nosso trabalho. Eu nunca tive medo! Quando eu achava uma solução, eu sempre fazia questão de perguntar o quê e por que estava fazendo. Eu tenho a impressão de que na minha vida o entusiasmo que eu sempre senti nunca me abandonou. Eu sou otimista, nunca fui pessimista (ENTREVISTA, 05/10/2009).

O entusiasmo, a resistência e, sobretudo a capacidade de desvencilhar-se de concepções e modelos que vitimizam as PcD, colocando-as na condição de indivíduos passivos, estavam na base das respostas resilientes que marcaram a história de vida de Dorina Nowill. Assumindo a condição de McD, Dorina encontrou forças para lutar pela melhoria da qualidade de vida dos membros de seu grupo social. Ao empenhar-se pela edição de obras impressas em Braille, e ao engajar-se no movimento de PcD em âmbito local e internacional, Dorina colaborou para a ruptura com as condições adversas que vulnerabilizam as PcD.

Nessas situações, as transformações não podem ser buscadas apenas no interior do indivíduo, mas, na sociedade, no estado e nas organizações. Aceitar as situações que podem ser mudada é resignação, e não resiliência. Pois a resiliência traz o fortalecimento. (RIBEIRO, 2007, p. 26).

A luta de Dorina pela emancipação de seus pares transcende os modelos individualistas, concretizando-se por meio da criação de uma organização cujos benefícios alcançam todas as regiões deste vasto país. Durante os mais de sessenta e cinco anos de existência, a Fundação Dorina Nowill já produziu mais de mil títulos, cem mil volumes, e atendeu mais de dez mil pessoas por meio de diferentes serviços e atividades.

A fundação nunca deu aulas de cidadania, ela faz muito mais. Ela plantou no coração de cada um que recebe seus serviços a verdadeira cidadania. E resumindo, cidadania é o dever de dar e o direito de receber. Imaginem, quantas pessoas cresceram junto com a fundação? A quantas outras este trabalho se destinou? Pois, os títulos e comendas que até hoje eu recebi se resume nisto: no bem querer para com todas estas pessoas (ENTREVISTA, 05/10/2009).

O reconhecimento mundial da atuação da professora Dorina em prol do desenvolvimento e da inclusão social de PcD visual, é concretizado por sessenta e seis prêmios, condecorações, títulos, comendas e outros concedidos pelo governo brasileiro e por organizações de âmbito local e internacional conforme **anexo A** demonstra.

No próximo bloco abordo o contexto que influenciou Dorina e os caminhos que percorreu ao longo da vida.

3.3 Bloco 3 (Contexto): Como o mundo influenciou Dorina ao longo de quase 100 anos de sua vida?

Este bloco tem como foco experiências adversas vividas pela Profa. Dorina que se transformaram em respostas positivas e a tornaram um modelo humano a ser seguido pelo seu grupo social. Diferentemente da maioria das PcD, como os blocos 1 e 2 já evidenciaram, Dorina rompeu com sérias barreiras à sua realização pessoal e profissional, as quais tem como raízes o período histórico em que viveu, o tipo de sociedade em que viveu, a falta de legislação que apoiasse as PcD (como hoje existem), entre outras.

Nesta seção, portanto, abordo algumas das experiências corrosivas e constrangedoras vividas pela professora Dorina no ambiente familiar, no universo da escola e no mercado de trabalho. Ao fazer este percurso, também ofereço elementos relevantes do contexto internacional e nacional que geraram mudanças significativas para o grupo social constituído pelas PcD. Ao iniciar este bloco apresento o Sistema Braille e sua importância para o desenvolvimento da pessoa cega no mundo.

3.3.1 O Sistema BRAILLE

O método Braille chegou ao Brasil durante o Império em 1854, por intermédio de Álvares de Azevedo e transformou a vida e as relações das pessoas cegas porque seu uso permite, por exemplo, a assimilação autônoma das regras e símbolos que compõem qualquer idioma, transcendendo as informações capturadas pela oralidade. Apesar de o Braille haver chegado ao Brasil ainda no império, na década de 40, período em que Dorina retoma seus estudos, as pessoas cegas contavam com pouquíssima literatura neste formato. O pequeno número de livros existentes à época eram transcritos manualmente por voluntários, como vimos no Bloco 2, no espaço cedido pela Cruz Vermelha à Dorina para esta finalidade.

O contexto da segunda década do século XX, quando nasceu Dorina, portanto, ignorava e negava o direito de acesso à educação às PcD e por extensão às McD, que foram naquele período vítimas da ausência de políticas públicas capazes de atender as suas necessidades, o que as mantinham a margem dos sistemas escolares.

Nas Conferências Nacionais de Educação promovidas pela Associação Brasileira de Educação, surgidas nos anos 1920, nas quais se discutiam os

assuntos considerados relevantes no momento, não se cogitou falar sobre o deficiente. Ele só apareceu após a IV Conferência, assim mesmo para facilitar anotações estatísticas (JANNUZZI, 2004. p. 106).

A negação do direito a educação, denunciada por Januzzi na citação acima, é disseminada naquela época também entre as mulheres.

Com uma economia de caráter colonial, o catolicismo como religião oficial do Estado, prevalecia sólido o status tradicional já referido – que remontava aos gregos – do homem ocupado com as guerras e revoluções, o sustento do lar e a discussão política nas praças e nos cafés, e da mulher encarregada da educação dos filhos e dos cuidados domésticos (JANNUZZI, 2004. p. 118).

As campanhas sufragistas da década de 30, a realização da Semana de Arte Moderna (1922), a criação do movimento Pestalozziano (1926) em defesa dos direitos das PcD intelectual à educação, além da revolução constitucionalista (1932) foram algumas dentre as iniciativas precursoras de uma nova ordem social para ambos os grupos vulneráveis, mulheres e PcD. Contudo, muito ainda havia por ser feito em prol deste grupo social.

Como estudar sem acesso a literatura Braille? Cabe destacar que mesmo com a existência de vasta legislação (Decreto nº7853/1989, Lei nº9394/96, Decreto nº5296/2004...), a maioria das PcD está fora dos sistemas educacionais, porque seus direitos humanos básicos, a exemplo do direito à educação ainda não se tornou uma conquista real.

A seguir, apresento um pequeno relato de minha experiência educacional bem sucedida, graças à possibilidade de acesso ao sistema BRAILLE.

A alfabetização por meio desse sistema para mim, pessoalmente, constituiu uma experiência ímpar, na medida em que despertou gosto e afinidade pela língua portuguesa, garantindo-me a segurança necessária para que eu pudesse conviver com o “despreparo” dos professores do ensino regular quando ingressei na segunda fase do ensino fundamental (1989), no ensino médio (1993) e mesmo no ensino superior (1996).

O aprendizado desse sistema, já na infância, me permitia falar e escrever com firmeza, além de me expressar coerente e fluentemente nos diversos ambientes que eu frequentava.

Finalmente, aliando o uso do Braille às novas tecnologias, estou no presente momento concluindo um curso de pós-graduação *strictu senso* (mestrado), obedecendo a todos os parâmetros seguidos pelos meus colegas da turma (28). Gostaria de destacar que, mesmo o atraso na submissão da dissertação não se deu por conta de minha cegueira, mas porque tive que trabalhar 08

horas por dia para continuar respondendo aos meus compromissos profissionais, institucionais e financeiros e também porque engravidei e perdi um bebê no segundo ano do mestrado. Contudo, decidi não solicitar afastamento oficial (Linha do Tempo, Pesquisadora). Ou seja, o fato de ser cega não me impediu de realizar exatamente as mesmas atividades que meus colegas, embora eu necessite continuamente de apoio para poder dar conta, por exemplo, de buscas na internet ou de diagramação do texto no formato exigido porque eu uso o sistema Dosvox⁸, o qual apesar de constituir significativo avanço para as pessoas cegas, no que diz respeito ao uso das novas tecnologias, ainda é restrito para esse tipo de operação.

É dentro deste contexto de adversidades e risco de múltipla vulnerabilidade que Dorina encontra forças para dar novo sentido a sua vida após a perda da visão, abrindo perspectivas de cidadania para os membros de seu grupo social: Dorina reage às barreiras limitantes e constrangedoras presentes no contexto familiar, escolar e profissional, conforme evidências a seguir demonstram.

3.3.2 Impactos da cegueira na vida cotidiana...

Início esta seção com as palavras da própria Dorina que revelam a dor de ser diferente em um mundo no qual ainda não se pensa, não se fala, não se defende e não se pensa em valorizar a diferença humana, como acontece nos dias de hoje, em tempos de inclusão.

“Quando eu fiquei cega, a reação dos meus pais foi péssima, eles sentiram muito, ficaram numa tristeza muito grande. Para eu entrar na Caetano de Campos foi uma revolução, eles se preocuparam como ficaria minha situação sozinha entre aquelas moças que enxergavam. É verdade que ninguém valorizava a cegueira, alguns apenas tentavam compreender [o que era, como era ser cego], outros achavam que era uma bobagem, que não dava... uma pessoa cega não podia realizar ou se realizar. Eu vi a falta de aceitação das pessoas. Os problemas que atingem às PcD estão sempre presentes. As

⁸ O DOSVOX é um sistema para microcomputadores da linha PC que se comunica com o usuário através de síntese de voz, viabilizando, deste modo, o uso de computadores por deficientes visuais, que adquirem assim, um alto grau de independência no estudo e no trabalho.

difficultades de aceitação são constantes” (ENTREVISTA, 06/10/2009).

Era esta a concepção que guiava os comportamentos de membros da família, de instituições, e de outros grupos presentes na vida de Dorina após a perda da visão. O ingresso na Caetano de Campos é lembrado por Dorina como um momento decisivo para a ruptura com pré-conceitos e para a base da criação de novas experiências educacionais que, mais tarde, expandiram-se por todo o país.

Lembro que muitos diretores do Departamento de Educação do Estado de São Paulo, não acreditavam na possibilidade da minha participação como aluna regular no curso Normal. Houve um diretor do Departamento de Educação do Estado, segundo Dona Carolina me contou, que afirmou”: “Como é que uma moça, uma aluna tão diferente que não tem possibilidade de ver, de estudar, de acompanhar a classe, poderia ser colocada numa escola para dar aula? (NOWILL, 1996)

A inexistência de práticas educacionais voltadas ao grupo social constituído pelas PcD, a qual é consequência do modelo médico de deficiência conforme discutido extensivamente no capítulo 1, é uma realidade ainda vigente em nosso sistema educacional e abordagens pedagógicas. É por isso que muitas escolas brasileiras recusam matrículas de crianças, jovens e adultos com deficiência, violando inclusive a legislação existente.

Entre os anos 1920 a 1940, época em que Dorina toma a decisão de retomar seus estudos, o contexto de ausência de direitos porque eles não existiam na lei, era real. Mas mesmo naquela época, Dorina mostra consciência acerca da injustiça social e legal em curso e torna-se capaz de superar experiências constrangedoras com a finalidade de combater a exclusão predominante naquele período porque acreditava, defendia e militava na direção da oferta de uma educação de qualidade, norteada pelo princípio de igualdade de condições e oportunidades para todas(os), condição imprescindível, para que os/as cidadãos tornem-se sujeitos críticos e conscientes de seu papel no mundo.

Na Caetano de Campos, quem tivesse as notas mais altas recebia uma cadeira prêmio para o ingresso ao trabalho. Eu recebi esse prêmio, eu tive nota máxima. Recebi a cadeira prêmio e assumi o trabalho no Instituto Padre Chico sendo a professora da classe, como qualquer outra professora, o que naquela época foi uma experiência pioneira no Brasil, já que eu dava aula no ensino primário. (NOWILL, 1996)

Contudo, o acesso ao mercado de trabalho foi mais uma dentre as experiências adversas vividas por Dorina, resultante da ausência de uma legislação que apoiasse as PcD. Com ousadia e determinação, mais uma vez Dorina rompe com mais uma barreira à sua realização, encorajando outras PcD a fazerem o mesmo, conforme destaca em sua autobiografia.

Eu lutei com muitos médicos e eles diziam que não podiam ultrapassar a lei, pois uma pessoa cega não podia lecionar, não podia ser funcionária pública e eu não podia assumir o cargo porque a cegueira era um empecilho legal. (NOWILL, 1996)

O acesso à educação e ao mercado de trabalho na década de 40, eram barreiras praticamente intransponíveis para as PcD. A limitada legislação vigente à época, aliada ao modelo médico da deficiência, cria para Dorina uma experiência particular na esfera do mercado de trabalho, uma vez que não havia garantias legais que pudessem ser acionadas visando sua nomeação para o cargo de professora no estado de São Paulo.

A cultura dominante também reforçou nossa vulnerabilidade [como mulher e PcD] , a medida que nos vê descentralizadas, volúveis e sensíveis demais para fazer um trabalho direito. Sabemos que frequentemente somos (sim, ainda!) vistas como fracas, inferiores e dependentes, e muitas vezes internalizamos essa visão de nós mesmas (MILLER, 2006, p. 19).

Esta auto-imagem negativa, que também se aplica a mulheres sem deficiência, vem carregada de sentimento de inferioridade, o qual aliado a ausência de condições para o acesso a bens de consumo, isola as mulheres com deficiência, distanciando-as da convivência nos espaços sociais regulares. A violação e a negação deste direito, reforçadas pela cultura dominante machista, estão enraizadas no binômio deficiência / incapacidade, o qual ainda em nossos dias penetra na vida e nas relações da PcD. De forma perniciosa os padrões culturais machistas, gerados por esquemas e estruturas patriarcais, acarretam para a mulher contextos semelhantes:

Sendo mulheres, conhecemos outras vulnerabilidades e sabemos que esse ‘quadro vulnerável’ é visto como fraqueza. O nosso passado de opressão e a falta de acesso à educação para tornar-nos iguais e auto-suficientes, por exemplo, nos deixaram ainda mais vulneráveis e dependentes de outras pessoas do que os homens (MILLER, 2006, p. 19).

O macrosistema que, de acordo com Bronfenbrenner (1977, 1989, 1996) se compõe por sistemas familiares, educacionais e mercado de trabalho, dentre outras instâncias, cria barreiras que gradualmente desgastam e corroem as possibilidades de participação das PcD.

Claro que eu enfrentei algumas barreiras, sobretudo as instrumentais. Eu precisava da ajuda de outras pessoas. A maior barreira era que eu não podia escrever no quadro negro ou desenhar ou mesmo corrigir as provas sozinha. Ainda não tinha a máquina Braille, faltava os equipamentos para a imprensa Braille, e eu sentia falta de muita coisa (NOWILL, 1996).

A necessidade e a dependência de terceiros, foi mais uma dentre tantas barreiras que poderiam impedir o acesso de Dorina à educação e ao mercado de trabalho. Todavia, mais uma vez, manifestando atitudes de coragem e ousadia, Dorina rompe com as estruturas acima mencionadas e desenvolve iniciativas transformadoras em âmbito local e internacional como revelam as evidências de sua história de vida.

A ignorância geral sobre as diferenças entre as deficiências existem ainda hoje assim como o preconceito e o ‘medo de contaminação ou a concepção de que ‘é um castigo de Deus’. Na juventude de Dorina, tal desconhecimento e atitudes era, provavelmente, ainda piores.

Falta ainda a formação adequada para ela nunca perder a chance de ter o direito de escolher. Para mim, eram apresentados muitos empecilhos, coisa que ainda hoje continua acontecendo. Este é um problema que está na mentalidade das pessoas (ENTREVISTA, 05/10/2009).

Contudo, o que me emociona nas experiências descritas por Dorina abaixo é que, apesar de seus quase cem anos de idade, sua memória para estes eventos é clara, lúcida, demonstrando o quanto eles a marcaram emocionalmente, embora não a imobilizaram. São eventos de dor e sofrimento íntimo, solitário que duraram uma vida inteira, mesmo quando houve superação dos mesmos.

Em minha vida de mulher cega eu vivenciei fortemente a experiência da exclusão. Eu me lembro agora de um fato banal, mas real. Certa vez eu estava em casa de uma amiga e íamos ao cinema assistir um filme que eu iria aproveitar muito. Acontece que estávamos em casa dela e íamos nos arrumar. E a mãe dela fez todo o possível para evitar que eu usasse seu batom, que claro, eu não ia usar mesmo. Mas

o receio da mãe era que eu tivesse uma moléstia contagiosa que tivesse me feito ficar cega e isso a deixou desesperada.

Eu me lembro também que, por muitas vezes, quando um irmão de minhas amigas conversava muito comigo, elas nos cercavam com medo que eles se apaixonassem por uma pessoa cega. Eu me lembro que outra vez eu saí para dançar e todos admiravam minha roupa. E aí alguém ao se virar falou: “Mas que pena, ela é cega”

Hoje, à McD falta namorado e marido. (risos). Embora esta seja uma experiência comum a todas as mulheres, as com deficiência sofrem mais. As famílias tiram os rapazes de perto delas e mandam passear, porque tem medo de que se casem com alguém que tem deficiência. “Vai ser uma vida muito sacrificada”, é o que se diz. E isso é fruto de uma imaginação paupérrima, mas que exerce uma influência maior do que imaginamos. (ENTREVISTA, 05/10/2009).

Em suas palavras, Dorina confirma a condição de vulnerabilidade da McD, associando-a a fraqueza ou a dependência de outro para realização de qualquer trabalho. Estas experiências corrosivas e constrangedoras ultrapassam as esferas familiares, escolares e laborais, negando à McD o direito ao exercício de sua afetividade e sexualidade. Quando interpelada a falar, durante as seções de entrevista, sobre o que falta à McD, Dorina, como vimos é direta e incisiva. Ao afirmar que a exclusão de McD *é um problema que decorre da mentalidade das pessoas*, Dorina evidencia que esta condição de vulnerabilidade é um tema transversal, porque reúne aspectos sócio, políticos e culturais, que interferem no processo de participação destas pessoas na vida em sociedade.

A noção de vulnerabilidade vem confirmar a visão de um homem/mulher plural, construído na sua diversidade a partir das suas diferenças, nas dimensões social, político-institucional e pessoal, e, a partir daí, identificar questões que podem aumentar o grau de vulnerabilidade dos indivíduos frente a riscos, tais como: questões de gênero cruzadas com raça/etnia e classe social, condições de vida; condições de saúde; acesso ou não à informação; insuficiência de políticas públicas em saúde e educação, entre outros.

As falas de Dorina neste bloco, sobre suas experiências desestruturantes apresentam uma série de elementos que geram processos de múltipla vulnerabilidade, os quais, no contexto específico deste estudo, se configuram pela articulação de fatores de gênero e deficiência, cuja literatura ainda é escassa em nosso país. Além disso, (PAULA; SODELLI; FARIAS, 2009), denunciam a ainda insuficiência da legislação e de políticas públicas que

impeçam por força de lei os eventos adversos e corrosivos, pois muitos são produto de atitudes originadas na ignorância e fundamentadas no histórico preconceito contra as PcD.

No Bloco 4, orientado pela linha do tempo da história de vida da Profa. Dorina, abordo como sua história mudou a história de muitas vidas no curso de seus 91 anos de contribuições.

3.4 Bloco 4 (Tempo): Como a história de vida da profa. Dorina mudou a história de muitas vidas de PcD?

Este bloco tem como foco a contribuição de Dorina no desenvolvimento do movimento das PcD. Novamente adoto como referência suas realizações e premiações, mas agora desde a perspectiva de seu impacto na garantia dos direitos da PcD e sua inclusão social. Início relatando o impacto de sua contribuição em minha própria vida e a seguir elenco as áreas que, com base nas entrevistas, são consideradas pela própria Dorina, as mais relevantes para tais mudanças e a seguir apresento a visão de Dorina sobre seu papel no mundo e, porque não dizer, sua missão de servir ao próximo que vive em uma situação permanente de vulnerabilidade.

O fato de haver conhecido Dorina pessoalmente e ter pesquisado sua história de vida, constituiu um momento singular e especial em minha trajetória pessoal e profissional porque as ações dessa McD, considero, representaram um divisor de águas para todos nós, cegos e cegas, no que diz respeito à educação e à garantia de nossos direitos.

Se na época do império era negada a nós McDs a possibilidade do acesso à educação, hoje podemos estudar, trabalhar, constituir família e falar por nós mesmas por causa das realizações de Dorina, encorajadas pelo exemplo de mulheres como Dorina... É assim que me sinto, convidada e convocada, sobretudo, a dar de mim para o avanço da sociedade e, em particular das pessoas cegas.

(DIÁRIO DE PESQUISA, 06/10/2009).

O forte sentimento de pertencimento ao seu grupo social e à sociedade como um todo, forte senso de responsabilidade por si mesma e pelo outro e sua incansável luta pela cidadania

das pessoas cegas foram características determinantes para sua ruptura com as adversidades que encontrou em sua vida inteira.

Eu não acredito no impossível, eu acho que a gente pode tornar as coisas possíveis. Há PcDs que se acostumaram a receber o que muitas pessoas não lhes dariam se elas não tivessem deficiência. As PcD não devem se julgar dependentes dos outros. Ao contrário, todo nosso trabalho foi pensado para que elas pudessem viver como qualquer ser humano, que de fato sejam realizados seus desejos, e não aquilo que os outros consideram importante.

Em meu trabalho nunca fiz mágica, mas sempre procurei oferecer aquilo que o sujeito precisava para poder vencer. Nós, PcD, devemos lutar pelo reconhecimento de nossos direitos, mas sem esquecer que ao lado deles há os deveres. Este equilíbrio é necessário para que possamos reagir e guardar algo que oriente e conduza nossa maneira de viver.

Toda esta obra foi edificada no propósito de fazer com que a sociedade em geral entenda que as PcD têm o direito de aspirar o que elas consideram importante para suas vidas. Isso precisa ser respeitado e, ao mesmo tempo, estas pessoas devem estar cientes de seus deveres. A cegueira não dá privilégios a ninguém. Devemos saber recorrer aos nossos direitos em qualquer circunstância, mas também temos que saber dar de nós mesmos para os outros. Eu recebo na medida que eu dou.

Essa busca nossa pela igualdade com as outras pessoas, exige em primeiro lugar uma ação nossa. Se somos cidadãos iguais aos outros, temos também a obrigação de corresponder naquilo que os outros esperam de nós. Como é que vamos dizer que somos iguais, se não formos capazes de ser iguais sequer conosco mesmos? É para esta direção que a PcD deve caminhar (ENTREVISTA, 06/10/2009).

A fala vigorosa da professora Dorina claramente revela sua predisposição para superação, realizações e conquistas sociais e políticas. É interessante notar que ao mesmo tempo em que assume sua condição de cega, a Profa. Dorina reconhece sua condição de igualdade na diferença no que diz respeito às responsabilidades – direitos e deveres – sociais. Internacionalmente reconhecida como modelo de defesa dos direitos humanos, esse reconhecimento materializa-se por meio de 66 condecorações e prêmios, que desde a década de 60 a colocam neste cenário. Dentre estas condecorações destaco o Prêmio Póstumo USP de Direitos Humanos dado à professora Dorina Nowill em 2010. Esta é uma premiação anual que

homenageia indivíduos e instituições do país que se distinguiram por ações concretas na promoção da justiça social, da paz, da solidariedade, da ética, da tolerância e da democracia.

Ao longo de seus 91 anos, dos quais, mais de 75 foram dedicados à militância em atividades humanitárias, políticas e profissionais, são inúmeras as contribuições da professora Dorina para o grupo social das PcD. Selecionei dentre estas contribuições, um grupo de atividades e realizações que são representativos do impacto causado pela sua ação. Ao elencar as ações de Dorina em vista da promoção e defesa dos direitos humanos das McD, busco o aporte teórico oferecido pela Convenção das PcD - CDPCD (ONU, 2006), primeira convenção proposta pelas Nações Unidas para o século XXI, do qual o Brasil é signatário. O teor deste documento ressalta que “... apesar dos diversos tratados, pactos e convenções internacionais em vigência que protegem os direitos humanos das pessoas, as com deficiência estão mais vulneráveis a situações de discriminação” (VITAL, 2008).

Embora não haja indícios a cerca da participação direta de Dorina, na elaboração deste documento, identifica-se uma perfeita consonância entre sua luta e os princípios da presente convenção, quando afirma que

“... Nenhuma PcD é menos responsável pelo bem estar do que qualquer ser humano. Todo ser humano é igual. A PcD também é ser humano, e isso ninguém tira dela. Ninguém pode tirar do homem, quer possua ou não deficiência, a condição de ser humano. Nós todos somos donos deste mundo. Por isto já ao nascer, somos convocados ao dever de auxiliar os que precisam de mais auxílio, ou seja, de dividir nossa história com os que receberam menos ou com quem por alguma razão, teve algumas coisas restringidas. É a dita fraternidade universal, somos iguais independentemente de qualquer parentesco ou teoria.” (ENTREVISTA, 05/10/2009)

A história de vida da Profa. Dorina e sua visão de um do e de ‘fraternidade entre os seres humanos’ toca e transforma a vida e as relações das PcDs, na medida em que questiona as estruturas e os sistemas que marginalizam tais pessoas impedindo-as de participar de maneira pró-ativa da vida em sociedade. Em sintonia com os princípios da CDPCD (ONU 2006), o trabalho de Dorina, desde os anos 1940 até o início deste século, contribuiu para a ruptura com o modelo médico e a consequente associação entre a condição deficiência & doença porque esta é uma concepção que

“traduz a noção de que a pessoa, antes de sua deficiência, é o principal foco a ser observado e valorizado, assim como sua real capacidade de ser o agente

ativo de suas escolhas, decisões e determinações sobre sua própria vida.” (MARTINS, 2008).

Nisto consiste a ação transformadora almejada por Dorina: ela queria que as PcD fossem reconhecidas por sua dignidade de pessoa humana, responsáveis e capazes de contribuir para a transformação social.

A PcD é nada mais que mais um, dentre todos os homens do mundo. Ela não precisa de consideração especial, ela só precisa ser reconhecida pelas características e capacidades que as constituíram como pessoas, desde seu nascimento. Portanto a PcD é igualzinha às outras, ela tem apenas algumas necessidades diferentes, fruto de certas circunstâncias ocasionadas pela deficiência. Mas isso não as diminui e nem lhes tira a responsabilidade de fazer os outros felizes e de trabalhar para sociedade.” (ENTREVISTA, 05/10/ 2009).

Dentre as contribuições singulares oferecidas por Dorina e reforçadas pela CDPCD (ONU, 2006), merece destaque a denúncia a toda e qualquer ação discriminatória contra as PcD. No contexto particular de meu objeto de estudo, constato que “... na área da deficiência a condição feminina torna a McD particularmente vulnerável e em condições de desvantagens social, havendo uma sobre-marginalização.” (PAULA, 2009).

Indagada acerca de sua visão sobre a luta pela emancipação feminina. Dorina caracteriza a deficiência como um obstáculo porque para ela:

Nem se deveria pensar na separação (mulher versus PcD), ela é uma mulher e ponto final. Claro que a deficiência, por vezes, ocasiona certas dificuldades, que, por exemplo, em relação ao trabalho, nos fazem necessitar de pessoas ou equipamentos que nos auxiliem. Tudo isso em nada diminui o valor destas mulheres. (ENTREVISTA, 06/10/2009).

Apesar dessa visão declarada, uma vez ciente de que era possível transformar a realidade das McDs de sua época, Dorina engajou-se na luta pela emancipação de seus pares femininos, desenvolvendo iniciativas que ultrapassam as fronteiras brasileiras e Latino Americana: ela expandiu sua ação a outros continentes, procurando inicialmente conhecer as realidades locais daquelas mulheres para, a partir daí, fomentar iniciativas que viessem despertar sua capacidade individual como também ações e políticas que favorecessem sua inserção social.

Certa vez, fui convidada para visitar na Espanha a grande Organização Nacional de Cegos da Espanha (ONCE). Já conhecia muitos de seus diretores, presidentes etc... Mas recebi especificamente um convite de Pedro Zurita, que era o responsável pela área internacional da ONCE. Ele me pediu que fizesse uma palestra na escola de moças cegas da Organização.

Fiz a palestra e procurei discutir com as meninas e moças cegas o problema da integração social. No fim da palestra, as moças fizeram perguntas e procurei discutir exatamente esse problema, que é até hoje muito sério na vida das mulheres cegas – a oportunidade de conviver com jovens não cegos da mesma idade, estudar, ter a sua hora de lazer, frequentar clubes conforme o nível socioeconômico, e outras atividades de participação social. (NOWILL, 1996).

Na Ásia, a conjuntura era semelhante. Ao ser convidada para organizar e ministrar importante seminário sobre a situação da McD, Dorina relata.

“Muitas moças tinham muito pouco preparo, nunca tinham comparecido a uma reunião. Algumas não sabiam como se comportar a mesa, não sabiam nem andar sozinhas.” (NOWILL, 1996).

Dorina, envolvia-se cada vez mais na luta pela emancipação da McD, de tal forma que este era assunto de interesse nas pesquisas que realizava. Nessa área, desenvolveu dois trabalhos bastante significativos: (1) sobre a situação da mulher deficiente no mundo, fundamentado em tudo o que havia observado na Conferência do Ano Internacional da Mulher realizada em Beijin em 1995, e o (2) um estudo sobre a situação das mulheres cegas nas organizações de cegos (Nowill, 1996).

Fiz dois questionários internacionais e escrevi esses trabalhos. Recebi da Organização Internacional do Trabalho - OIT um pedido para que fossem incluídos os meus trabalhos no documentário da própria OIT, porque acredito que até então não existissem muitos estudos nessa área. (NOWILL, 1996)

A negação do direito à educação que, conforme discuto no capítulo 1, atinge fortemente ao grupo social constituído pela McD, desgasta gradualmente - corrói - suas possibilidades de sucesso, gerando processos de múltipla vulnerabilidade.

Os Estados Parte reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para realizar este direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Parte deverão assegurar um

sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado de toda a vida. (NAÇÕES UNIDAS, 1996, p. 14)

Ao conceber a educação como um mecanismo capaz de suscitar mudanças na mentalidade das PcDs, o artigo 24 da Convenção assegura a existência de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida. (Idem).

Já na década de 50, Dorina visualizava essa possibilidade e, uma vez conhecedora do potencial das pessoas cegas, desenvolveu ações visando sua inserção nas escolas regulares. Tais ações culminaram com a promulgação de decretos leis, inicialmente em 1953, restritos a Secretaria do Estado de São Paulo e, a partir da década de 60 em todo território nacional. Conforme suas lembranças, na Secretaria do Estado de São Paulo.

Eu contribui na medida em que ajudei na compreensão de que o cego podia estudar em qualquer escola, aprender as mesmas matérias, com os mesmos métodos e enfim, podia trabalhar e se realizar. E nós professores, através da educação, podemos melhorar um pouco. Existe tanta descrença e tanta falta de honestidade no sentimento das pessoas, por isso não se pode deixar o mundo alheio a esta realidade. Como é importante que cada pessoa se reconheça como pessoa... (NOWILL, 1996).

Na história de vida de Dorina desde o momento em que se reconheceu cega, até a luta pela criação e manutenção da Fundação Dorina Nowill em 1946, as barreiras que enfrentou funcionaram como estímulo e encorajamento, mantendo-a cada vez mais engajada nos movimentos em defesa dos direitos do seu grupo social. Isso foi o que Dorina fez, em seu histórico como tantas outras.

cidadãs oprimidas, as lutas e o acesso inato às emoções e sentimentos nos colocam em uma posição para vermos nossa vulnerabilidade como força e servir de exemplo para o mundo. Em vez de nos defendermos dos pontos fracos e das sensibilidades, podemos mostrar como usá-los para conseguir respostas variadas e apropriadas a qualquer situação, tornando-nos mais flexíveis e versáteis em todas as coisas (MILLER, 2006, p.19).

A história de vida da professora Dorina Nowill está, neste capítulo, apresentada em fragmentos de suas lembranças e autobiografia. Portanto não esgotam as possibilidades de aprendizagem e análise a partir de sua jornada. Embora esses fragmentos apresentem riqueza humana e relevância social indiscutíveis, ainda assim constituem fragmentos de 91 anos de vida e, portanto, reconheço o limite imposto pelo objeto de estudo e pela análise. Muito de sua

vida não foi sequer lembrado por Dorina, não foi escrito em suas memórias, ainda não foram escritas (e talvez nem sejam...) ou não foram contempladas no processo de **transcrição** de suas palavras, colhidas a partir de entrevistas.

Apesar disso, considero que o que aqui foi apresentado e analisado a partir de sua vida, responde à pergunta colocada por este estudo porque reúne elementos relevantes para o aprofundamento teórico acerca dos fatores que colocam a McD em contínuo risco de vulnerabilização múltipla e sua possibilidade de superação destes riscos a partir da resiliência que pode ou não emergir em cada uma. A resiliência, que constitui uma oposição à vulnerabilidade, que faz com que os indivíduos resilientes, como a professora Dorina Nowill, encontrem exatamente nas situações adversas e corrosivas que aumenta o risco de tornarem-se vulneráveis a força propulsora para sobreviver, realizar e transformar o mundo a sua volta.

Os fragmentos da história de vida da professora Dorina, analisados ao longo destas páginas, apontam para os fatores que determinam e explicam o processo de ruptura e superação de experiências adversas por parte da McD, conforme explicitado nas conclusões desta dissertação, apresentadas no capítulo seguinte.

CAPÍTULO IV

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como foco a McD e sua capacidade de resistir e superar os efeitos de experiências adversas geradas pelas condições de gênero & deficiência. As experiências desestruturantes, ao longo da vida de uma McD, constituem um risco de torná-las vulneráveis porque acontecem gradual e sistematicamente em todos os segmentos sociais dentro dos quais se inserem, como evidenciamos com a história da professora Dorina Nowill. Contudo, esta pesquisa revela que, mesmo face à intensas adversidades, a McD pode superá-las e transformá-las em impulso para seu próprio desenvolvimento e de seus pares.

A história de vida da Profa. Dorina é marcada por elementos de superação e resistência, os quais a identificam como modelo ao movimento social constituído pelas PcD. Pessoal, humana e profissionalmente, esta história enriqueceu minha vida, assim como a vida das PcD e, em especial, de Mulheres brasileiras com deficiência, estimulando-nos a prosseguir na luta pela remoção de barreiras, que, apesar do avanço na legislação, se mantêm intransponíveis e, por isso mesmo, continuam a desgastar as forças necessárias para que a McD torne-se autônoma e comprometida.

Novamente retomo as dimensões oferecidas pela Teoria Ecológica de Bronfenbrenner (1977, 1989, 1996): pessoa, processo, contexto e tempo, a partir das quais identifico elementos determinantes na história de Dorina, assim como na história da McD. Neste sentido, os achados apresentados nas páginas seguintes, indicam que é possível reverter experiências adversas, extraindo destas a energia necessária ao desenvolvimento humano de indivíduos e ao crescimento coletivo de grupos ou populações, entre os quais destaco o grupo constituído pelas McDs.

A lista de atributos descrita abaixo contém os fatores que a meu ver respondem à pergunta de pesquisa proposta para este estudo: **quais fatores determinam a ruptura com a condição de vulnerabilidade vivida por McD?**

No caso da **dimensão pessoa**, identifico como fatores determinantes de ruptura com a condição de vulnerabilidade acarretada por anos de experiências corrosivas, a presença na McD de sentimentos de auto-estima, confiança e perseverança, a capacidade de superação de sentimentos e atitudes de vitimização em paralelo à consciência de seu papel enquanto agente transformador de realidades e a capacidade de vencer medos e lançar-se a situações novas.

Todos estes atributos emergem da história de vida de Dorina, que mesmo situada em tempo de exclusão e de predominância do modelo médico, apresenta as características de mulher (pessoa) resiliente.

É frequente o número de McD que têm suas forças desgastadas, pelo fato de estarem geralmente expostas ao perigo da vitimização. Em consequência, estas mulheres se sentem sujeitos frágeis, indefesos e incapazes de pensar e agirem autonomamente. Para mim, a perseverança e a capacidade de superar adversidades constituíram experiências determinantes porque, em primeiro lugar, me possibilitaram a autorealização e, uma vez realizada, senti-me motivada a desenvolver ações com o propósito de ajudar outras McD a resgatarem ou descobrirem sua dignidade e seu valor enquanto pessoa humana.

No que diz respeito à **dimensão processo**, este estudo evidencia a importância da capacidade de iniciativa, autodeterminação e liderança tão destacadas na história de vida da mulher apresentada nesta pesquisa. As iniciativas e determinação de Dorina, assim como sua liderança e carisma natural, criaram o solo para que tivesse reconhecimento e projeção em âmbito local e internacional, *status* individual, mas que mudou o curso da história para as PcD em nosso país. Sua obra e legado são vastos, mas talvez o advento e a difusão de obras em Braille no Brasil, somado hoje ao acesso às novas tecnologias de comunicação e informação, já provocaram e vão provocar impactos ainda não compreendidos suficientemente na história das PcDs.

De igual maneira, há que se repensar o papel das McD inseridas na realidade brasileira como agentes desencadeadores de audaciosas e corajosas iniciativas, no propósito de romper com os elementos desestruturadores, os quais, em decorrência dos diversos fatores sócio-culturais que as vulnerabilizam, embotam as forças de um considerável número de membros pertencentes a esse grupo social. Foi com este intuito que no papel de líder institucional, reconstruí, ao lado de outros colegas, o Instituto dos Cegos de Campina Grande, presidindo-o por nove anos (2002 a 2010). Além disso, atuo ainda em diversos organismos que lutam pela garantia de direitos às PcD, tais como: conselhos, fóruns e outras instancias existentes no estado da Paraíba.

Na **dimensão contexto**, emergem como fatores determinantes na superação das barreiras ao desenvolvimento, ambientes sócio-culturais favoráveis; o apoio de outros (as) e o acesso à educação e ao mercado de trabalho. Apesar de haver vivenciado fortes experiências de exclusão após a perda da visão, Dorina contou com o apoio de um grupo de pessoas, a

começar por sua mãe, que construiu uma sólida rede social de apoio. Neste sentido, o ciclo de amigos e o poder aquisitivo e político de sua família caracterizaram um ambiente estimulador e com poder de ação ao longo de sua vida.

Experiências constrangedoras e limitantes também marcaram minha história de vida. Contudo, assim como Dorina, encontrei na família, na escola, nas pastorais eclesiais o suporte que me manteve resistente e perseverante no alcance de meus objetivos.

A predominância de ambientes familiares e sociais inacessíveis, a ausência de recursos humanos, físicos e financeiros, além das oportunidades ainda restritas de ascensão escolar e profissional, enfraquecem o poder de participação das PcD, impedindo seu desenvolvimento e reduzindo suas perspectivas e chances futuras.

A **dimensão tempo** é fundamental porque oferece os elementos para compreender como o tempo em que uma pessoa viveu determinou mudanças relevantes para outros de seu grupo social. Nesta dimensão destaca-se, a partir da história de Dorina, sua capacidade de tomada de consciência acerca dos direitos das PcD; o reconhecimento dos direitos de cidadã para si e para seus pares e a possibilidade de convivência em condições de igualdade nos diversos espaços regulares da sociedade. O reconhecimento de seus direitos enquanto cidadãs constitui, portanto, condição essencial para que PcD possam romper com os múltiplos processos de vulnerabilidade aos quais estão expostas cotidianamente.

Ao reconhecer os direitos da PcD, Dorina passa a atuar na defesa dos interesses coletivos de seus pares. Com seu trabalho na Fundação e através de sua participação em organismos nacionais e internacionais, Dorina cria perspectivas para inserção destas pessoas, sem, contudo, abrir mão do princípio de que “devem ser elas as primeiras desencadeadoras de processos de mudança”.

Com esta pesquisa, espero contribuir com o avanço teórico metodológico no campo dos Estudos Culturais, que a partir desta pesquisa deve incorporar em seu escopo de investigação o grupo social constituído por mulheres com deficiência, que ao longo de sua jornada provavelmente desenvolverão múltiplas vulnerabilidades. Na mesma linha, este estudo deve também contribuir para a inclusão do tema aqui investigado no campo dos Estudos de Gênero e Estudos sobre a deficiência, oferecendo à ambos uma nova dimensão da participação feminina nos desenvolvimentos destas áreas de conhecimento. O construto teórico aqui elaborado deve servir como estímulo, para que outras pessoas, **com ou sem deficiência**, aprofundem os conhecimentos sobre a história de vida de mulheres (e homens),

que como Dorina, venceram adversidades e provocaram impactos substanciais na vida das PcD a ponto de que a elas fosse assegurado o acesso ao conhecimento, a bens de consumo, ao lazer , em fim aos princípios previstos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) e pela Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (ONU, 2006).

O acesso à educação, particularmente em nível superior, constitui etapa determinante para que a voz da Pessoa com Deficiência ecoe em diversos espaços sociais. Assim, para mim, é marcante o fato de estar concluindo um curso de pós-graduação em condições de igualdade com os demais colegas de minha turma. Todavia, os limites da academia para o ingresso de um (a) estudante com deficiência ainda são explícitos, uma vez que, apesar da existência da lei que dispõe sobre a acessibilidade das PcD, a universidade, no geral, não oferece condições efetivas para sua permanência. Para mim, particularmente, sem o apoio de minhas colegas de curso, os desafios com vistas à sua conclusão, teriam sido ainda maiores, uma vez que as diversas instâncias da universidade e do programa de pós-graduação não viabilizaram os subsídios necessários para que eu pudesse lograr êxito nas diversas etapas do curso.

É preciso, portanto, ampliar a presença da PcD na universidade, nos cursos de graduação e de pós-graduação (*strictu e lato senso*), assim como ampliar as oportunidades de participação em congressos, debates e discussões relacionadas às políticas públicas, espaços dentro dos quais poderão influenciar mudanças e experienciar processos de tomadas de decisão.

Os 66 anos de luta e conquistas da Profa. Dorina Nowill, com certeza, modificaram o panorama educacional para as Pessoas com Deficiência no Brasil. Em particular, à nós, mulheres com deficiência, educadoras, militantes e profissionais de várias áreas de conhecimento, àquelas que já se empoderaram e às que ainda vão se empoderar no futuro, cabe manter vivo este ideal, por meio de iniciativas e atitudes que encorajem, por toda parte o cumprimento do princípio “**nada sobre nós, sem nós**”. Nesse sentido, considero que esta concluída esta etapa de minha vida, sinto-me mais fortalecida e espero poder contribuir para o fortalecimento de meus pares á luz dos ensinamentos da Profa. Dorina, a fim de que possamos nos manter politicamente comprometidos(as) com esta causa, prioritariamente na região Nordeste, espaço geográfico onde se perpetua a cultura da deficiência como uma doença e incapacidade que não pode ser vencida.

REFERÊNCIAS

AINSCOW. **Linha de Tempo de Mudança**: time line of change. Técnica traduzida e adaptada do Material Mapping Change in School . The Cambrigde Manual of Research Techniques, 1994.

ALBERTINI , Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. **Ouvir Contar: Textos em História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALCÂNTARA, Dalmi Alves. **Ciência e o processo de construção da identidade de mulher**. São Paulo: 2002. Disponível em: <http://uni.educacional.com.br/up/4460001/890582/Artigo_Publicado%20Rev.%20Anhanguera.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2011.

ALMEIDA, Welita Gomes de. Gênero e Deficiência: **A EXCLUSÃO SOCIAL DE MULHERES DEFICIENTES**. II Seminário Nacional: Gênero e Práticas Culturais: culturas e representações. João Pessoa, 2009.

AMIRALIAN, M. L. T. M. **Compreendendo o cego**: uma visão psicanalítica da cegueira por meio de Desenhos-Estórias. São Paulo: Casa do psicólogo, 1997.

BARTALOTTI, Celina Camargo. **Inclusão social das Pessoas com Deficiência**: utopia ou possibilidade? São Paulo: Paulus, 2006.

BELENS, Jussara Natália Moreira. Trabalhando feito homem: história de vida e representações; o caso das mulheres do Estreito; Campina Grande. In: _____. **Do silêncio à voz**: pesquisas em história oral e memória. João Pessoa: UFPB, 2008.

BELOTTI, Elena Gianini. **Educar para a submissão**: o descondicionamento da mulher. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

BESSA, Karla Adriana Martins. **Papel da Mulher na sociedade ao longo da história**. Disponível em: < <http://pt.shvoong.com/tags/papel-da-mulher-na-sociedade-ao-longo-da-hist%C3%B3ria/>>. Acessado em: 19 jan. 2008.

BETTO, Frei. **Como o movimento feminista evoluiu no Brasil e no mundo**. [S.l.]: [s.n.], 2001.

BIELER, R. B. **Carta aberta**. 1999. Disponível em: <www.inf.ufsc.br/~jbosco/IEE/IIDCarta.h.htm>. Acesso em: 17 jan. 2011.

CAIADO, Kátia Regina Moreno. **Aluno deficiente visual na escola: lembranças e depoimentos**. Campinas: [s.n.], 2003.

CARDOSO, Marilene da Silva. **Aspectos Históricos da Educação Especial: da exclusão à Inclusão**. In: STOBBAUS, Claus Dieter; MOSQUERA, Juam José Morino. **Uma Longa Caminhada: Educação Especial; em direção à educação inclusiva**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa; ANDRADE, Fernando Cezar Bezerra de; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Gênero e diversidade sexual: um glossário; escolas plurais**. João Pessoa: Universitária UFBP, 2009.

_____.; _____.; _____. **O que são Estudos Culturais?** Disponível em : <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/5trabalhos_encomendados/trabalho%20encomendado%20-%20gt23%20-%20maria%20eulina%20pessoa%20de%20carva.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2008.

CERIGNONI, Francisco Núncio; RODRIGUES, Maria Paula. **Deficiência: uma questão política?** São Paulo: Paulus, 2005.

CINTRA, Flávia. **Mulheres com Deficiência**. In: CROSADA, Resende; VITAL, Flávia Maria de (coord.). **A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luis Henrique. Estudos Culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**. n. 23, jun./ago., 2003. Disponível em: <<http://www.scslat.org/search/publipor.php?cod=101&lang=p>>. Acesso em: 12 dez. 2008.

CYRULNIK, Boris. **Autobiografia de um espantalho: Histórias de resiliência: o retorno à vida**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

FARIAS, Adenize Queiroz de. **A Deficiência como condição de Vulnerabilidade Social:** aplicações da teoria da resiliência à luz da história de vida de mulheres com deficiência. Disponível em: Anais do IV Congresso Brasileiro de Educação Especial. 2 a 5 de nov. 2010.

FERNANDES, Azevedo *et al.* **Ética, estigma e discriminação de grupos vulneráveis no processo educacional.** Disponível em: <www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/.../visit.php?cid>. Acesso em: 11 ago. 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral.** 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

FERREIRA, Windyz Brazão. **Relatório Diagnóstico da Situação das Crianças e Jovens com Deficiência no Estado de Pernambuco.** [S.l.]: BANCO MUNDIAL; Estado de Pernambuco (Brasil), 2003.

_____. Invisibilidade, crenças e rótulos...: reflexão sobre a profecia do fracasso educacional na vida de jovens com deficiência. Congresso Brasileiro sobre Síndrome de Down Família, 4, 2004, Salvador. **Anais...** Salvador, BA: [s.n.], 2004.

_____. Entendendo a discriminação contra estudantes com deficiência na escola: a importância da inserção do tema na formação de educador (a)s para a inclusão. In: FAVERO, Osmar *et al* (orgs.). **Tornar a Educação Inclusiva.** Brasília: UNESCO; ANPED, 2009. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001846/184683por.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2010.

_____. Reflexão sobre o papel dos programas de pós-graduação na luta contra a exclusão educacional de grupos sociais vulneráveis. **Revista Espaço**, Informativo Técnico Científico do INES, n. 18;19, p. 51-62, dez. 2002 / jul. 2003.

_____. **Aprendendo sobre os direitos da criança e do adolescente com deficiência:** guia de orientação à família, escola e comunidade; Save the Children - Suécia. Recife: [s.n.], 2003.

FIGUEIRA, Emilio. **Caminhando em silêncio:** uma introdução à trajetória das Pessoas com Deficiência na história do Brasil. São Paulo: Giz, 2008.

FLORES, Conceição; MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. Educação Feminina: entre o Lusco e o Fusco (Transformações e Permanências nos escritos masculinos dos séculos XVII e XVIII). In: CARVALHO, M. E. P. de; PEREIRA, M. Z. C. **Gênero e Educação: Múltiplas Faces.** João Pessoa : Universitária UFPB, 2003.

FRANÇA, Inácia Sátiro Xavier de. **Formas de sociabilidade e instauração da alteridade:** vivência das Pessoas com Deficiência. Campina Grande: EDUEP, 2008.

GLAT, Rosana. **Auto-defensoria/Auto-gestão:** movimento em prol da autonomia de Pessoas com Deficiência mental uma proposta político-educacional. Disponível em: <http://www.copti.com.br/autodefensores/arq/Livro_Autodefensoria_FINAL.pdf> Acesso em: 10 fev. 2011.

_____. **Somos iguais a você:** depoimentos de Mulheres com Deficiência mental. Rio de Janeiro: Agir, 1989.

GUIMARÃES, M. C. S.; NOVAES, S. C. **Autonomia reduzida e Vulnerabilidade:** Liberdade de Decisão, Diferença e Desigualdade. Disponível em: <<http://www.portalmedico.org.br/revista/bio1v7/autonomia.htm>>. Acesso em: 11 ago. 2009.

HARRIS, Enfield. **Os quatro modelos.** Disponível em: <<http://www.making-prsp-inclusive.org/pt/6-deficiencia/61-o-que-e-deficiencia/611-os-quatro-modelos.html>>. Acesso em: 22 jan. 2011.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Sales. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa.** 3 ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. Elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de dados da Língua Portuguesa S/C Ltda.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A Educação do Deficiente no Brasil:** dos primórdios ao início do século XXI. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

MACHADO, Willian César Alves. **Vivências e deficiência:** recortes da realidade; cotidiano dos conselhos municipais das Pessoas com Deficiência. Rio de Janeiro: Águia Dourada, 2008.

MEIHY, J. C. S. B; HOLANDA, F.. **História Oral:** como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MELILLO, Aldo; OJEDA, Elbio Néstor Suárez (orgs.). **Resiliência:** descobrindo as próprias fortalezas. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MERÇON, Fábio; CANESSO, Pedro Ivo Guimarães; MAINIER, Fernando Benedito. Corrosão: um exemplo usual de fenômeno químico. **Química nova na escola**, nº19. Rio de Janeiro, maio 2004.

MILLER, Beth. **Mulher Vulnerável: 12 Qualidades para desenvolver a resiliência**. São Paulo: Melhoramentos, 2006.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisada**. São Paulo: Contexto, 1994.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Assembléia Geral das. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Protocolo Facultativo. In: CROSADA, Resende; VITAL, Flávia Maria de (coord.). **A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2006.

NEPOMUCENO, Cristiane Maria; ASSIA, Cássia Lobão de. **Estudos contemporâneos da cultura**. Campina Grande: UEPB / UFRN, 2008. 15 fascículos.

NERI, Marcelo. **Retratos da deficiência no Brasil (PPD)**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, 2003.

NOWILL, Dorina. ... **E eu venci assim mesmo**. São Paulo: Totalidade, 1996.

ONOFRE, Eduardo Gomes; SOUZA, Maria Lindaci de (orgs.). **Tecendo os Fios da Inclusão caminhos do saber fazer**. João Pessoa : Universitária UFPB, 2008.

PAULA, Ana Rita de; REGEN, Mina; LOPES, Penha. **Sexualidade e Deficiência: Rompendo o silêncio**. São Paulo: Expressão e Arte, 2005.

_____. **Pessoas com deficiência: pesquisa sobre sexualidade e vulnerabilidade**. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/marta/memnon.pdf>> Acessado em: 10 agosto 2010.

PAULILO, Maria Ângela Silveira. **A Pesquisa Qualitativa e a História de Vida**. Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br/c_v2n1_pesquisa.htm>. Acesso em: 15 abr. 2010.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. **Mulheres Educadas na Colônia: 500 Anos de Educação no Brasil**. In: Lopes, Eliana et all. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SALVATICI, Sílvia. **Memórias de gênero**: reflexões sobre a história oral de mulheres. História Oral: ABHO, 2005. v. 8.

SANTOS, Lígia Pereira dos. **Mulher e violência**: histórias do corpo negado. Campina Grande: EDUEP, 2008.

SANTOS, Sheila Milena Pessoa dos. **Graduação em enfermagem**: um olhar sobre o currículo na perspectiva de gênero, 2011. Dissertação (Mestrado em Educação)–Programa de Pós-graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

SAVE THE CHILDREN SUÉCIA. Crianças com deficiência e o abuso sexual, estudo exploratório no Peru e Paraguai. Disponível em: <www.scslat.org>. Acesso: 28 abr. 2010.

SZYMANSKI, Heloisa; MARTINS, Edna. **A Abordagem Ecológica de Urie Bronfenbrenner em estudos com famílias**. Disponível em: <<http://www.revipsi.uerj.br/v4n1/artigos/Artigo%205%20-%20V4N1.htm>> Acesso em: 10 dez. 2010.

SOARES, Alessandra Miranda Mendes. **Nada sobre nós sem nós**: estudo sobre a formação de jovens com deficiência para o exercício da autoadvocacia em uma ação de extensão universitária, 121 f., 2010. Dissertação (Mestrado em Educação)–Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

SOARES, Marcia Torres Neri. **Programa Educação Inclusiva Direito à Diversidade**: estudo de caso sobre estratégia de multiplicação de políticas públicas. 2010. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

SOUZA, Marilza Terezinha Soares de; CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira. Resiliência Psicológica: Revisão da Literatura e Análise da Produção Científica. **Revista Interamericana de Psicología / Interamerican Journal of Psychology**, v. 40, n. 1, p. 119-126, 2010. Disponível em: <<http://www.psycorip.org/Resumos/PerP/RIP/RIP036a0/RIP04013.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

SOUZA, Maria do Socorro Belarmino de. Relações de gênero: tema transversal no currículo escolar. In: CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de (org.). **Consciência de gênero na escola**. João Pessoa: Universitária UFPB, 2000.

SOUZA, Maria Lindaci de (org.). **Tecendo os Fios da Inclusão caminhos do saber fazer**. João Pessoa: Universitária UFPB, 2008.

TAVARES, José (Org.). **Resiliência e Educação**. São Paulo: Cortez, 2002.

TEIXEIRA, Zeleide Araújo. **A mulher e o mercado de trabalho**. Disponível em: <<http://www.universia.com.br/universitario/materia.jsp?materia=3010>>. Acesso em: 04 nov. 2008.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VASCONCELOS, Sandra Maia Farias. Professor: que história é essa? **Educação em Questão**, Natal-RN, v. 25, n. 11, jan./abr. 2006. ISSN: 0102-7735

VEIGA, Alfredo. Michel Foucault e os Estudos Culturais. In: _____. **Estudos Culturais em educação**: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema. Porto Alegre: Ed. Universidade da UFRGS, 2000. p. 37-69.

WELTER, I. *et al.* Gênero, maternidade e deficiência: representação da diversidade. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 98-119, jan./jun., 2008.

WORLD BANK. **Survey of the Literature on Poverty and Disability**. Washington, DC: World Bank, 1999

YUNES, Maria Ângela Mattar. **A questão triplamente controvertida da Resiliência em famílias de baixa renda**. São Paulo: [s.n.], 2001. Disponível em: <<http://www.rizoma.ufsc.br/html/757-of7b-st2.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2011.

YUNES, Maria Ângela Mattar; MIRANDA, Ângela Torma; CUELLO, Sandra Eliane Sena. Um olhar ecológico para os riscos e as oportunidades de desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados. In: _____.; _____.; _____. **Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano**: Experiência no Brasil. [S.l.]: Casa do Psicólogo, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A

CASA DE D. DORINA

VITRINE DE MEDALHAS

1. Medalha da Semana Nacional de Sesquicentenário do Sistema Braille – 1975
2. Condecoração da Marinha, Exército e Aeronautica – s/d
3. Medalha Ubique Patriae Memor 1845-1912 – s/d
4. Broche do exército brasileiro – s/d
5. Medalha de Homenagem do Rotary Club de São Paulo – ITAIM – 1972
6. Medalha do Mérito Naval – Brasil – s/d
7. Broche de Honra ao Mérito Assistencial e Cívico da União “19 de março” – s/d
8. Placa da Associação dos Cegos Amblíopes de Portugal – 1989
9. Medalha de Homenagem da Associação de Famílias de Rotarianos de São Paulo – 1972
10. Medalha “The Rotary Foundation of Rotary International” – Paul Harris Fellow – s/d
11. Medalha “Amigo da Marinha” – Brasil – s/d
12. Broche “Paul Harris Fellow” – s/d
13. Placa “Associação de Cegos Luis Braille” – Lisboa – s/d
14. Placa de Reconhecimento e Gratidão da Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais – 1999
15. Placa IV Centenário de Guarulhos – 1960
16. Medalha “Par les Aveugles Pour les Aveugles” – s/d
17. Medalha “Fernão Dias Paes” da Associação dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo – s/d
18. Pena em ouro e prata “1950-2000 – Dorina e Alex” – 2000
19. Medalha “Mérito Educativo do Brasil” – s/d
20. Medalha “Centenário de Morte de Olavo Bilac” – 1968
21. Medalha de “Honra ao Mérito” da União dos Cegos no Brasil – 1974
22. Broche “Paul Harris Fellow” – s/d
23. Medalha de Homenagem e Gratidão da ABEDEV – 1993
24. Medalha “Ubique Patriae Memor” – s/d
25. Medalha “Honor al Merito” – Concepcion Orden Jorge Taramona – ULAC – 1992
26. Medalha “Woman of the Year Award” – SPC – 1996
27. Medalha “Honra ao Mérito” do Externato Elvira Brandão” – s/d
28. Medalha “Kwait Blind Association” – 1972
29. Medalha “Municipal Corporation of Greater Bombay” – s/d
30. Medalha de Gratidão da FLCB – 25º Aniversário - 1971
31. Medalha “The Rotary Foundation of Rotary International” Paul Harris Fellow – s/d
32. Medalha “Brailista José Alvares de Azevedo” do Sesquicentenário do Sistema Braille – 2000
33. Medalha de Homenagem da Indústria Caxiense de Optica S. A./ XV Congresso Brasileiro de Oftalmologia – Paraná – 1969
34. Medalha “Bi- Centenaire du Institut National des Jeunes Aveugles” – 1984
35. Medalha do Centenário do Ensino Normal em São Paulo – 1946
36. Medalha “Equality, Participation, Friendship, Progress” – China Disabled Persons Federation – s/d

37. Medalha “Ville de Paris” – 1984
38. Medalha “Lex Marinha Exército Aeronautica” – s/d
39. Medalha “International Year of Disabled Persons” – 1981
40. Medalha “Ville de Paris” – 1975
41. Broche “Polski Zwiazek Niewidomych” – s/d
42. Medalha “The Regional Bureau for the Blind” – 1984
43. Medalha “Homenagem do Dia Internacional da Mulher” – 1962
44. Medalha “Brasília Gratidão” – 1975
45. Medalha “Valor Cívico” – Governo do Estado de São Paulo – s/d
46. Acessório de cinto “II Semana Local de Deficientes Físicos” – s/d
47. Condecoração “Círculo Militar” – s/d
48. Medalha “Martin Afonso de Souza”- Instituto Histórico e Geográfico – 1962
49. Condecoração “Fundação Visconde de Porto Seguro” – 2002
50. Medalha “Martin Afonso de Souza” – s/d
51. Medalha do Instituto de Cegos da Bahia – Senai – s/d
52. Medalha “Ubique Patriae Memor” – s/d
53. Medalha “Por la Rehabilitacion” – ANCI- CUBA – s/d
54. Condecoração “Ordem do Ipiranga” – s/d
55. Medalha “Fernão Dias Paes” – s/d
56. Medalha “Valor Cívico” – Governo do Estado de São Paulo – s/d
57. Medalha “Ubique Patriae Memor” – s/d
58. Medalha “Rotary International” – s/d
59. Medalha “Ordem do Ipiranga” – s/d
60. Medalha “Mérito Naval” – s/d
61. Medalha “Mérito Educativo” – s/d
62. Medalha “Valor Cívico” – Governo do Estado de São Paulo – s/d
63. Medalha em Homenagem “Mérito Comunitário” – 2001
64. Prêmio Globo de Vidro Branco – s/d
65. Prêmio Globo de Vidro Azul – s/d
66. Medalha sem identificação (vazada) – s/d

Fonte: Fundação Dorina Nowill – Arquivo pessoal

APÊNDICE B

A VOZ QUE NÃO QUER CALAR

Em nosso país (e porque não dizer?) na América Latina, o movimento de PcD faz silêncio. A voz de quem muito falou, escreveu, empreendeu, venceu, neste dia emudeceu.

De modo algum, Dorina, tua voz não emudecerá, ela permanece forte e continua ecoando na história de vida de milhares de cegos brasileiros que, quer em sua casa, quer em uma das tantas instituições espalhadas por todos os recantos desta nação, leram ou ouviram palavras que os olhos não lhes permitiram enxergar.

Mas nós enxergamos professora. Isto porque a obra que edificaste há mais de seis décadas, espalhou sementes de luz e cidadania em terrenos por muitos considerados improdutivos.

Em outubro do ano passado, ao escutar páginas de tua história de vida, emocionei-me quando te ouvi pronunciar com voz forte: "A cegueira não dá privilégios a ninguém". De fato, não lutaste para que tivéssemos privilégios ou para que nos olhassem com pieguismo ou compaixão. Ao contrário, lutaste para que fôssemos capazes de dar de nós na medida em que recebemos do outro.

A fé na providência divina é outra grande convicção que nos deixas como herança. E é por acreditar nesta providência, que sou grata a Deus por enriquecer minha formação com as lições que escreveste através de tua vida posta a serviço da coletividade.

Ao chegar à reta final de minha dissertação de mestrado, o qual deu-me a oportunidade de com você rememorar tantas e tão significativas lembranças de tua história de vida, tenho fortalecido o compromisso de lutar pela emancipação social de McD. Sinto-me honrada pelas palavras de incentivo que me escreveste após meu retorno de São Paulo. Essas palavras me encorajam e aumentam minha determinação no propósito de remover os obstáculos que a muitos parecem impossíveis.

Em meu trabalho, reunirei esforços para desvelar os teus sonhos, a fim de que eles se tornem realidade na vida de um número cada vez maior de McD para que, juntas, possamos nos orgulhar com aquelas que sabem transpor dificuldades para realizar seus ideais. Tenha certeza, Dorina, tua voz não calará.

Adenize Queiroz

Campina Grande, 30 de Agosto de 2010.

APÊNDICE C

LINHA DO TEMPO

ANO	EVENTO	ASPECTO SIGNIFICATIVO
1993	Ingresso no Magistério: Ensino Médio	Despertou-me para a escolha profissional
1994	Convite a participação no encontro da mulher cega - JP	Despertou-me o anseio de ir mais longe, rompendo com os laços de super-proteção familiar
1995	Conclusão do Ensino Médio	Sentimento de realização profissional
1996	Ingresso ao curso superior: Pedagogia	História e desafio
1997	Ausência de condições acessíveis para continuidade do curso universitário	Crise que ocasionou o pensamento de abandonar o curso de pedagogia
	Reintegração do movimento das pessoas cegas do município de Campina Grande	Necessidade de participação em grupos, cujos anseios e aspirações são comuns
1998	Participação em projeto EJA com a professora de Língua Portuguesa	Reconhecimento de capacidade e superação das barreiras, uma vez que os alunos eram videntes
1999	Conclusão do Ensino Superior	Confirmação da possibilidade de superação das barreiras da limitação visual
2000	Início da Pós-Graduação	Consciência de uma maior responsabilidade e amadurecimento profissional
2001	Conclusão da Pós - Graduação	Satisfação por mais uma missão cumprida
2002	Eleita presidente do Instituto dos Cegos de Campina Grande	Despertou-me um comprometimento com a causa da pessoa cega
2003	Conquista da abertura do Instituto dos Cegos de Campina Grande	Satisfação pessoal pelo êxito em um trabalho voltado para a coletividade
2004	Ingresso à rede municipal através do concurso público para a área de educação	Concretização das aspirações no que diz respeito a escolha profissional
2005	Reeleita presidente do Instituto dos Cegos de Campina Grande	Compromisso com a defesa e melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência
	Escolhida como representante do seguimento pessoas deficientes no Conselho Municipal de Assistência Social	
	Recebimento do Título de Sócio Honorária do Rotary Clube Sul CG	
2006	Participação ativa na Campanha da Fraternidade proposta pela CNBB, cujo foco eram as pessoas com deficiência.	Engajamento na luta pela divulgação das potencialidades das pessoas com deficiência para a Igreja e sociedade em geral

2007	Matrimônio	Sentimento de realização pessoal
	Homenageada pela Câmara Municipal de Campina Grande como mulher que se destacou na luta pela promoção humana	Confirmação de um trabalho notadamente reconhecido pela opinião pública municipal
2008	Aprovação para o mestrado	Consciência de tratar-se de uma oportunidade ímpar, tanto para a formação, quanto para o crescimento profissional
2009	Entrevistas e homenagens alusivas ao Dia Internacional da Mulher	Reconhecimento como modelo de mulher na sociedade campinense
	Participação do seminário nacional comemorativo ao bicentenário de nascimento de Louis Braille	Realização pessoal por participar de movimento nacional de pessoas cegas
	Visita à Fundação Dorina Nowill para Cegos	
2010	Gravidez	Necessidade de recomeço
	Perda do bebê	
2011	Defesa da dissertação e conclusão do curso de mestrado	Realização pessoal e profissional

APÊNDICE D

DETALHAMENTO DE ATIVIDADES NO CAMPO

OFICINAS			ATIVIDADES DECORRENTES
Nº	PERÍODO	OBJETIVO	ATIVIDADE
01	Maio de 2009	Identificar experiências de mudanças ocorridas ao longo de minha vida.	Projeto Piloto I: Elaboração pessoal da linha do tempo
02	06 e 07 de julho de 2009	Compreender o passo a passo da MHV	Participação em entrevista realizada a partir da MHV
03	21 e 22 de setembro de 2009	Possibilitar maior conhecimento e segurança na aplicação de entrevistas envolvendo MHV	Projeto Piloto II: Realização de entrevistas utilizando MHV com MCD física.
04	24 a 26 de setembro de 2009	Estabelecer contato inicial com a professora Dorina Nowill	Encontro nacional comemorativo ao bicentenário de Louis Braille (Brasília – DF).
05	29 de setembro de 2009	Explicar objetivos e metodologia da pesquisa.	Telefonemas e e-mails
06	05 e 06 de outubro de 2009	Identificar fatores determinantes à ruptura de McDs com situações adversas	Realização de seções de entrevista na sede da Fundação Dorina Nowill.
07	Novembro de 2009	Selecionar e organizar os dados coletados	Transcrição de entrevistas
08	Abril de 2010	Obter retorno com relação a veracidade e fidedignidade das informações, bem como autorização para publicação.	Devolução do material à professora Dorina.
09	Agosto de 2010	Produzir a partir de elementos teórico-práticos, um subsídio que explique os processos de superação e resistência das McDs	Elaboração do relatório final da pesquisa.